

**Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento**  
**Companhia Nacional de Abastecimento – Conab**  
**SUREG PIAUÍ**

**RELATÓRIO DE GESTÃO – EXERCÍCIO 2012**

**TERESINA – PIAUÍ, 31 DE MAIO - 2013**

**Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento  
Companhia Nacional de Abastecimento – Conab  
SUREG PI**

**RELATÓRIO DE GESTÃO – EXERCÍCIO 2012**

Relatório de Gestão do exercício de 2012 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63 de 1º de setembro de 2010, das DN TCU nº 119 de 18 de janeiro de 2012 e nº 121 de 13 de junho de 2012, da Portaria TCU nº 150 de 3 de julho de 2012 e Portaria CGU nº 133 de 18 de janeiro de 2013.

**SUREG PI**

**Teresina, 31 de Maio de 2013**

## Sumário

<b>Lista de Siglas</b> .....	<b>4</b>
<b>Lista de Quadros</b> .....	<b>7</b>
<b>Lista de Figuras</b> .....	<b>8</b>
<b>Introdução</b> .....	<b>9</b>
<b>1. INFORMAÇÕES BÁSICAS</b> .....	<b>10</b>
1.1. Informações gerais sobre a UJ.....	10
1.2. Planejamento Estratégico e seus principais Macroprocessos.....	11
<b>2. ANÁLISE GERAL DO AMBIENTE DE NEGÓCIOS E DE GESTÃO</b> .....	<b>14</b>
2.1. Análise sobre o Ambiente de Gestão.....	14
2.2. Análise sobre o Ambiente de Negócios.....	17
<b>3. SUSTENTAÇÃO DE RENDA</b> .....	<b>20</b>
3.1. Análise das principais ações ligadas à compra e a subvenção.....	20
3.2. Análises dos Programas de Sustentação de Renda.....	20
3.2.1. Programa de Aquisições do Governo Federal – AGF.....	21
3.2.5 Subvenção Econômica aos Produtores de Cana de Açúcar.....	21
3.3. Principais indicadores de desempenho.....	23
<b>4. PROMOÇÃO DO ABASTECIMENTO</b> .....	<b>23</b>
4.2. Análises das ações de Venda Direta de Produtos com subvenção e sem subvenção.....	24
4.2.1. Venda em Leilão Público.....	24
4.2.2. Venda em Balcão.....	25
4.2.3. Valor para Escoamento do Produto – VEP.....	26
4.3. Principais indicadores de desempenho.....	27
<b>5. ARTICULAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DO ABASTECIMENTO</b> .....	<b>27</b>
5.2. Rede de Fortalecimento do Comércio Familiar de Produtos Básicos – Refap.....	27
5.3. Principais indicadores de desempenho.....	28
<b>6. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS</b> .....	<b>28</b>
6.1. Armazenagem de Produtos Agrícolas.....	28
6.4. Principais indicadores de desempenho.....	29
<b>7. ADMINISTRAÇÃO DE ESTOQUES PÚBLICOS – ARMAZENAGEM, FISCALIZAÇÃO E MOVIMENTAÇÃO</b> .....	<b>29</b>
7.1. Análise sobre a situação dos armazéns utilizados pela Conab.....	29
7.2. Análise das ações de fiscalização de estoques públicos.....	33
7.3. Análise das ações de movimentação de estoques públicos.....	34
7.4. Principais indicadores de desempenho.....	35
<b>8. GESTÃO TECNOLÓGICA</b> .....	<b>36</b>
8.1. Informações sobre a gestão de tecnologia da informação (TI) da UJ.....	36
<b>9. GESTÃO ESTRATÉGICA</b> .....	<b>37</b>
9.1. Análise da implantação do Plano de Gestão Estratégica da Empresa.....	37
<b>11. GESTÃO DE PESSOAS</b> .....	<b>37</b>
11.1. Alocação de Servidores.....	37
11.2. Comunicação na Instituição.....	39
11.3. Clima Organizacional e Ambiente de Trabalho.....	40
11.4. Ações de Conhecimento e Aprendizagem.....	40
11.5. Informações sobre recursos humanos da Conab.....	41
11.6. Acúmulo de Cargos, Funções e Empregos Públicos.....	48
11.7 Análise operacional e orçamentária da entidade de previdência complementar patrocinada pela Conab – Instituto Conab de Seguridade Social – CIBRIUS:.....	49
<b>12. PLANEJAMENTO, EXECUÇÃO E CONTROLE ORÇAMENTÁRIO, PATRIMONIAL, FINANCEIRO E CONTÁBIL</b> .....	<b>52</b>
12.1. Programas e Ações do PPA.....	52
<b>Indicadores de desempenho institucionais</b> .....	<b>56</b>

<u>12.2. Restos a Pagar.....</u>	<u>57</u>
<u>12.5. Demonstrações Contábeis.....</u>	<u>58</u>
<u>12.7. Gestão do Patrimônio Imobiliário.....</u>	<u>58</u>
<b><u>13. GOVERNANÇA E CONTROLES.....</u></b>	<b><u>58</u></b>
<u>13.1. Controle Interno da UJ.....</u>	<u>58</u>
<u>13.2. Deliberações do TCU e CGU.....</u>	<u>60</u>
<u>13.3. Auditoria Interna.....</u>	<u>61</u>
<b><u>Resultados e Conclusões.....</u></b>	<b><u>68</u></b>
<b><u>ANEXO I - Demonstrações Contábeis.....</u></b>	<b><u>69</u></b>

**Lista de Siglas**

SIGLA	NOME
ADAPI	Agência de Defesa Agropecuária do Piauí
AGF	Aquisição do Governo Federa
ASG	Auxiliar de Serviços Gerais
ASNAB	Associação Nacional dos Servidores da Conab
AUDIN	Auditoria Interna
BSC	Balanced Scorecard
CAAF	Compra Antecipada da Agricultura Familiar
CAEAF	Compra Antecipada Especial da Agricultura Familiar
CEAGESP	Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo
CENTREINAR	Centro Nacional de Treinamento em Armazenagem
CEP	Código de Endereçamento Postal
CFP	Companhia de Financiamento da Produção
CGPAR	Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União
CGU	Controladoria Geral da União
CIBRIUS	Instituto CONAB de Seguridade Social
CIC	Cadastro de Identificação de Contribuinte
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CMV	Comissão de Valores Mobiliários
CNPB	Cadastro Nacional de Planos de Benefícios das Entidades Fechadas de Previdência
CNPJ	Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica
COBAL	Companhia Brasileira de Alimentos
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
CONAD	Conselho de Administração da CONAB
COPRI	Coordenadoria de Comunicação e Promoção Institucional
CPR	Cédula de Produto Rural
CRC	Conselho Regional de Contabilidade
CSLL	Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido
DF	Distrito Federal
DIAFI	Diretoria Administrativa e Financeira
DIGEP	Diretoria de Gestão de Pessoas
DIGEP/SUMOC/GECA	Gerência De Capacitação E Desenvolvimento /Superintendência de Modernização e Capacitação/Gerência de Capacitação e Desenvolvimento
IPAI	Diretoria de Política Agrícola
DIRAB	Diretoria de Abastecimento
DIRAB/SUOPE	Diretoria de Operações e Abastecimento/Superintendência de Operações Comerciais
DN	Decisão Normativa
DPU/MJ	Defensoria Pública da União/Ministério da Justiça

ENCAL	Empresa Nacional de Classificação e Análise Ltda
FGTS	Fundo de garantia por Tempo de Serviço
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
FUNARBE	Fundação Arthur Bernardes
FUNCAFÉ	Fundo de Defesa da Economia Cafeeira
GEAUD	Gerência de Auditoria
GEDOP	Gerência de Desenvolvimento Técnico Operacional
GEFAD	Gerência de Finanças e Administração
GEFIS	Gerência de Fiscalização
GEIMP	Gerência de Imprensa
GENOP	Gerência de Avaliação Operacional
GEOSE	Gerência de Operações e Suporte Estratégico
GEPIN	Gerência de Eventos e Promoção Institucional
IASB	International Accounting Standards Board
IBRACON	Instituto dos Auditores Independentes do Brasil
ICMS	Imposto Circulação de Mercadorias e Serviços
IIA	Instituto dos Auditores Internos
IN	Instrução Normativa
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
IPPF	Instituto Internacional de Práticas Profissionais
IR	Imposto Retido
IRPJ	Imposto de Renda Pessoa Jurídica
LALUR	Livro de Apuração do Lucro Real
LOA	Lei Orçamentária Anual
MAI	Manual de Auditoria
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MF	Ministério da Fazenda
MOC	Manual de Operações da Conab
MP	Medida Provisória
MPOG	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
MS	Mato Grosso do Sul
MT	Mato Grosso
NPC	Norma e Procedimento de Contabilidade
OCI	Órgão de Controle Interno
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PASEP	(Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público)
PCCS	Plano de Cargos, Carreiras e Salários
PDVI	Plano de Demissão Voluntária Incentivada
PEPRO	Prêmio Equalizados Pago ao Produtor Rural

PGPM	Política de Garantia de Preços Mínimos
PIS	Programa de Integração Social
PMTI	Projeto de Modernização da Tecnologia da Informação
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPA	Plano Plurianual
PRESI	Presidência
PRODEA	Programa de Distribuição Emergencial de Alimentos
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
RAINT	Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna
REFAP	Rede de Fortalecimento do Comércio Familiar de Produtos Básicos
SAS	Serviço de Assistência à Saúde
SEADE	Setor de Administração de Desenvolvimento e de Recursos Humanos
SEOPI	Setor de Operações de Programas Institucionais e Sociais de Abastecimento
SEGEO	Setor De Apoio A Logística E Gestão Da Oferta
SEPPIR	Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
SFC	Secretaria Federal de Controle Interno
SIAFI	Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIAPE	Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos
SIAUDI	Sistema de Auditoria Interna
SICARM	Sistema de Cadastro de Armazéns
SIORG	Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal
SIAGRO	Sistema de Informações Agropecuárias e de Abastecimento
SPAÉ	Secretaria de Produção e Agroenergia
STN	Secretaria de Tesouro Nacional
SUARM	Superintendência de Armazenagem e Movimentação de Estoques
SUCON	Superintendência de Contabilidade
SUDENE	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
SUFIN/GECOB	Superintendência de Finanças/Gerência de Cobrança
SUFIS	Superintendência de Fiscalização
SUGEP	Superintendência de Pessoas
SUPAB	Superintendência de Abastecimento Social –
SUPAD	Superintendência de Administração
SUPAF	Superintendência da Agricultura Familiar
SUPOR/GEARE	Superintendência de Orçamento e Avaliação/Gerência de Acompanhamento e Avaliação de Resultados
SUREG	Superintendência Regional
TCU	Tribunal de Contas da União
TI	Tecnologia da Informação
TST	Tribunal Superior do Trabalho
UA	Unidade Armazenadora
UFABC	Universidade Federal do ABC
UF-AM	Universidade Federal do Amazonas

UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UG	Unidade Gestora
UJ	Unidade Jurisdicionada
UnB	Universidade de Brasília
VEP	Valor de Escoamento de Produto

## Lista de Quadros

Quadro 1.1	Identificação da Unidade Jurisdicionada	10
Quadro 1.2	Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada	10
Quadro 1.3	Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada	10
Quadro 2.1	Comparativo de área, Produtividade e Produção – Safras 2010/2011/2011/2012	15
Quadro 2.2	Acompanhamento de Preços	15
Quadro 2.3	Serviços que geram receitas próprias na UJ	19
Quadro 3.1	Dez maiores operações na AGF	21
Quadro 3.4	Quantidades e recursos dispendidos por instrumento	22
Quadro 3.5	Dez maiores operações na CPR-Doação	22
Quadro 4.1	Demonstrativo da Comercialização de Vendas em Leilão Público	24
Quadro 4.2	Dez maiores operações de Vendas em Leilão Público	24
Quadro 4.3	Demonstrativo da Comercialização de Vendas em Leilão Público	24
Quadro 4.4	Dez maiores operações de Vendas em Leilão Público	24
Quadro 4.5	Dez maiores operações de Vendas em Balcão	25
Quadro 4.6	Demonstrativo de Comercialização de VEP	26
Quadro 4.7	Dez maiores operações de VEP	26
Quadro 4.8	Demonstrativo Geral das Aquisições e Vendas dos Estoques	26
Quadro 5.1	Demonstrativo de Vendas pela REFAP	27
Quadro 6.1	Estoque de Terceiros Armazenados nas Unidades Próprias	28
Quadro 6.2	Resultado dos Serviços de Armazenagem	28
Quadro 7.1	Capacidade Estática da Rede Própria de Armazéns	29
Quadro 7.2	Posição dos Estoques Públicos Armazenados em Unidades Próprias	30
Quadro 7.4	Obras realizadas nas Unidades Armazenadoras	31
Quadro 7.5	Capacidade Estática de Armazenagem x Demanda	32
Quadro 7.6	Processos em cobrança judicial – Desvios ou Perdas Estoques Públicos	34
Quadro 7.6	Demonstrativo das Remoções Contratadas	36
Quadro 11.1	Força de Trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12	38
Quadro 11.2	Ações de Conhecimento e Aprendizagem	41
Quadro 11.3	Força de Trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12	42
Quadro 11.4	Situações que reduzem a força de trabalho da UJ – Situação em 31/12	42
Quadro 11.5	Estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ	43
Quadro 11.6	Quantidade de servidores da UJ por faixa etária	43
Quadro 11.7	Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade	44
Quadro 11.8	Composição do Quadro de Estagiários	44
Quadro 11.9	Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores	45
Quadro 11.10	Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva	45
Quadro 11.11	Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra	46
Quadro 12.1	Ações orçamentárias da UJ	52
Quadro 12.2	Ações de outros órgãos, executadas pela UJ	54
Quadro 12.3	Distribuição de Alimentos – MDS	56
Quadro 12.4	Situação dos Restos a Pagar de Exercícios Anteriores	57
Quadro 12.5	Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União	58
Quadro 12.6	Balanço Patrimonial	69
Quadro 12.7	Demonstração dos Fluxos de Caixa	71
Quadro 12.8	Demonstração do Resultado do Exercício	72



Quadro 12.9	Demonstração do Valor Adicionado	73
Quadro 12.10	Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	75
Quadro A.10.4	Recomendações do OCI pendentes no exercício	60
Quadro 13.1	Relatórios de Auditoria do Exercício de 2012	65
Quadro 13.2	Descrição das Categorias	66

## Lista de Figuras

Gráfico 1	Percentual das recomendações por ação de auditor	64
Gráfico 2	Quantidade de Recomendações por Tipo	66
Gráfico 3	Quantidade de Recomendações por Categoria	67
Gráfico 4	Recomendações por Subcategorias	67

## Introdução

Este Relatório contempla os atos de gestão praticados pela Superintendência Regional do Piauí, da Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB, durante o exercício de 2012.

O documento foi elaborado de acordo com a Decisão Normativa do Tribunal de Contas da União – DN TCU nº 119/2012, de 18/01/2012. A Conab atenderá aos itens da Parte C – Informações Customizadas da Conab.

As principais dificuldades encontradas para a realização dos objetivos traçados pela Sureg-PI para o exercício de 2012, decorreram da limitação orçamentária.

A seguir estão indicados os itens requeridos pela Parte C da Decisão Normativa TCU nº 119/2012 e Art 4º da Decisão Normativa nº 121/2012 que não constam no presente documento, assim como a correspondente justificativa:

Descrição		Justificativa
<b>1. Informações Básicas</b>		
1.1	Nome do auditor independente	Não se aplica à natureza jurídica da UJ
	Descrição e composição da estrutura de governança corporativa	Não se aplica à natureza jurídica da UJ
	Membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Diretoria Colegiada, Presidente, Diretor de Operações e Abastecimento, Diretor de Política Agrícola, Diretor Administrativo, Diretor Financeiro, Auditor interno e Ouvidor	Não se aplica à natureza jurídica da UJ
<b>3. Sustentação de Renda</b>		
3.2.2	Contratos de Opção de venda	Não há conteúdo a ser declarado no referido exercício
3.2.3	Premio para o Escoamento de Produtos – PEP (compra)	Não há conteúdo a ser declarado no referido exercício
3.2.4	Premio Equalizador Pago ao Produtor Rural e/ou sua Cooperativa – PEPRO	Não há conteúdo a ser declarado no referido exercício
<b>4. Promoção do Abastecimento</b>		
4.1	Prêmio para o Escoamento de Produto – PEP (venda)	Não há conteúdo a ser declarado no referido exercício.
<b>5. Articulação e Organização do Abastecimento</b>		
5.1	Programa Brasileiro de Modernização do Mercado Hortigranjeiro – Prohort	Não há conteúdo a ser declarado no referido exercício.
<b>6. Prestação de Serviços</b>		
6.2	Leilões de Terceiros	Não se aplica à natureza jurídica da UJ, a informação será apresentado somente no Relatório da Matriz
6.3	Análise sobre os principais resultados da prestação de serviços de classificação de produtos agrícolas	Não há conteúdo a ser declarado no referido exercício
<b>10. GERAÇÃO E DIFUSÃO DE INFORMAÇÕES</b>		
10.1	Análise dos principais resultados do Projeto SigaBrasil	Não há conteúdo a ser declarado no referido exercício.
<b>12. Planejamento, Execução e Controle Orçamentário, Patrimonial, Financeiro e Contábil</b>		
12.3	Demonstrativo de Transferências recebidas e realizadas no exercício.	Não há conteúdo a ser declarado no referido exercício
12.4	Transferências mediante Convênio	Não há conteúdo a ser declarado no referido exercício
12.6	Composição dos Investimentos da Empresa	Informação centralizada na UJ 135100 (Matriz), será apresentado somente no Relatório da Matriz
12.8	Parecer da Auditoria Independente	Informação centralizada na UJ 135100 (Matriz), será apresentado somente no Relatório da Matriz
<b>13. Governança e Controles</b>		
13.2	Quadro A.10.1 – Cumprimento da deliberações do TCU atendidas no exercício	Não há conteúdo a ser declarado para o exercício em referência.
	Quadro A.10.2 – Deliberações do TCU pendentes no exercício	Não há conteúdo a ser declarado para o exercício em referência.
	Quadro A.10.3 – Relatório de cumprimento das recomendações do OCI	Não há conteúdo a ser declarado para o exercício em referência.

## INFORMAÇÕES CUSTOMIZADAS DA CONAB

### 1. INFORMAÇÕES BÁSICAS

#### 1.1. Informações gerais sobre a UJ

##### Quadro 1.1 - Identificação da Unidade Jurisdicionada

Poder e Órgão de vinculação			
Poder: Poder Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA			Código SIORG: 14
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: Superintendência Regional da Conab no Estado do Piauí			
Denominação abreviada: CONAB - Sureg/PI			
Código SIORG: 087189	Código LOA: Não se aplica	Código SIAFI: 135345	
Situação: Ativa			
Natureza Jurídica: Empresa pública		CNPJ: 26.461.699/0386-68	
Principal Atividade: Administração Pública em geral			Código CNAE: 84.11-6-00
Telefones/Fax de contato:	86-3194-5400	86-3194-5405	86-3221-9087
Endereço Eletrônico: <a href="mailto:pi.sureg@Conab.gov.br">pi.sureg@Conab.gov.br</a>		Página da Internet: <a href="http://www.conab.gov.br">www.conab.gov.br</a>	
Endereço Postal: Rua Honório de Paiva, nº 475, Bairro Piçarra, CEP: 64017-112, Teresina/Piauí			

Fonte: SIAFI

##### Quadro 1.2- Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada

Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada
A Superintendência Regional da Conab no Estado do Piauí, parte integrante da estrutura organizacional da Conab, foi criada por meio da Octogésima Sexta Reunião Extraordinária da Diretoria Colegiada, datada de 18 de janeiro de 2000. A Resolução CONAD N° 002, de 29/11/2001, do Conselho de Administração da CONAB, que de acordo com a deliberação da 105ª Reunião Ordinária aprova as alterações do Regimento Interno, especificamente no art.108, incluiu a Sureg/PI na classificação Tipo II (Atualmente, com as diversas alterações ocorridas no Regimento Interno da CONAB – NOC N° 10.104, a Sureg/PI encontra-se incluída na classificação Tipo II, no art. 143).
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada
a) Lei n.º 8.029, de 12 de abril de 1990, em seu art.19, II – constituição da Conab;
b) Decreto n° 99.994, de 26 de dezembro de 1990 – Estatuto Social. As suas atividades tiveram início em 1º de janeiro de 1991.
As competências da CONAB estão definidas no Estatuto Social, em sua 9ª versão, alterada pelo Decreto 6.407, de 24/03/2008.
Manuais e publicações relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada
Manual de Operações da Conab, Regimento Interno, Regulamentos de Pessoal ( PCCS/91 e PCCS/2009)

Fonte: SIAFI

##### Quadro 1.3 - Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada

Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Código SIAFI	Nome
135178	Unidade Armazenadora de Teresina
135179	Unidade Armazenadora de Picos
135180	Unidade Estoque Estratégico/PI
135181	Núcleo Estoque Regulador – PGPM-/PI
135217	Unidade Armazenadora de Floriano
135462	Unidade Armazenadora de Parnaíba
135463	Unidade de Mercado de Opção/PI
135541	Unidade Conab PAA Piauí

Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Código SIAFI	Nome
22211	Companhia Nacional de Abastecimento
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões	
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão
135178	22211
135179	22211
135180	22211
135181	22211
135217	22211
135462	22211
135463	22211
135541	22211

Fonte:Siafi

Nome e Período de Gestão dos Principais Responsáveis
Superintendência Regional - PI Superintendente: Alysson Silva Pêgo (01/01/2012 a 31/12/2012)
Gerentes de Área GERÊNCIA DE OPERAÇÕES E SUPORTE ESTRATÉGICO - GEOSE Gerente: José Francisco Araújo Mendes (01/01/2012 a 31/12/2012)
GERÊNCIA DE FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO - GEFAD Gerente: Francisco Ferreira Pontes (01/01/2012 a 31/12/2012)
Gerentes das Unidades Armazenadoras UA TERESINA Gerente: Manoel Lopes da Paz (01/01/2012 a 31/12/2012)
UA/PICOS Gerente : Francisco Honorato de Sousa ( 01/01/2012 a 26/11/2012) Domingos Alves Freitas ( 26/11/2012 a 26/12/2012) Francisco Gomes Sobrinho ( 26/12/2012 a 31/12/2012)
UA/PARNAIBA Gerente : Luiz Glayrton Aguiar Oliveira ( 01/01/2012 a 31/12/2012)
UA/FLORIANO André Silva Nascimento ( 01/01/2012 a 01/11/2012) José Reinaldo Castro Jansen (01/01/2012 a 31/12/2012)

Fonte:Siafi

## 1.2. Planejamento Estratégico e seus principais Macroprocessos

### Breve análise sobre o planejamento estratégico da Empresa, contemplando os principais aspectos de seu Mapa Estratégico;

O Planejamento Estratégico da Conab, concebido em 2003, objetivou capacitar a Companhia para novos desafios, no sentido de atender as demandas do governo federal à época. Foi utilizada a metodologia do Balanced Scorecard-BSC para o seu desenvolvimento, que ocorreu de forma compartilhada, envolvendo equipes de líderes da Matriz (Diretoria Colegiada, Superintendentes e Coordenadores de áreas da Presidência) e das Regionais (10 Superintendentes Regionais), além de alguns gerentes, assessores e técnicos, que compuseram as equipes de Desenvolvimento e Multiplicadores durante o processo de implantação.

Os principais produtos gerados foram o Mapa Estratégico Corporativo, a nova declaração de missão e visão e a proposta de valor aos diferentes públicos-alvo da Companhia.

Estruturado em cinco perspectivas – excelência organizacional interna, integração, financeira, processos internos e sociedade, as quais englobam um conjunto de objetivos estratégicos que retratam os principais desafios a serem enfrentados pela organização no alcance de sua visão de

futuro e no cumprimento de sua missão institucional, esse Mapa buscou traduzir a estratégia organizacional, assim como criar um referencial comum e de fácil compreensão para unidades e servidores.

Aprovado o planejamento em 2004, nos dois anos subsequentes houve um esforço para implementação das estratégias definidas para o horizonte de cinco anos (2005 a 2009), com a definição de metas, apuração de indicadores, monitoramento de resultados, designação de responsáveis por projetos e reuniões de análises estratégicas com as lideranças da Conab.

No entanto, a partir de 2007, com a mudança na alta direção, o planejamento estratégico foi descontinuado, assim como foram desconstituídos os grupos formados para seu acompanhamento.

Por força do Acórdão da 2.<sup>a</sup> Câmara do TCU, n.º835/2011, alertando a Companhia sobre a necessidade de retomada do planejamento estratégico, em virtude dos riscos de gestão decorrentes da falta de utilização desse instrumento, foi criado, em 2011, grupo de trabalho com a finalidade de resgatar o processo de planejamento. Dentre as recomendações apresentadas pelo grupo, foi proposta a criação de uma unidade orgânica específica para a elaboração e execução do planejamento estratégico, vinculada administrativamente à Presidência e hierarquicamente ao Conad, além da contratação de uma consultoria visando auxiliar a Conab na retomada e sistematização de processos internos ao planejamento estratégico.

Novo grupo de trabalho foi constituído em 2012, o qual ficou encarregado de validar os objetivos estratégicos, metas e projetos que permitiriam alinhar a gestão ao cumprimento da missão institucional. Como resultado, foram atualizados os objetivos e indicadores constantes do Mapa Estratégico. No entanto, embora avaliados pela Diretoria, os indicadores não chegaram a ser apurados nesse exercício, por necessitarem de ferramenta específica para seu monitoramento, não disponível em versão atualizada, e dependente de aprimoramento a ser efetuado com os produtos decorrentes da licitação a ser encaminhada.

Paralelamente, deu-se início à elaboração do Termo de Referência para contratação de empresa especializada no tema. A vencedora do certame responderá pela implantação e operação assistida da unidade de apoio à gestão integrada da estratégia. Além dos produtos previstos, espera-se que, com o apoio de consultoria especializada, haja a transferência de conhecimento, por meio de capacitações e operações realizadas no próprio ambiente de trabalho, de forma a elevar o nível de maturidade em gestão e governança na Conab e facilitar o seu desdobramento para as Superintendências Regionais.

## **Breve análise sobre seus principais macroprocessos relacionados aos setores da sociedade**

### **Macroprocesso de Sustentação de Renda**

Para os instrumentos demandados (AGF, Contrato de Opção, PEP, PEPRO e PAA), a Regional do Piauí em 2012 executou apenas o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, na modalidade CRP-DOAÇÃO. Este macroprocesso retrata o atendimento aos produtores com o objetivo de manutenção da renda do setor. Sua execução exige constante monitoramento das condições existentes no mercado agrícola.

Para visualizar o macroprocesso, acesse o link:

<http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/9b925ccef30179a929a8e60c1ca468a..pdf>

### **Macroprocesso de Promoção do Abastecimento**

Este macroprocesso caracteriza-se pelo atendimento aos consumidores, desde comerciantes, agroindústrias ou pequenos criadores. A Sureg/PI executou apenas o Programa Venda em Balcão.

Para visualizar o macroprocesso, acesse o link:

<http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/3cc58c3d7116d2eab5cc03f3a268e08b..pdf>

### **Macroprocesso de Articulação e Organização do Abastecimento**

Este macroprocesso envolve duas atividades atualmente desenvolvidas pela Conab no sentido de favorecer a organização do abastecimento interno: O Programa Brasileiro de Modernização do Mercado Hortigranjeiro-Prohort e a Rede de Fortalecimento do Comércio Familiar de Produtos Básicos- REFAP. O Prohort foi criado com o intuito de preencher o espaço criado pela desarticulação do Sistema Nacional de Comercialização-Sinac que mantinha uma rede de informações técnicas entre todas as unidades atacadistas regionais, e a Refap foi concebida com o propósito de gerar ações que promovam a formação de Centrais de Negócios, com a perspectiva de fortalecer o comércio de pequeno porte. A Sureg/PI executou apenas o Programa REFAP.

Para visualizar o macroprocesso, acesse o link:

<http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/61e2ac3b4647a5238a4e45258d6a2d4f..pdf>

### **Macroprocesso de Atendimento a Parceiros**

É um macroprocesso de atendimento às parcerias celebradas com outros órgãos públicos. Tem seu início demarcado pela demanda externa específica e que envolve principalmente ações de complementação alimentar e nutricional, incluindo a Ajuda Humanitária Internacional. Sua execução envolve a celebração de acordos com parceiros devido à necessidade de dotação orçamentária/financeira. A Sureg/Pi executou a parceria com o MDS, na aquisição e distribuição de alimentos à população específica e no atendimento ao Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, – CPR/Doação.

Para visualizar o macroprocesso, acesse o link:

<http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/911fb5bec2ab890e01ef8e89fc71e280..pdf>

### **Macroprocesso de Prestação de Serviços**

Envolve os serviços de armazenagem de produtos de terceiros, realização de leilões privados ou a classificação de produtos. Tem seu início demarcado a partir de demandas externas. A Sureg/Pi executou serviços de armazenagem de produtos de terceiros.

Para visualizar o macroprocesso, acesse o link:

<http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/9019b7528a181936db7e88696e7ddef..pdf>

### **Macroprocesso de Administração de Estoques Públicos**

É um macroprocesso de suporte à atividade de armazenagem dos estoques públicos ou de terceiros e que tem seu início demarcado pelo recebimento de produtos nas unidades operacionais da Conab. Para a operacionalização dos instrumentos da PGPM, a Conab disponibiliza a relação dos armazéns cadastrados e credenciados, necessitando, ainda, para a formalização das AGFs e a execução dos Contratos de Opção de Venda a celebração de contrato de prestação de serviços. A Sureg/Pi participou na fiscalização dos estoques públicos armazenados em suas unidades próprias de armazenagem.

Para visualizar o macroprocesso, acesse o link:

<http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/5cdbedf2a41f1f6ffbd0cea69f1d0f0f..pdf>

### **Macroprocesso de Geração e Disseminação de Informações e Conhecimentos**

É o principal macro-processo de sustentação da estratégia de tornar a Conab uma empresa de conhecimento, retratando a atuação conjunta de toda a Companhia. É um macro-processo que tem interfaces com todas as atividades desenvolvidas e que impacta fortemente na estratégia e no alcance da visão de futuro da Companhia, necessitando, portanto de contínua análise no sentido de identificar possíveis mudanças no ambiente de atuação da Companhia.

É caracterizado como um macroprocesso de atendimento ao público-alvo, que tem seu início demarcado tanto pela necessidade de geração de informações e conhecimentos já tradicionalmente definidos pela Companhia ou por demandas específicas de novas informações e/ou conhecimentos. A participação da Sureg/PI, ocorreu no Levantamento de Safra de Grãos e de Preços agrícolas.

Para visualizar o macroprocesso, acesse o link:

<http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/76e2b5416fca06120e5a75ec9a4558b0..pdf>

## **2. ANÁLISE GERAL DO AMBIENTE DE NEGÓCIOS E DE GESTÃO**

### **2.1. Análise sobre o Ambiente de Gestão**

#### **Comportamento do mercado agrícola**

No Estado do Piauí predomina a agricultura empresarial, responsável por 93,3 % da produção de grãos do estado. A soja permanece como o carro-chefe da agricultura piauiense. Neste ano, foram colhidas 1.263,1 milhão de toneladas do produto no cerrado piauiense, contra 1.144,3 milhão da safra do ano passado. Além do crescimento de 10,4 na produção, houve um aumento de 15,9% na área plantada, que passou de 383,6 mil para 444,6 mil hectares. O algodão, outro destaque da atual safra, rendeu 74,1 mil toneladas, contra 67,3 mil toneladas do ano passado. A área plantada passou de 17,8 mil para 21,3 mil hectares, apresentando uma variação positiva de 19,7%.

No ano de 2012, o estado passou pela maior estiagem dos últimos quarenta anos, esse fenômeno atingiu diretamente a atividade agropecuária da região do semi-árido piauiense. A escassez de chuvas é uma das características do semi-árido nordestino, fato agravado ano passado e que deixou consequências negativas para a atividade agrícola, notadamente para a população rural que desenvolve a agricultura familiar e a criação de animais, provocando uma situação de vulnerabilidade econômica e social para um segmento importante da economia local.

A estiagem prolongada prejudicou sobremaneira a oferta de pastagens e outras matérias primas para o processo da fenação dos vegetais destinados a alimentação dos animais, com isso os prejuízos alcançaram a produção de carnes, leite, produtos extrativistas, apicultura e outros. Neste contexto, a Sureg/PI se destacou com a oferta de milho em grãos aos pequenos produtores/criadores, oferecendo a preços subsidiados o principal insumo para a alimentação do rebanho. O quadro a seguir demonstra a produção de grãos ano de 2012.

**Quadro 2.1 Comparativo de área, Produtividade e Produção – Safras  
2010/2011/2011/2012**

Produto	ÁREA(em mil ha)			PRODUTIVIDADE (Em kg/ha)			PRODUÇÃO (Em mil t)		
	Safra 10/11 (a)	Safra 11/12 (b)	VARIÇÃO % (b/a)	Safra 10/11 (a)	Safra 11/12 (b)	VARIÇÃO % (b/a)	Safra 10/11 (a)	Safra 11/12 (b)	VARIÇÃO % (b/a)
Algodão Total	17,8	21,3	19,7	3.780,0	3.480,0	-7,9	67,3	74,1	10,1
Arroz	146,4	117,4	-19,8	1.845,0	1.171,0	-36,5	270,1	137,5	-49,1
Feijão	238,4	230,5	-3,3	356,0	158,0	-55,6	85,0	36,5	-57,1
Milho	349,6	351,6	0,6	2.017	2.239	11,0	705,1	787,2	11,6
Soja	383,6	444,6	15,9	2.983	2.841	-4,8	1.144,3	1.263,1	10,4
Sorgo	5,8	7,7	32,8	2.672,0	2.130,0	-20,3	15,5	16,4	5,8
<b>Total</b>	<b>1.141,6</b>	<b>1.173,1</b>	<b>2,8</b>				<b>2.287,3</b>	<b>2.314,8</b>	<b>1,2</b>

Fonte: 12º Levantamento da Safra 2011/2012

A Regional do Piauí, acompanha os preços de mercado dos principais produtos que fazem parte da pauta da Política de Garantia dos Preços Mínimos – PGPM, destaque para a soja onde a saca de 60 kg saiu de 41,12 em Dezembro/2011 para R\$ 68,00 representando 61,9%, e o Feijão Cauipi de R\$ 143,81 para 218,00 a Saca de 60kg variação de 34,58%.

**Quadro 2.2 – Acompanhamento de Preços**

PERÍODO	PREÇO ATACADO			PREÇO RECEBIDO PELO PRPRODUTOR			
	ARROZ LONGO BEN 30 KG	MILHO 60 KG	FEIJÃO CAUPI	ARROZ LONGO 60 KG	MILHO EM GRÃOS	FEIJÃO CAUPI	SOJA
01/2012	43,98	38,93	143,85	35,40	28,55	98,72	42,00
02/2012	44,08	40,60	149,28	35,40	28,30	110,26	41,95
03/2012	44,38	41,31	164,65	36,20	29,47	117,50	43,71
04/2012	45,17	41,06	188,40	37,00	29,72	113,48	49,54
05/2012	48,20	41,36	243,00	37,40	29,76	113,48	53,00
06/2012	49,74	41,06	267,40	37,60	29,78	113,48	55,38
07/2012	50,15	40,90	266,00	37,25	29,97	113,48	64,13
08/2012	50,50	40,98	258,00	36,20	30,70	113,48	70,95
09/2012	54,00	41,55	231,35	39,35	30,85	113,48	75,50
10/2012	57,60	43,08	220,24	40,92	30,41	113,48	75,40
11/2012	59,08	43,50	218,00	41,20	30,72	113,48	72,50
12/2012	59,33	43,40	218,00	41,95	30,54	113,48	68,00

Fonte: Geose/Segeo/Siagro

Na comercialização, destacam-se como produtos de exportação a soja cujo volume alcançou 253.776 toneladas contra 145.705 toneladas em 2011, variação de 60,25%, e o milho 10.607 toneladas em 2012.

### Estratégia de atuação da empresa



Por ser o Piauí um estado eminentemente importador de alimentos, tornam-se as ações da Conab de suma importância, vez que sua atuação dá o suporte às populações que necessitam do apoio governamental para melhor enfrentar situações de incertezas, como exemplo, pode-se destacar o abastecimento de milho em grãos (removido das regiões produtoras) e as ações provenientes das parcerias com o Ministério de Desenvolvimento Social – MDS e Ministério de Desenvolvimento Agrário – MDA, no que trata da operacionalização do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA e da assistência às famílias acampadas e de quilombolas que se encontram em situação de insegurança alimentar.

No campo da geração de informações, desenvolve o trabalho sistemático da conjuntura agrícola do estado, com destaque para as avaliações das safras de grãos e cana-de-açúcar, acompanhamento dos preços praticados em nível de produtor rural e atacado dos principais produtos produzidos e comercializados no Piauí.

### **Contratação de bens e serviços**

**Tipos de serviços contratados:** Serviços de Vigilância Armada, Telefonia Fixa, Serviços de reserva, emissão, marcação e remarcação de passagens aéreas nacionais, Serviços em Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho, Serviços de agente de integração público ou privado, Serviços de seguro de automóvel pertencente a frota dos veículos da Regional no Piauí, Fornecimento de combustível, Serviços de calculo na área Trabalhista e Cível, Locação de Veículos, Serviço de braçagem na movimentação de carga e descarga dos produtos agropecuários, Serviço comodato copiadora, Manutenção na central telefônica digital, Manutenção equipamentos informática,

**Forma de Contratação:** Através de Pregão Eletrônico, norteados pela Resolução de Diretoria Colegiada de N° 013 de 22/12/2010, que estabelece competências concernentes a licitações e contratos no âmbito da Conab.

### **Fatores de risco e sua gestão no exercício em análise e para os próximos dois exercícios**

Para que a gestão da Sureg/PI possa obter os melhores resultados, nas dimensões de eficiência, eficácia, efetividade e economicidade da Administração, é necessário conhecer os riscos inerentes das etapas de cada uma de suas atividades e buscar eliminá-los, se possível, ou tentar reduzir ao máximo os seus efeitos nas operações meio e finalísticas.

Os fatores a seguir enumerados, verificados no exercício de 2012, podem trazer riscos à gestão da Sureg/PI caso não sejam implementadas medidas saneadoras, quais sejam: 1- insuficiência de pessoal qualificado em algumas áreas, como fiscal/tributário, recursos humanos, armazenagem, rotinas e cálculos trabalhistas; 2 - idade avançada da maioria dos empregados; e 3- falta de planejamento e insuficiência de recursos financeiros para a recuperação e modernização da rede armazenadora.

Os riscos (ou ameaças) mais relevantes que a Sureg/PI incorre com a não implementação das medidas anteriormente descritas possuem potencial de paralisar ou reduzir a execução das ações finalísticas da Sureg/PI e, ainda, reduzir as suas vantagens e aumentar as desvantagens internas quais sejam: 1- a perda das informações adquiridas ao longo do tempo, caso não ocorra a renovação do quadro de pessoal, haja vista a maioria dos empregados (mais antigos) possuir idade avançada e muitos desses poderão se aposentar e pedir dispensa da Companhia; 2- depreciação acelerada dos armazéns da Conab, caso não haja destinação de recursos para a recuperação e modernização da rede armazenadora e, em razão disso, paralisar ou suspender programas de governo; 3- a ausência de avaliação das políticas públicas levadas a efeito pela Conab, objetivando medir o grau de eficiência, eficácia e efetividade dos programas, dificulta a tomada de decisões que visem o aperfeiçoamento e o redirecionamento dos objetivos; 4- contratação de pessoal para setores específicos.

Entretanto, para minimizar os efeitos dos riscos supra elencados, a Conab decidiu em 2012 lançar mão das seguintes providências:

- a) Realização, no final do exercício de 2012, de concurso público visando a contratação de 155 profissionais para atuarem em 22 diversas áreas na Matriz em Brasília/DF, tais como: Administração, Arquitetura, Arquivologia, Assistência Social, Auditoria, Comunicação Social, Contabilidade Geral, Direito – Jurídico, Direito - Correição, Economia, Enfermagem, Engenharia Civil, Engenharia Elétrica, Engenharia Mecânica, Engenharia Agrícola, Engenharia Agrônoma (ou Agronomia), Engenharia de Alimentos, Engenharia de Segurança do Trabalho, Estatística, Medicina do Trabalho, Pedagogia e Tecnologia da Informação;
- b) Realizar, até o dia 3 de maio de 2013, a avaliação de desempenho (referente ao exercício de 2012) e, com isso, buscar aferir a eficiência de seus empregados e, ainda, reduzir (ou eliminar) o ingresso de ações trabalhistas com vistas a corrigir a omissão da Companhia por não haver implementado tal avaliação, a qual é citada no Regulamento de Pessoal como forma de progressão funcional e salarial, mas que desde 1996 não era realizado;
- c) Elevar a capacidade estática de armazenagem da rede própria da CONAB em mais 644 mil toneladas, de 2,148 milhões de toneladas para 2,792 milhões de toneladas, conforme informação extraída do PPA (Plano Plurianual) 2012-2015. Desse modo, para a sua implementação será exigido aporte de recursos orçamentários a serem investidos em construção de novos armazéns e/ou reforma e ampliação dos existentes, e qualificação de pessoal lotado nas unidades armazenadoras.

## 2.2. Análise sobre o Ambiente de Negócios

### **Demanda por serviços de armazenagem e apoio à comercialização**

A Companhia Nacional de Abastecimento – Conab, no Estado do Piauí, possui atualmente 04 (quatro) Unidades Armazenadoras, com a capacidade estática de 23.890 toneladas, para armazenamento em ambiente natural, de produtos acondicionados. No ano de 2012, não houve demanda de armazenagem de terceiros e/ou privados, isso se reflete pelo fato dos nossos armazéns estarem sendo utilizados na armazenagem de produtos governamentais que atendem aos programas sociais, todos direcionados ao atendimento às populações consideradas necessitadas da ação governamental.

As receitas com a armazenagem de produtos dos estoques públicos são recebidas pela Matriz e descentralizadas para as unidades armazenadoras que inclui também o repasse dos recursos para pagamento das despesas de pessoal.

A Conab responde pela formulação e execução da Política de Garantia de Preços Mínimos- PGPM, que exerce papel relevante nas decisões de plantio do produtor, permitindo a redução das oscilações de preços, típicas do mercado agrícola. Tal política foi criada para dar suporte ao produtor nas situações em que os preços de mercado caem a níveis que tragam prejuízos para o setor, sem que a sua execução venha monopolizar a comercialização agrícola, ou seja, é necessário dar espaço para que a livre iniciativa continue operando na compra, venda e beneficiamento dos produtos agrícolas, devendo o governo intervir em momentos de reais dificuldades e sair do mercado assim que as condições estiverem recuperadas. Para a elaboração da proposta de preços mínimos dos produtos que compõem a pauta da PGPM, a Conab leva em conta todos os fatores previstos em legislação específica (Decreto-Lei n.º 79/1966), utilizando como parâmetros os preços observados, os estudos de mercado, as necessidades de consumo e de importação e exportação, os custos de produção e as características sócio-econômicas que envolvem cada produto.

A PGPM atua por meio de instrumentos de comercialização como:

- Aquisições do Governo Federal (AGF): consiste na venda da produção ao governo, mediante

aquisição direta, ou seja, compra com pagamento à vista, objetivando garantir preço mínimo ao produtor rural, agricultor familiar e/ou sua cooperativa, a fim de manter o nível de renda dos produtores.

Quando o preço de mercado apresenta-se abaixo do Preço Mínimo fixado para a safra vigente, a operação se realiza, desde que haja repasse de recursos pelo Tesouro Nacional. Os beneficiários interessados em vender sua produção deverão atender aos requisitos de qualidade estabelecidos para os produtos, depositando-os em armazéns credenciados e apresentando a documentação exigida para o cadastramento.

Em 2012, no Estado do Piauí, não houve a realização de AGF embora tenha havido crescimento de áreas de cultivo e o aumento consequente da produção de grãos. A oferta das principais culturas como: a soja, o milho, o feijão, o arroz e o algodão conservaram seus preços acima do valor do preço mínimo fixado pelo governo federal, para a safra 2011/2012.

➤ **Contrato de Opção:** permite que o Governo Federal faça aquisições de produtos de modo seletivo, ou seja, escolhendo a região e o tipo de produto que deseja comprar, beneficiando produtores rurais e cooperativas de produtores cadastrados em uma Bolsa credenciada, e que não estejam inadimplentes com a Companhia. Contempla todos os produtos definidos pela PGPM, sendo os contratos lançados por decisão das autoridades governamentais, em função das condições de comercialização de cada produto. Seu objetivo é proteger o produtor/cooperativa contra os riscos de queda nos preços de seu produto, já que o contrato é lançado preferencialmente no período de sua colheita e seu vencimento ocorre na respectiva entressafra. Ocorrendo na modalidade de venda, dá ao beneficiário o direito de vender seu produto para o Governo, numa data futura, a um preço previamente fixado. O acesso ao contrato se dá por meio de Leilões, onde todas as Bolsas credenciadas (de Cereais, de Mercadorias e/ou de Futuros) ficam simultaneamente interligadas.

Em 2012, no Estado do Piauí, não houve a necessidade de ofertar Contrato de Opções. Por ser um instrumento que visa a proteger o produtor/cooperativa contra os riscos de queda nos preços de seu produto, não foi necessário a Conab intervir no mercado (adquirir produtos), haja vista a baixa concorrência nas regiões produtoras, bem como o destaque aos estados do Nordeste enquanto potenciais compradores. Ademais, a distância dos grandes centros produtores tradicionais do país (Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, Paraná, etc.) também é um fator que vem a favorecer os produtores rurais piauienses.

➤ **Prêmio de Escoamento de Produto (PEP):** é uma subvenção econômica concedida por meio de leilões àqueles que se disponham adquirir o produto indicado pelo Governo Federal, diretamente do produtor rural e/ou sua cooperativa, pelo valor de referência fixado (preço mínimo), promovendo seu escoamento para uma região de consumo previamente estabelecida e seguidas as condições previstas no regulamento. Esse instrumento pode ser utilizado para complementar o abastecimento em regiões deficitárias a partir de estoques privados.

Em 2012, no Estado do Piauí, não houve a intervenção com subsídios de Prêmio de Escoamento de Produto – PEP pelo governo federal, confirmada após reuniões com as entidades representativas dos produtores que decidiram que não haveria necessidade da implementação de um PEP para esta safra.

➤ **Prêmio Equalizador Pago ao Produtor (PEPRO):** subvenção econômica concedida ao produtor rural e/ou sua cooperativa que se disponha a vender seu produto pela diferença entre o Valor de Referência estabelecido pelo Governo Federal e o valor do Prêmio Equalizador arrematado em leilão, obedecida a legislação do ICMS vigente em cada estado da Federação. Com operação semelhante ao PEP, garante um patamar de preço ao produtor, que tanto pode ser o mínimo quanto um outro definido (preço de referência), sendo que a principal diferença é o pagamento do prêmio diretamente ao produtor rural. Esse instrumento, lançado quando o preço de mercado estiver abaixo do preço mínimo, é operacionalizado por intermédio das Bolsas credenciadas e, similarmente ao PEP, desonera o Governo de adquirir o produto, viabilizando o seu escoamento para as regiões

consumidoras, de modo a complementar o abastecimento.

Em 2012 no Estado do Piauí, não houve a necessidade de apoio do Prêmio Equalizador Pago ao Produtor – PEPRO devido ao preço pago direto aos nossos produtores estarem acima do preço mínimo praticado pelo governo federal. Esta decisão foi referendada após várias reuniões e avaliações pelas entidades representativas dos produtores com essa Companhia.

### Mapeamento das principais empresas do setor privado que prestam serviços análogos aos da Conab

#### a) Armazenagem

Nome do Agente Armazenador	CNPJ	Capacidade(ton)
BUNGE ALIMENTOS S/A	84.046.101/0395-61	99.418
IPE AGROINDUSTRIAL LTDA	09.597.095/0001-47	53.644
RIBEIRAO S/A	6.855.894/0001-88	50.866
BUNGE ALIMENTOS S/A	84.046.101/0493-62	30.229
BUNGE ALIMENTOS S/A	84.046.101/0492-81	29.898
CANEL-CENTRAL AGROP NOVA ERA LTDA	23.505.902/0001-85	29.017
DM COELHO AGROMERCANTIL LTDA	09.077.923/0002-05	26.401
BUNGE ALIMENTOS S/A	84.046.101/0410-35	26.366
CEAGRO AGRONEGOCIOS LTDA	00.639.692/0009-70	25.987
LOS GROBO CEAGRO DO BRASIL S/A	10.515.785/0018-37	25.987

Fonte: Suarm

#### b) Comercialização

Não houve, conforme exposto no item 2.2 Análise sobre o Ambiente de Negócio.

#### c) Classificação

**Não houve**, A Sureg/PI não presta o serviço de classificação de produtos. Para esse tipo de serviço a Conab e demais interessados utilizam os serviços ofertados pela ADAPI - Agência de Defesa Agropecuária do Piauí e pela empresa ENCAL – Empresa Nacional de Classificação e Análise Ltda., em Brasília/DF (óleo vegetal e produtos embalados).

### Quadro 2.3 – Serviços que geram receitas próprias na UJ

Serviço	Receita	%
Armazenagem de Produtos Agrícolas	21.432,89	100,00
Leilão de Terceiros (público)	0	0,00
Leilão de Terceiros (privado)		0,00
Classificação de Produtos		0,00
<b>Total de Serviços</b>	<b>21.432,89</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Diafi/Sucon

Em 2011, o faturamento total contabilizados como serviços de armazenagem de produtos de terceiros, incluindo as tarifas de armazenagem e as de garantia e produtos armazenados na UJ foi de R\$ 21.432,89, o que representa 2,68% a mais do que em 2012. Estes serviços correspondem a Receita de Serviços de Armazenagem de Produtos Industrializados/Manufaturados com utilização

de espaço físico(m<sup>2</sup>) totalizando R\$ 13.917,89 e Serviços de Pesagem de veículos R\$7.515,00 As receitas com a armazenagem de produtos dos estoques públicos são recebidas pela Matriz e descentralizadas para as unidades armazenadoras.

### Principais clientes por produtos e serviços dos setores público e privado

#### a) Principais clientes do setor público – comercialização

Não houve, pelo fato da oferta das principais culturas como: a soja, e o milho conservaram seus preços acima do valor do preço mínimo fixado pelo governo federal, para a safra 2011/2012.

#### b) Principais clientes do setor privado – comercialização

Não houve, pelo fato da oferta das principais culturas como: a soja, e o milho conservaram seus preços acima do valor do preço mínimo fixado pelo governo federal, para a safra 2011/2012.

#### c) Principais clientes do setor público – armazenagem

CNPJ	Razão Social	Produto	Movimentado Quantidade(t)	Movimentado Valor (R\$)
26.461.699/0358-04	CIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO – MERCADO DE OPÇÃO	EMBALAGENS MILHO EM GRÃOS	51.738	29.859.274,47
26.461.699/00224-00	CIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO – PGPM	EMBALAGENS FEIJÃO MILHO EM GRÃOS	9.259	6.001.243,53

Fonte: Suarm

OBS: Consideramos como principais clientes os depositantes que movimentaram mais de 1.000 toneladas em 2012

#### d) Principais clientes do setor privado – armazenagem

Não houve, pelo fato dos nossos armazéns estarem sendo utilizadas na armazenagem de produtos governamentais que atendem aos programas sociais, todos direcionados ao atendimento às populações consideradas necessitadas da ação governamental.

## 3. SUSTENTAÇÃO DE RENDA

### 3.1. Análise das principais ações ligadas à compra e a subvenção

A oferta das principais culturas como: a soja, o milho, o feijão, o arroz e o algodão conservaram seus preços acima do valor do preço mínimo fixado pelo governo federal, para a safra 2011/2012, portanto não houve ações ligadas à compra e a subvenção.

#### Principais critérios adotados para definição das intervenções no mercado por produto, bem como para a escolha do instrumento utilizado

Os critérios e definição de quais intervenções serão feitas no mercado, são realizadas pela Sugof, na Matriz.

### 3.2. Análises dos Programas de Sustentação de Renda

### 3.2.1. Programa de Aquisições do Governo Federal – AGF

Aquisição direta com pagamento à vista, quando o preço de mercado estiver abaixo do preço mínimo fixado para a safra vigente, objetivando garantir preço mínimo ao produtor rural, agricultor familiar e/ou sua cooperativa, a fim de manter o nível de renda dos produtores.

Quando o preço de mercado apresenta-se abaixo do Preço Mínimo fixado para a safra vigente, a operação se realiza, desde que haja repasse de recursos pelo Tesouro Nacional. Os beneficiários interessados em vender sua produção deverão atender aos requisitos de qualidade estabelecidos para os produtos, depositando-os em armazéns credenciados e apresentando a documentação exigida para o cadastramento.

Para esse instrumento não houve a participação do Piauí, pelos motivos já elencados. A aquisição abaixo, refere-se a compra de sacaria de polipropileno com o objetivo de acondicionar milho em grãos adquirido nas regiões produtoras oriundo das remoções das regiões produtoras do país.

#### **Volume físico e financeiro por tipo de produto em cada Estado da Federação**

Somente foram adquiridos 722.000 Unidades de Sacarias com Custo de R\$ 702.811,30 (Setecentos e Dois Mil, Oitocentos e onze Reais e Trinta Centavos), destinados a ensaque de milho em grãos do Programa Venda Em Balcão.

#### **Dez maiores operações na modalidade**

##### **Quadro 3.1 - Dez maiores operações na AGF**

Ordem	Produto	CPF/CNPJ	Valor Aquisição (und//)	Quantidade (und)	Valor (R\$)
1	Sacaria de Polipropileno	007.623.251.0001-28	0,912	299.000,000	272.827,90
2	Sacaria de Polipropileno	086.728.030.0001-02	0,976	210.000,000	204.873,00
3	Sacaria de Polipropileno	062.931.130.0001-09	1,057	153.000,000	161.690,40
4	Sacaria de Polipropileno	113.377.940.0001-08	1,057	60.000,000	63.420,00
<b>Total</b>				<b>722.000,000</b>	<b>702.811,</b>

Fonte: Dirab/Suope

### 3.2.5 Subvenção Econômica aos Produtores de Cana de Açúcar

Subvenção econômica concedida de acordo com a Lei n.º 12.666, DE 14.06.2012 e Portaria Interministerial MAPA/MF nº 777, de 21 de agosto de 2012, aos produtores rurais independentes de cana de açúcar, pessoas físicas ou jurídicas ou suas cooperativas, para repasse aos seus cooperados, cuja produção tenha sido cultivada e processada em terras e em unidades industriais (Usinas e Destilarias) localizadas nas áreas de atuação da SUDENE e no Rio de Janeiro que tenham como atividade principal ou secundária a produção de açúcar e/ou etanol e que possuam cadastro junto à Secretaria de Produção e Agroenergia – SPAE/MAPA.

Beneficiaram-se produtores dos estados de Alagoas, Bahia, Espírito Santo, Maranhão, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, Piauí Rio de Janeiro e Rio Grande do Norte.

Foram beneficiados nesta operação 18.070 produtores, totalizando R\$ 14.848.151,30 e, especificamente no Piauí foram beneficiados 09 produtores com subvenção total de R\$ 267.734,90

#### **Análise da efetividade das principais intervenções no mercado, avaliando as causas de eventuais insucessos e fatores de risco para o próximo exercício**

A decisão de quais intervenções serão feitas no mercado, assim como a análise dos resultados dessas intervenções, dependem de fatores de esfera local, nacional e internacional, análise são feita pela Sugof, na Matriz. Tais análises constam do Relatório de Gestão da Matriz.

### Resultado financeiro geral

Encontra-se no final do capítulo 4, consolidando as informações sobre compras, vendas e subvenções ligadas à PGPM.

### Análise da efetividade das principais intervenções no mercado, avaliando as causas de eventuais insucessos e fatores de risco para o próximo exercício.

O Piauí tem enfrentado a pior seca dos últimos 40 anos. O baixo índice pluviométrico tem impossibilitado o plantio pelos agricultores familiares, como consequência não há produção da Agricultura Familiar. A descentralização orçamentária do MDS/MDA para a Conab, especificamente na modalidade de CPR-Estoque tem como principal finalidade apoiar a formação de estoques pelas cooperativas e demais organizações formais da agricultura familiar e; constituir estoques públicos de alimentos produzidos por agricultores familiares, fato este que não houve participação na modalidade CPR-Estoque.

### Resultado financeiro geral

**Quadro 3.2 – Quantidades e recursos dispendidos por instrumento**

Instrumento	Origem do Recurso	Produto	Quantidade (em t)	Valor (R\$)
CPR Doação	MDS	Diversos	4.086	10.270.848,03
	MDA		0	0,00
CPR Estoque	MDS		0	0,00
	MDA		0	0,00
Total MDS			4.086	10.270.848,03
Total MDA			0,0	0,00
Greal			4.086	10.270.848,03

Fonte: Dipai/Supaf

### Dez maiores operações em cada modalidade

**Quadro 3.3 – Dez maiores operações na CPR-Doação**

Nº Ordem	CNPJ	PROPONENTE	VALOR TOTAL PROPOSTA (R\$)
01	07.332.045/0001-02	ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES IRRIGANTES DE MARRECAS	215.992,20
02	08.943.246/0001-09	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS AGRICULTORES FAMILIARES DA LOCALIDADE CAMPO VERDE	211.500,00
03	05.104.422/0001-20	ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS R ASSENTADOS 13 ABRIL	184.326,90
04	11.336.603/0001-85	ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS IRRIGANTES DO VALE DO CANINDÉ - ASSIVALE	174.460,00
05	00.723.373/0001-90	ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DO ASSENTAMENTO RECANTO DAS PALMEIRAS'	169.550,00
06	02.925.665/0001-31	ASSOCIAÇÃO DOS IRRIGANTES DO SETOR HIDRÁULICO III	166.331,10
07	10.819.317/0001-08	ASSOC. COMUN. DE PROD. E SERV. DOS AGRICULT. FAMILIARES DE COIVARAS	166.260,60
08	02.925.665/0001-31	ASSOCIAÇÃO DOS IRRIGANTES DO SETOR HIDRÁULICO III	164.945,05

09	07.941.365/0001-60	ASSOC. COM. DE PRODUÇÃO E SERVIÇOS DOS AGRICULTORES/AS DO MUN. DE ALTO LONGÁ - PI	144.000,00
10	16.444.306/0001-77	ASSOCIAÇÃO DOS PEQUENOS PRODUTORES FAMILIARES DE SANTA LUZ-PI	143.966,80

Fonte: Dipai/Supaf

### 3.3. Principais indicadores de desempenho

Nome do Indicador: Percentual de recursos do PAA destinado ao atendimento de agricultores com menor renda		2012	2011	2010
1	Objetivo do Indicador: Avaliar o montante de recursos destinado ao atendimento de agricultores identificados com menor renda	78,7	74,9	71,4
Análise do Resultado: O resultado apurado ficou dentro do parâmetro esperado				
Nome do Indicador: Percentual de municípios atendidos pelo PAA em relação ao n.º de municípios do Estado		2012	2011	2010
2	Objetivo do Indicador: Avaliar a abrangência do PAA no Estado	21,9	18,8	12,9
Análise do Resultado: O resultado apurado ficou dentro do parâmetro esperado				
Nome do Indicador: Percentual de mulheres produtoras atendidas pelo PAA		2012	2011	2010
3	Objetivo do Indicador: Identificar o quantitativo de mulheres agricultoras contempladas em relação ao total de beneficiários do Programa	44,62	40	39

Fonte: Geose/Seopi

## 4. PROMOÇÃO DO ABASTECIMENTO

### Relação de produtos agrícolas que foram objeto de intervenção no mercado

Não houve intervenção por parte do Governo Federal na aquisição de produtos agrícolas tais como : milho, arroz, feijão e soja que são a base da produção agrícola do Estado do Piauí, haja vista, os preços de comercialização estarem acima dos preços mínimos.

### Principais critérios adotados para definição das intervenções no mercado por produto, bem como para a escolha do instrumento utilizado

As ações desenvolvidas pela Conab visando a regularização do abastecimento interno incluem a venda de estoques governamentais, por meio de leilões públicos ou em balcão, a compradores de pequeno porte e a concessão de subvenção, como estímulo ao escoamento de produtos de zonas produtoras para áreas desabastecidas.

As vendas em leilões públicos, com ou sem subvenção, são realizadas a partir de análises de mercado desenvolvidas pela Superintendência de Gestão da Oferta- Sugof, quando são identificadas as áreas desabastecidas, as variações danosas nos níveis de preços e os produtos que necessitam de intervenções. As vendas também podem ser realizadas para a redução de custos de manutenção de pontas de estoques, obedecidas as quantidades especificadas no Manual de Operações da Conab-MOC (embalagens até 10.000 unidades; arroz e milho até 100 toneladas; farinha e fécula de mandioca, feijão, juta/malva, mamona, rami, raspa de mandioca, sisal, soja, trigo e sorgo até 60 toneladas; algodão, cera e pó cerífero de carnaúba até 2 toneladas), e pela necessidade de retirada de produtos de unidades armazenadoras onde ocorreram perdas e/ou desvios de produtos.

A concessão de subvenção econômica, na forma de equalização de preços, é feita por meio de leilões públicos e por intermédio dos instrumentos de apoio à comercialização, quais sejam: o Prêmio de Escoamento de Produto -PEP e o Prêmio Equalizador Pago ao Produtor Rural e/ou sua Cooperativa- PEPRO, operacionalizados pela Conab em cumprimento às determinações contidas em portarias interministeriais assinadas pelo Ministério da Fazenda, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento- MAPA e Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão- MPOG.



## 4.2. Análises das ações de Venda Direta de Produtos com subvenção e sem subvenção

### Quadro 4.1 – Demonstrativo da Comercialização de Vendas em Leilão Público

Produto	Vínculo do Produto	Quantidade (ton)		Valor da Operação c/ICMS (R\$)
		Ofertada	Negociada	
ARROZ EM CASCA	AGF	300	300	241.920,00

Fonte: Dirab/Suope

### Quadro 4.2 – Dez maiores operações de Vendas em Leilão Público

Ordem	Arrematante	Produto	Quantidade negociada (ton)	Total da Operação(R\$)
1	CEVAP CEREALISTA E INDUSTRIA VALE DO PARNAIBA LTDA	ARROZ EM CASCA	150	120.960,00
2	INDUSTRIA E COMERCIO DOM CAMILO LTDA.	ARROZ EM CASCA	150	120.960,00
Total			300	241.920,00

Fonte: Dirab/Suope

#### 4.2.1. Venda em Leilão Público

### Quadro 4.3 – Demonstrativo da Comercialização de Vendas em Leilão Público

Produto	Vínculo do Produto	Quantidade (ton)		Valor da Operação c/ICMS (R\$)
		Ofertada	Negociada	
ARROZ EM CASCA	AGF	300	300	241.920,00

Fonte: Dirab/Suope

### Quadro 4.4 – Dez maiores operações de Vendas em Leilão Público

Ordem	Arrematante	Produto	Quantidade negociada (ton)	Total da Operação(R\$)
1	CEVAP CEREALISTA E INDUSTRIA VALE DO PARNAIBA LTDA	ARROZ EM CASCA	150	120.960,00
2	INDUSTRIA E COMERCIO DOM CAMILO LTDA.	ARROZ EM CASCA	150	120.960,00
Total			300	241.920,00

Fonte: Dirab/Suope

#### 4.2.2. Venda em Balcão

Em 2012, a seca que assolou o Nordeste, fez com que a produção de milho, importante fonte de alimento, tanto humano quanto animal, tivesse uma quebra bastante acentuada, gerando um cenário de desabastecimento, necessitando, assim, do milho de outros estados (Mato Grosso e Goiás), com o objetivo de amenizar a situação vivida pelos criadores atingidos pela adversidade climática. Assim, através da Portaria Interministerial nº 470, de 24 de maio de 2012, os Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, da Fazenda e do Planejamento, Orçamento e Gestão, instituíram novos parâmetros para a liberação de milho em grãos dos estoques públicos, com a concessão de subvenção econômica, em razão da estiagem ocorrida nos municípios amparados pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), na forma de venda direta denominada programa de “Venda Balcão Especial”. Foram autorizadas a liberação de 200 mil toneladas do produto para atender aos beneficiários situados e com atividade nos municípios amparados pela SUDENE: avicultores, suinocultores, bovinocultores de leite e de corte, caprinocultores, ovinocultores e cooperativas de aves, suínos, bovinos de leite e de corte, caprinos e ovinos. O limite de aquisição/mês estabelecido foi de 3 (três) toneladas por beneficiário e o preço estabelecido foi de R\$ 18,10 (dezoito reais e dez centavos) por saca de 60 kg.

Em 29 de junho de 2012, o Governo Federal editou nova Portaria Interministerial de nº 601, estabelecendo novos parâmetros para a liberação de milho em grãos dos estoques públicos com a concessão de subvenção econômica. Dessa forma, foi revogada a Portaria Interministerial nº 470, de 24.05.2012. Pela nova portaria, a quantidade de produto a ser disponibilizada para o programa foi elevada de até 200 mil toneladas para até 400 toneladas. Uma das principais alterações foi a introdução de três diferentes faixas com os respectivos limites de aquisição por beneficiário e preço de venda, além de estabelecer a periodicidade mensal para as aquisições, a saber: até 3.000 kg preço de R\$ 18,12 por saca de 60kg; de 3.001 até 7.000 kg preço de R\$ 24,60; de 7.001 a 14.000 kg preço de R\$ 24,60.

A situação emergencial motivada pela seca que atingiu o Estado do Piauí, demandou da Conab/Sureg-PI um enorme esforço para atender a grande procura por milho em grãos. Essa situação ficou evidenciada pelo aumento dos Cadastros Técnicos do Programa Vendas em Balcão, que subiu de 3.000 para aproximadamente 25.000 cadastros. Ao final do exercício de 2012, a Sureg-PI comercializou 35.868 kg de milho em grãos ensacado e faturou R\$ R\$ 13.169.801,07 . Isto representou um aumento de 297,56 % na quantidade vendida se comparado com o ano de 2011, e de 211,59 % no faturamento se comparado, também, com o ano anterior.

#### Quadro 4.5 – Dez maiores operações de Vendas em Balcão

Ordem	Cliente	Produto	Quantidade negociada (ton)	Total da Operação(R\$)
1	JOACI NERES DOS SANTOS	MILHO	116.290	52.334,72
2	FRANCISCO MOREIRA DA COSTA NETO	MILHO	107.000	47.662,00
3	DANIEL CORTEZ DE MELO PIRES	MILHO	101.800	44.992,88
4	ESANTA ARCISA DA SILVA	MILHO	87.960	38.891,20
5	PEDRO OLIVEIRA MACHADO	MILHO	77.900	33.574,40
6	RUI CIPRIANO FEITOSA	MILHO	75.600	34.326,30
7	ANTONIO SERGIO NETO	MILHO	73.000	32.070,00
8	ANTONIA BARBOSA VIANA	MILHO	69.000	30.736,00
9	RAIMUNDA GOMES DE LIMA	MILHO	69.000	31.758,00
10	CARLOS BORGES DOS SANTOS	MILHO	68.450	29.436,00
Total			846.000	375.781,50

Fonte: Dirab/Supab

### 4.2.3. Valor para Escoamento do Produto – VEP

Subvenção econômica paga a um consumidor definido (avicultores, bovinocultores, caprinocultores, indústrias de ração e suinocultores), o qual adquire estoque governamental e se dispõe a escoá-lo para uma região de consumo estabelecida em edital.

A Conab Sureg-PI não vendeu produtos vinculados a esse instrumento, participando apenas na condição de estado comprador, ou seja, apenas arrematantes sediados no Piauí adquiriram o produto (milho em grãos) e escoaram-no e após a comprovação fizeram jus ao recebimento da subvenção estipulada no edital.

#### Volume físico e financeiro por tipo de produto

**Quadro 4.6 – Demonstrativo de Comercialização de VEP**

Produto	UF Origem	Quantidade (ton)		UF Destino	Valor da Operação c/ ICMS (R\$)
		Ofertada	Negociada		
Milho em Grãos a Granel	GO	414	414	PI	91.567,05
<b>Total</b>		<b>414</b>	<b>414</b>		<b>91.567,05</b>

Fonte: Dirab/Suope

**Quadro 4.7 – Dez maiores operações de VEP**

Ordem	Arrematante	Produto	Quantidade negociada (ton)	Total da Operação(R\$)
1	P.H.L FRANCO INDUSTRIA E COMÉRCIO – MEE	Milho em Grãos	414	91.567,05
<b>Total</b>			<b>414</b>	<b>91.567,05</b>

Fonte: Dirab/Suope

A decisão de quais intervenções serão feitas no mercado, assim como a análise dos resultados dessas intervenções, dependem de fatores de esfera local, nacional e internacional, análise é feita pela Sugof, na Matriz. Tais análises constam do Relatório de Gestão da Matriz.

### Resultado financeiro geral

**Quadro 4.8 – Demonstrativo Geral das Aquisições e Vendas dos Estoques**

Comercialização	Instrumento	Produto	Quantidade (t)	Valor (R\$)
Aquisição	AGF	Arroz e trigo		
		Sacaria (mil unid)	722,0	702.811,30
	Contrato de Opção	0	0,0	,00
Subvenção	Leilões de PEP	0	0,0	,00
	Leilões de PEPRO	0	0,0	,00
Total das Aquisições e Subvenções			722,0	702.811,30
Venda	Venda em Leilão Público	Arroz, café, feijão, milho, trigo e sisal		
	Venda em Balcão	Milho	35.868,3	13.169.801,07
Subvenção	VEP	Milho	414,0	91.567,05

<b>Total das Vendas e Subvenção</b>	<b>36.282,3</b>	<b>13.261.368,12</b>
<b>Resultado Geral</b>	<b>35.560,3</b>	<b>12.558.556,82</b>

Fonte: Supab

O resultado acima, é decorrente principalmente da atividade do Programa Venda em Balcão no auxílio na alimentação dos rebanhos nas regiões atingidas pela seca.

### 4.3. Principais indicadores de desempenho

Nome do Indicador: Percentual de cobertura do Programa Vendas em Balcão	2012	2011	2010
<b>Objetivo do Indicador: Identificar o quantitativo de compradores dentre os pequenos criadores</b>	<b>46,26</b>	<b>2,77</b>	<b>1,1</b>
<b>Análise do Resultado:</b> O Percentual de cobertura em 2012 deus-e em função da situação climática desfavorável à prosperidade da produção agrícola na região nordeste em 2012, através da edição da Portaria Interministerial nº 470, de 24 de maio de 2012, que estabeleceu os parâmetros para liberação de milho em grãos dos estoques públicos, com a concessão de subvenção econômica, nos municípios amparados pela área de atuação da Sudene.			
<b>Fonte: Geose/Seopi</b>			

## 5. ARTICULAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DO ABASTECIMENTO

### 5.2. Rede de Fortalecimento do Comércio Familiar de Produtos Básicos – Refap

A ação é coordenada pela Conab, com o objetivo de fortalecer as unidades varejistas filiadas, a partir da expansão e qualificação empresarial, ampliando o comércio local, com reflexo no aumento de arrecadação e emprego nos municípios brasileiros.

A Rede de Fortalecimento do Comércio Familiar de Produtos Básicos – REFAP no Piauí, tem cadastrados 77 varejistas em 04 Centrais de Negócios em formação. Em 2012, foram comercializados 2,3 toneladas nas Centrais de Negócios já formadas. Em relação ao exercício anterior que foi de 174,5 toneladas verifica-se redução de 98,68%, em face de que a quantidade de produtos disponibilizados pela Conab para comercialização nas Centrais de Negócios depende do volume de estoques disponíveis, vinculados ao PAA – Programa de Aquisição de Alimentos.

#### Ações realizadas para a formação das Centrais

Em 2012, somente foi formalizado 01 Central de Negócio no município de União/PI, com 11 Varejistas participantes, em razão da dificuldade de compreensão do trabalho associativo por parte dos potenciais participantes no programa no Estado, que tem como princípio estimular o associativismo entre os varejistas filiados, com o propósito de formação das Centrais de Negócios, com a perspectiva de oferecer às comunidades mais necessitadas produtos de qualidade a preços compatíveis.

**Quadro 5.1 – Demonstrativo de Vendas pela REFAP**

Produto	Quantidade (t)	Valor (Em R\$)	N.º Varejistas Atendidos	N.º Famílias Beneficiadas
LEITE DE VACA EM PÓ	2,3	2.938,00	30	2.938
<b>Total</b>	<b>2,3</b>	<b>2.938,00</b>	<b>30</b>	<b>2.938</b>

Fonte: Geose/Seopi

### 5.3. Principais indicadores de desempenho

<b>Nome do Indicador: Evolução de Varejistas Cadastrados em Centrais de Negócios</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>	<b>2010</b>
<b>Objetivo do Indicador: Acompanhar a evolução dos varejistas cadastrados e filiados às Centrais de Negócios</b>	<b>77</b>	<b>66</b>	<b>27</b>
<b>Análise do Resultado:</b> Embora haja dificuldade de compreensão do trabalho associativo por parte dos potenciais participantes no programa no Estado, tendo como princípio estimular o associativismo entre os varejistas filiados, o resultado foi considerado positivo.			

Fonte: Geose/Seopi

## 6. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

### 6.1. Armazenagem de Produtos Agrícolas

Os armazéns próprios da Conab no Piauí, tem como principal atividade a atuação no Programa de Vendas em Balcão com o armazenamento e comercialização de milho em grãos aos pequenos criadores e armazenamento de produtos dos programas institucionais, para doação às famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional, portanto não atuam como armazéns gerais na prestação de serviços armazenagem de produtos agrícolas.

**Quadro 6.1 – Estoque de Terceiros Armazenados nas Unidades Próprias**

Unidade Armazenadora	Produto	Quantidade(ton)	Valor (R\$)
UA/TERESINA	Produtos Industrializados/Manufaturados	71,1	2.170.349,00
UA/FLORIANO	Produtos Industrializados/Manufaturados	11,6	231.947,00
<b>Total</b>		<b>82,7</b>	<b>2.402.296,00</b>

Geose/Seopi

### Avaliação geral da qualidade dos estoques armazenados

Não houve perda de qualidade nos produtos armazenados, visto tratar-se de produtos industrializados e manufaturados.

### Faturamento total com serviços de armazenagem; Demonstração do resultado financeiro das operações de armazenagem de produtos agrícolas

**Quadro 6.2 – Resultado dos Serviços de Armazenagem**

Discriminação	Valor	%
Receita de Vendas e Serviços	21.432,89	-1,55
Receita de Vendas		0,00
Receita de Serviços	21.432,89	-1,55
-Deduções das Receitas de Vendas e Serviços	(1.200,67)	0,09
=Receita líquida de vendas e serviços	20.232,22	-1,47
-Custo Líquidos das Vendas e Serviços		0,00
=Lucro bruto operacional	20.232,22	-1,47
-Despesas Operacionais	-21.183.996,50	1.536,70
Despesas de Pessoal	(16.335.970,48)	1.185,02

Despesas Financeiras		0,00
Despesas Comerciais e Administrativas	(4.848.026,02)	351,68
Receitas Operacionais Diversas	19.768.727,87	-1.434,03
<b>Resultado Não Operacional</b>	<b>16.494,62</b>	<b>-1,20</b>
<b>Resultado</b>	<b>-1.378.541,79</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Diafi/Sucon

O resultado apurado decorre de que as UA's não atuam especificamente como Armazéns Gerais, a receita decorre da prestação de serviços referente a utilização de balanças na pesagem de veículos de terceiros, como também disponibilização de espaço m<sup>2</sup> a Prefeitura Municipal de Floriano, Secretaria de Desenvolvimento Rural do Piauí e Ministério da Integração na guarda de produtos industrializados/manufaturados.

#### 6.4. Principais indicadores de desempenho

1	<b>Nome do Indicador: Custos dos serviços de armazenagem prestados em relação a receita</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>	<b>2010</b>
	<b>Objetivo: Identificar os custos na prestação de serviços, a fim de saber se a tabela Conab está ajustada à realidade local de custos</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
	<b>Resultado &lt; que 1 é lucro e &gt; que 1 é prejuízo.</b>			
<b>Análise do Resultado: O resultado apurado está de acordo com o padrão esperado.</b>				
2	<b>Nome do Indicador: Volume de entregas em que ocorreu reproprocessamento</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>	<b>2010</b>
	<b>Objetivo do Indicador: Verificar a necessidade de reproprocessamento do produto entregue no armazém</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
	<b>Análise do Resultado: Não houve ação para este indicador.</b>			

Fonte: Seopi

### 7. ADMINISTRAÇÃO DE ESTOQUES PÚBLICOS – ARMAZENAGEM, FISCALIZAÇÃO E MOVIMENTAÇÃO

#### 7.1. Análise sobre a situação dos armazéns utilizados pela Conab

##### Capacidade estática de armazenagem dos armazéns próprios da Conab

Quadro 7.1 – Capacidade Estática da Rede Própria de Armazéns

Unidade Armazenadora	N.º de Armazéns	Capacidade (Em ton)			Total da Capacidade	Média de Ocupação	% de Ocupação
		Convencional	Granel	Frigorificada			
FLORIANO	1	4.300			4.300	1.087	25,28
PARNAÍBA	1	4.100			4.100	1.416	34,52
PICOS	1	3.200			3.200	731	22,83
TERESINA	3	12.300			12.300	1.447	11,76
<b>Total</b>	<b>6</b>	<b>23.900</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>23.900</b>	<b>4.680</b>	<b>19,58</b>

Fonte: Sicarm

Os armazéns próprios da Conab no Piauí, tem como principal atividade a atuação no Programa de Vendas em Balcão com o armazenamento e comercialização de milho em grãos aos pequenos criadores e armazenamento de produtos dos programas institucionais, para doação às famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional.

**Quadro 7.2 – Posição dos Estoques Públicos Armazenados em Unidades Próprias**

Unidade Armazenadora	Produto	Quantidade (ton)	Valor (R\$)
UA/TERESINA	FEIJÃO ANAO CORES T 2	55,9	179.411,20
UA/TERESINA	MILHO EM GRÃOS	580,6	757.289,54
UA/PICOS	MILHO EM GRÃOS	127,6	265.579,47
UA/PARNAIBA	MILHO EM GRÃOS	166,6	328.145,25
UA/FLORIANO	MILHO EM GRÃOS	408,5	534.624,92
PV/CORRENTE	MILHO EM GRÃOS	8,8	39.612,08
PV/OEIRAS	MILHO EM GRÃOS	43,5	54.060,59
PV/PAULISTANA	MILHO EM GRÃOS	14,3	32.127,11
PV/SÃO RDO NONATO	MILHO EM GRÃOS	227,2	244.806,12
<b>Total</b>		<b>1.405,8</b>	<b>2.190.850,16</b>

Fonte: Geose/Seopi

Os produtos em estoque estão armazenados dentro dos padrões exigidos. Os produtos armazenados nas unidades armazenadoras denominadas PV nos municípios de: Corrente, Oeiras, São Raimundo Nonato e Paulistana, são produtos originários dos estoques vinculados à PGPM e Mercado de Opção, destinados ao atendimento do Programa Venda em Balcão – Especial, instituído pelas portarias interministeriais /MAPA/MF/MP N° 601 de 29 de Junho de 2012, alterada pela portaria MAPA/MF/MP N° 1.171, de 26 de dezembro de 2012 e portaria MAPA/MF/MP N° 13 de 27 de Fevereiro de 2013.

**Avaliação geral da situação física dos armazéns, considerando o disposto no Decreto nº 3.855/2001** (regulamenta a Lei de Armazenagem)

**a) Principais problemas**

Os principais problemas existentes nas unidades armazenadoras do Piauí, são decorrente de falta de modernização de equipamentos, falta de profissionais na área de engenharia civil, responsável pelo diagnóstico físico das unidades, suplementação do quadro servidores, objetivando prover a unidade de pessoal capacitado no desenvolvimento das atividades da unidade, garantindo a competência técnica na prestação de serviços de armazenagem.

**b) Demanda por manutenção**

As unidades contam com equipamentos operacionais necessários à movimentação e guarda de produtos, porém necessitam de manutenção e modernização, tanto nos equipamentos quanto nas instalações físicas, pois não tiveram suas demandas plenamente atendidas nos exercícios anteriores. Neste sentido, e de posse dos recursos orçamentários aprovados na LOA para a Ação (2829) Recuperação e Modernização da Rede Própria de Armazéns, a Suarm autoriza a aquisição dos equipamentos necessários e a realização de serviços e/ou obras de manutenção, recuperação e modernização das unidades.

A rede de armazenagem própria está destinada à armazenagem dos estoques públicos, atuando também, de forma supletiva, como empresa de armazéns gerais.

Em 2012 a execução orçamentária da Ação supracitada foi prejudicada, em função da inexistência no quadro da UJ de engenheiro(s) e/ou técnico(s) para a elaboração de projetos básicos de engenharia que compõem os editais de licitação pública. A falta de profissionais na área de engenharia civil é comum nas demais regionais, tanto que, apenas um engenheiro civil, com lotação na Sureg/PB, foi responsável pelo atendimento, na medida do possível, das demandas das regiões Norte e Nordeste.

**c) Valor gasto para manutenção de armazéns próprios**

**Quadro 7.4 – Obras realizadas nas Unidades Armazenadoras**

Unidade Armazenadora	Obra/Serviço/Equipamento	Corrente	Capital	Inscrito em Restos a Pagar não Processado		Total Geral
				Corrente	Capital	
UA/Floriano UA/Parnaíba	Aquisição de 4 roçadeiras a gasolina		2.969,88			2.969,88
UA/Picos UA /Teresina	Aquisição de 10 máquinas de costurar sacaria		4.899,00			4.899,00
UA Floriano	Recuperação do telhado	7.986,00				7.986,00
UA Parnaíba	Serviço de aferição da balança rodoviária	1.304,00				1.304,00
4		9.290,00	7.868,88	0,00	0,00	17.158,88
			17.158,88	0,00		

Fonte: Siafi

**d) Plano de investimentos para colocar os armazéns próprios da Conab em conformidade com os critérios de habilitação descritos na IN Mapa 12/2009**

Em atendimento aos Requisitos Técnicos Obrigatórios ou Recomendados para certificação de Unidades Armazenadoras em Ambiente Natural, constantes na Instrução Normativa supracitada, a Conab estabeleceu cronograma de investimentos para adequação de suas Unidades. No planejamento, as Unidades Armazenadoras do Piauí não estão contempladas em 2013, somente em 2014 e 2015 há previsão para investimentos, conforme relação abaixo.

CERTIFICAÇÃO DAS UNIDADES ARMAZENADORAS PRÓPRIAS DIAGNÓSTICO – PREVISÃO 2014			
TERESINA – PI			
Capacidade estática: 12.300	Modalidade: Convencional	Enquadramento: Terminal	
Obras		Custos	Obrigatoriedades
Local para guarda de Agrotóxico		35.000	O1
Pavimentação		1.020.000	O4
Recinto de Análise		50.000	O1
Sanitário de Clientes e Deficientes		45.000	O4
Sistema de combate a incêndio		135.000	O4
Sinalização de trânsito		3.000	O4
<b>TOTAL</b>		<b>1.288.000</b>	
CERTIFICAÇÃO DAS UNIDADES ARMAZENADORAS PRÓPRIAS DIAGNÓSTICO – PREVISÃO 2015			
FLORIANO – PI			
Capacidade estática: 4.300	Modalidade: Convencional	Enquadramento: Coletora	
Obras		Custos	Obrigatoriedades
Local para guarda de Agrotóxico		35.000	O1



Pavimentação	50.000	O3
Recinto de Análise	50.000	O1
Sanitário de Clientes e Deficientes	45.000	O4
Sinalização de trânsito	3.000	O3
Sistema de combate a incêndio	135.000	O4
<b>TOTAL</b>	<b>318.000</b>	
<b>PARNAÍBA – PI</b>		
<b>Capacidade estática: 4.100</b>	<b>Modalidade: Convencional</b>	<b>Enquadramento: Coletora</b>
<b>Obras</b>		<b>Custos</b> <b>Obrigatoriedades</b>
Pavimentação	50.000	O3
Sanitário de Clientes e Deficientes	45.000	O4
Sinalização de trânsito	3.000	O3
Sistema de combate a incêndio	135.000	O4
<b>TOTAL</b>	<b>233.000</b>	
<b>PICOS – PI</b>		
<b>Capacidade estática: 3.200</b>	<b>Modalidade: Convencional</b>	<b>Enquadramento: Coletora</b>
<b>Obras</b>		<b>Custos</b> <b>Obrigatoriedades</b>
Recinto de Análise	50.000	O1
Sanitário de Clientes e Deficientes	45.000	O4
Sinalização de trânsito	3.000	O3
<b>TOTAL</b>	<b>98.000</b>	

Fonte: Suarm/Gerap

### Quadro 7.5 – Capacidade Estática de Armazenagem x Demanda

Armazéns Cadastrados		Produção – safra 2011/12		Demanda %
N.º UA	Capacidade Estática (mil ton)	Produto	Quantidade (mil ton)	
141	962,1	Algodão	45,2	237,6
		Arroz	137,5	
		Feijão	36,5	
		Mamona	0,1	
		Milho	787,2	
		Soja	1.263,1	
		Sorgo	16,4	
		<b>Total Produção</b>	<b>2.286,0</b>	

Fonte: Dirab/Suarm e Boletim do 12º Levantamento de Safras (set/12)

Dos 141 Armazéns cadastrados, 93 (65,9 %) se concentram na região do cerrado (Microrregiões de: Alto Médio Gurgueia, Alto Parnaíba e Bertolínia), onde predomina a agricultura empresarial responsável por cerca de 92,5% da produção de grãos do estado. A primeira com cerca de 32,18% da capacidade estática instalada, a segunda com 53,88% da capacidade estática e a terceira com 3,65% da capacidade estática enquanto as demais possuem 10,27% da capacidade estática instalada.

Quanto à localização das unidades armazenadoras, verifica-se o predomínio daquelas instaladas em área rural que representam 69,87% da capacidade estática total, fazendas que representam 24,11% da capacidade estática total, enquanto as instaladas em áreas urbanas representam apenas 6,02%.

A guarda dos produtos nos locais de produção é prática de suma importância, tanto como complemento da rede armazenadora urbana quanto para minimizar perdas quantitativas e qualitativas a que estão sujeitas os produtos colhidos, além disso possibilita economia na remoção de produtos, com deslocamento em períodos de entressafra quando o valor dos fretes são menores.

## **Ações de capacitação de mão-de-obra do Setor Armazenador**

A capacitação de mão de obra do Setor Armazenador está suspensa devido à necessidade de implantação de novos controle, tipo FEEDBACK do participante e redefinição do público alvo beneficiado com o treinamento, além da regularização administrativa do CENTREINAR, órgão responsável pela execução da ação, por meio do convênio CONAB e FUNARBE.

## **7.2. Análise das ações de fiscalização de estoques públicos**

### **Quantidade de funcionários alocados em atividade de fiscalização de armazéns e estoques públicos**

A fiscalização tem como finalidade essencial a apuração das condições de qualidade e quantidade dos estoques públicos e avaliação da situação técnico operacional das unidades armazenadoras depositárias. Executada de maneira sistemática e intensiva, a fiscalização é um instrumento valioso para a realização das ações preventivas que visam garantir a integridade destes ativos, e punitivas, adotadas quando das irregularidades constatadas e está sob a coordenação da SUFIS/GEFIS, na Matriz-DF.

Dado a complexidade da tarefa dos fiscais da Conab, torna-se fundamental a realização de treinamento e cuidados especiais permanentes, seja na atualização de novos procedimentos ou no acompanhamento e avaliação dos trabalhos realizados. Dessa forma, o Manual de Fiscalização traz orientações que visam subsidiar os trabalhos executados pelos fiscais, propiciando principalmente padronização das ações o que reflete em maior organização e credibilidade na fiscalização dos estoques públicos.

Em consequência dos resultados apurados pela fiscalização, diversas medidas são adotadas pela Conab, as quais permitem a administração de forma mais adequada e eficiente dos estoques públicos e a adoção de ações estratégicas de abastecimento do mercado ou de participação em programas sociais de segurança alimentar.

Portanto, o fiscal da Conab é um empregado formalmente capacitado para executar as atividades de fiscalização, em qualquer estado da federação, norteado pela orientação superior e à luz dos normativos existentes. Para o exercício da função são exigidos, além de condicionamento físico condizente, conhecimento específico de armazenagem, noções de classificação, cálculos e métodos de cubagem, elaboração de mapeamento, interpretação de normativos e do Manual de Fiscalização e das condições estabelecidas no Contrato de Depósito formalizado com as empresas prestadoras de serviços de armazenagem.

Para a realização dessa atividade, a Sureg/PI dispõe, em seu quadro, de 08 empregados com formação específica para fiscal. Esses empregados além de exercerem a função de fiscal, quando demandados, também desempenham outras atividades nas áreas em que estão lotados, já que a fiscalização obedece a um calendário elaborado pela Gerência de Fiscalização – GEFIS.

No Estado do Piauí, não houve ocorrências de divergências entre o volume contabilizado pela Conab em suas bases de dados e o estoque físico averiguado pelos fiscais.

### **Número de ocorrências de divergências entre o volume contabilizado pela Conab em suas bases de dados e o estoque físico averiguado pelos fiscais, por produto e por Estado; Quantidade física e financeira de perdas de produtos agrícolas em estoques públicos; Quantidade física e financeira de produtos agrícolas averiguada em eventuais desvios em estoques públicos**

No Estado do Piauí, não houve ocorrências de divergências entre o volume contabilizado pela Conab em suas bases de dados e o estoque físico averiguado pelos fiscais.

### **Quantidade de armazéns descredenciados no exercício**

No Estado do Piauí, não houve descondicionamento.

**Avaliação física geral dos armazéns contratados pela Conab**

Não há no Estado do Piauí, armazéns contratados pela Conab.

**Saldo de débitos relativos à desvios ou perdas em estoques públicos; valores recuperados em perdas ou desvios em estoques públicos; valores ajuizados em razão de débitos relativos à desvios ou perdas em estoques públicos**

No Estado do Piauí, consta o saldo de débitos atualizados no valor total de R\$ 524.165,33, referente a 07 Processos em cobrança Judicial correspondente ao ano de 1992, conforme quadro abaixo.

**Quadro 7.6 Processos em cobrança judicial – Desvios ou Perdas Estoques Públicos**

Documento cobrança	Nome Agente	CNPJ/CPF	Data Base	Valor Base	Produto	Qtd(kg) Produto	Saldo Devedor
3874/89	AGROP RIO VOLTA S/A - AGRISA	141.132.794-20	01/04/92	2.197.384,21	Arroz em Casca	6.828	17.528,03
11.0126/89	ARILTON ARAUJO ELVAS PARENTE	096.817.603-87	31/07/92	18.181.200,00	Arroz em Casca	24.109	65.008,98
3871/89	DORILSON LUIS BARBOSA	14.328.000/0000-00	01/04/92	7.218.060,00	Arroz em Casca	23.250	57.577,95
4199/89	JOSE NAZARIO DE ABREU	047.591.843-68	01/04/92	6.480.460,00	Arroz em Casca	20.441	51.693,60
0115/91	JOSE RIBAMAR LUSTOSA DE ALENCAR	027.138.103-53	01/04/92	7.814.605,10	Arroz em Casca	25.441	62.336,25
4048/89	JOSE RIBAMAR LUSTOSA DE ALENCAR	027.138.103-53	01/04/92	3.699.688,29	Arroz em Casca	11.917	29.512,05
3547/90	QUIRINO LUSTOSA AVELINO	023.434.361-34	01/04/92	30.150.460,00	Arroz em Casca	89.239	240.507,47
<b>Totais</b>				<b>75.741.857,60</b>		<b>201.225</b>	<b>524.164,33</b>

Fonte: Sufin/Gecob

**7.3. Análise das ações de movimentação de estoques públicos**

As operações de remoção de milho para as regiões Sul, Norte e Nordeste do país, regulamentada por Portarias Interministeriais, com a concessão de subvenção econômica aos criadores de pequeno porte, tiveram suas cadências de embarque reduzidas, em decorrência da dificuldade enfrentada pelas transportadoras contratadas para cumprir o fluxo estabelecido. A situação deu-se por diversos fatores externos que gerou uma severa deficiência de transporte no país, incluindo o crescimento da demanda por frete, o aumento da produtividade no plantio de soja e milho, a redução do número de caminhões disponíveis, a elevação do preço de frete (que chegou a atingir uma média de 36%), além das novas exigências legais para setor de transporte rodoviário. Tudo isso tiveram majorado o prazo de execução das viagens para o escoamento da produção. Os caminhoneiros, diante das novas exigências, procuraram executar maior número de fretes de curta distância, em detrimento dos de longo percurso, considerando sua maior rentabilidade e boa parte da circulação ocorrer em estradas vicinais, não suficientemente atendidas pela fiscalização. A situação de remoção de milho do

Programa Vendas em Balcão para as regiões de seca foi agravada pela adesão de um grande número desses profissionais às paralisações coordenadas pelo Movimento União Brasil Caminhoneiro.

O milho em grãos destinados ao estado do Piauí, é vinculado aos Estoques públicos - PGPM e Mercado de Opção. Do total do milho em grãos contratados para remoção, 98,08% é originário do Estado do Mato Grosso e 5,92 tem origem no Estado de Goiás, para o atendimento aos criadores de pequeno porte, através do Programa Venda em Balcão – Especial com preços subsidiados regulamentado por Portarias Interministeriais.

**Quadro 7.6 – Demonstrativo das Remoções Contratadas**

Unidade Armazenadora	Produto	Motivo	Quantidade e Contratada (ton)	Valor Mercadoria em (R\$)	Valor do frete (Em R\$)	Valor do ICMS (Em R\$)	Quantidade Removida (ton)	Quantidade a Remover (ton)
UA/TERESINA	Milho em Grãos	Venda Balcão	15.908	3.340.655,22	5.764.919,12	691.790,29	6.504	9.404
UA/PICOS			11.000	2.553.000,00	4.189.590,89	502.750,91	5.196	5.804
UA/FLORINO			8.000	1.680.000,00	3.247.661,45	389.719,37	1.866	6.134
UA/PARNAIBA			7.000	1.470.000,00	3.876.474,32	465.176,92	3.921	3.079
PV/CORRENTE			2.070	434.700,00	681.580,27	81.789,63	989	1.081
PV/OEIRAS			1.840	386.400,00	734.855,13	88.182,62	1.059	781
PV/PAULISTANA			2.520	424.200,00	1.195.204,01	143.424,48	1.135	1.385
PV/S.R.NONATO			2.300	483.000,00	991.629,37	118.995,52	922	1.378
Total			50.638	10.771.955,22	20.681.914,56	2.481.829,75	21.592	29.045

Fonte: Geose/Seopi

O quadro 7.6 demonstra que 42,64% das remoções em relação ao contratado e 57,36% a remover.

Compete a DIRAB a metodologia para definição do valor dos fretes.

#### 7.4. Principais indicadores de desempenho

1	<b>Nome do Indicador: Percentual de armazéns credenciados</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>	<b>2010</b>
	Objetivo do Indicador: Identificar a quantidade de armazéns cadastrados e aptos a operar com os estoques públicos, por cumprirem com as exigências contratuais.	4,44	4,38	4,38
<b>Análise do Resultado:</b> Corresponde as Unidades Próprias da CONAB/PI				
2	<b>Nome do Indicador: Percentual de alteração da qualidade dos produtos armazenados</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>	<b>2010</b>
	Objetivo do Indicador: Verificar a manutenção da qualidade do produto no armazém em decorrência da prática correta dos procedimentos técnicos de armazenamento	0	0	0
<b>Análise do Resultado:</b> Não houve alteração na qualidade dos produtos fiscalizados				
3	<b>Nome do Indicador: Custo da remoção de produtos por tonelada</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>	<b>2010</b>
	Objetivo do Indicador: Acompanhar o custo da remoção de produtos	414,48	374,12	331,76
<b>Análise do Resultado:</b> A elevação do preço de frete (que chegou a atingir uma média de 36%), além das novas exigências legais para setor de transporte rodoviário				

Fonte: Geose/Seopi

## 8. GESTÃO TECNOLÓGICA

### 8.1. Informações sobre a gestão de tecnologia da informação (TI) da UJ

#### **Planejamento da área; Perfil dos recursos humanos envolvidos; Segurança da informação; Desenvolvimento e produção de sistemas; Contratação e gestão de bens e serviços de TI**

As ações de TI na Conab têm como diretriz básica o Projeto de Modernização da Tecnologia da Informação – PMTI, criado em 2004 e em execução desde então.

O PMTI é o carro-chefe da Superintendência de Gestão da Tecnologia da Informação da Conab e principal iniciativa de sustentação do objetivo – Prover a Companhia de Infraestrutura de TI Atualizada – constante no Mapa Estratégico da Conab. Além disso, é uma das iniciativas para suporte a boa parte de outros objetivos estratégicos, evidenciando assim o alinhamento das ações de TI e a importância destas como fator crítico de sucesso na execução de sua estratégia organizacional.

Tais ações, incluindo Segurança da Informação, Desenvolvimento e Produção de Sistemas, Contratação e Gestão de bens e serviços de TI, entre outras, são centralizadas na Matriz, tendo como diretriz o planejamento da área de TI para o respectivo exercício, obedecendo à legislação pertinente e aos procedimentos legais e observando a disponibilidade orçamentária e financeira para o período. Tanto que o Comitê formalmente designado para auxiliar nas decisões relativas à gestão e ao uso corporativo de Tecnologia da Informação funciona no âmbito da Matriz, a quem compete adotar providências e proceder as devidas orientações às Superintendências nos Estados.

Para desempenhar, de maneira satisfatória, a gestão de tecnologia da informação (TI) a Sureg/PI conta com o apoio de um analista de tecnologia da informação e 01 Auxiliar de Informática, que faz parte de seu quadro de pessoal efetivo, e de um estagiário estudante do curso superior Desenvolvimento de Sistemas, contratado desde 02/07/2012 e Contrato de Prestação de Serviços de Manutenção Preventiva e Corretiva de equipamentos de informática. Os dois técnicos são suficientes para o atendimento de toda a demanda da Sureg/PI e das unidades armazenadoras localizadas no interior do estado.

As principais atividades desempenhadas na Sureg/PI pelos dois técnicos de TI são: a) instalação, desinstalação e configuração de impressoras em rede e localmente; b) instalação, desinstalação e configuração de computadores e monitores; c) troca de peças e conserto de computadores; d) recuperação de arquivos; e) serviços no cabeamento estruturado; f) suporte aos usuários desta Superintendência auxiliando-os nas suas dúvidas ao usar os diversos programas utilizados em suas atividades; g) instalação, desinstalação e configuração de programas; h) troca de peças e conserto de pequenos problemas em impressoras; i) instalação de projetores e notebooks para eventos; j) troca e instalação de estabilizadores e no breaks; k) atualização de programas e sistemas corporativos; l) limpeza e lubrificação de computadores e impressoras; m) cabeamento, troca de conectores e testes na rede de computadores; n) instalação de *switches* e roteadores; e o) manutenção dos dispositivos que armazenam os arquivos salvos nas operações de backups.

Quanto à estrutura física do parque de informática, a Sureg/PI (e suas unidades armazenadoras) dispunha em 2012 de 131 micro computadores( 19 em estado de sucata) 96 impressoras(21 em estado de sucata), 25 Notebook e 05 Servidores de Rede. Esses quantitativos são suficientes para o desenvolvimento das atividades da Sureg/PI. Na sede da superintendência regional, todos os empregados (exceto motoristas e ASG) que desenvolvem tarefas administrativas possuem microcomputadores a disposição, e cada uma das unidades armazenadoras dispõe de, no mínimo, seis microcomputadores. No entanto, essa estrutura física do parque de informática apresenta algumas dificuldades que impedem o seu resultado adequado. As principais dificuldades enfrentadas pelos técnicos da área de TI são: a) a ausência de pontos de rede em número suficiente para comportar a quantidade atual de usuários, para se ter uma ideia dessa situação, em alguns setores mais de dois usuários acessam o mesmo ponto de rede, que gera lentidão tanto no acesso à

internet quanto aos sistemas corporativos; b) baixa capacidade de transmissão de dados via internet.

## **9. GESTÃO ESTRATÉGICA**

### **9.1. Análise da implantação do Plano de Gestão Estratégica da Empresa**

Com a descontinuidade do planejamento estratégico, conforme abordado no capítulo 1, restou prejudicado o acompanhamento da gestão com base na metodologia anteriormente implantada e com o suporte de ferramenta de informática atualizada, a qual permitiria explicitar os resultados por meio de indicadores apurados e a respectiva visualização de metas atingidas .

Contudo, em 2012, a Conab foi inserida no processo de planejamento estratégico do MAPA, nosso Ministério supervisor, no bojo do Plano de Ação para a Agropecuária Sustentável- PAAS/MAPA, mediante a inclusão de um conjunto de resultados estratégicos a serem alcançados pela Companhia, tendo como respaldo o Plano Plurianual - PPA para o período 2012 a 2015.

Atendendo a esse propósito, os Superintendentes da Matriz foram mobilizados para a identificação de ações ou novos projetos que se caracterizassem como estratégicos, tendo em vista o alcance de resultados e desafios futuros, e tendo como suporte o Plano Plurianual. Desse esforço resultaram alguns projetos que, selecionados à luz das ações consignadas no PPA, com respectiva previsão orçamentária, buscaram alinhar-se a 3 macro-resultados daquele Ministério, com previsão para monitoramento concomitante às reuniões de análises estratégicas do MAPA.

Os macro-resultados nos quais a Conab buscou inserir-se foram: Excelência Administrativa; Formulação e Implementação das Políticas Públicas para o Agronegócio; Agregação de Valor na Produção Agropecuária.

A partir da definição de um conjunto de 6 resultados e 14 projetos, associados aos citados macro-processos, a Conab optou por 3 Resultados Estratégicos, compostos por 7 projetos correspondentes, para efeito de acompanhamento e monitoramento por aquele Ministério. Os demais resultados foram acompanhados em nível interno, por serem considerados de gestão ou ainda por necessitarem de definição mais clara quanto ao vínculo orçamentário, embora todos concorram para a implementação da estratégia organizacional.

Para os três resultados escolhidos – Quadro de Pessoal Redimensionado; Armazéns Próprios Ampliados e Certificados; Subsídios à Formulação das Políticas Agrícolas e de Abastecimento Aperfeiçoadas – foram definidos os objetivos estratégicos relacionados, os projetos que a eles se vinculam, os responsáveis, os impactos e riscos para sua implementação, os produtos, assim como os indicadores de desempenho específicos.

Alguns desses projetos contam com a participação das Regionais para sua implementação, sendo eles: Ampliação da Capacidade Estática da Rede Armazenadora; Certificação de Unidades Armazenadoras Próprias; Aperfeiçoamento e Disponibilização de Informações sobre Safras; Nova Metodologia de Coleta de Preços Agropecuários; Estudo das Perdas Qualitativas e Quantitativas no Transporte e na Pós-Colheita de Grãos; Apoio às Centrais de Unidades Varejistas; Implantação de Unidades de Serviço de Abastecimento Móvel Fluvial.

O monitoramento desses projetos, contudo, esteve restrito à Matriz, que foi quem conduziu e implementou as etapas iniciais, demandando informações das Suregs ou devendo envolvê-las no processo oportunamente, tendo em vista que a maioria dos projetos é de médio prazo, variando de 3 a 5 anos, cujos resultados serão evidenciados mais à frente e para os quais deverá ocorrer o devido acompanhamento.

## **11. GESTÃO DE PESSOAS**

### **11.1. Alocação de Servidores**

**Apresentar estratégia de atuação e descrição dos principais resultados referentes à alocação de servidores em departamentos ou setores em que sua experiência profissional e formação**

**possam ser melhor aproveitados.**

Conforme estabelecido no Regulamento de Pessoal – em obediência ao inciso II, artigo 37 da CF/88 - o ingresso nos quadros da Conab se dá por meio de concursos públicos, ressalvadas as nomeações para as funções gratificadas nos cargos de assessoramento aos Diretores e nos cargos de subordinação direta ao Presidente da Companhia. Desde o ano de sua criação, 1990, a Companhia realizou apenas três concursos públicos para provimento de pessoal, em 2005, 2006 e 2012. Nesse último ano não foram disponibilizadas vagas para a regional do Piauí.

Não obstante o ingresso de empregados contratados após a realização de concursos públicos, tem ocorrido nos últimos exercícios o ingresso de pessoal por meio de decisões judiciais e/ou por força da Lei de Anistia, n.º 8.878, de 11 de maio de 1994, materializada por meio de portarias do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG.

A Sureg/PI possui duas Gerências de área (a Operacional e a Administrativa-Financeira), as quais congregam quatro setores e quatro Unidades Armazenadoras distribuídas em municípios do interior do Piauí. Nem todos os órgãos administrativos da Sureg/PI possuem pessoal suficiente qualificado, observa-se a carência de empregados nas unidades armazenadoras, área de contábil/fiscal e na área de Recursos Humanos No Quadro 11.1 a seguir, pode-se visualizar a distribuição dos empregados da Sureg/PI.

**Quadro 11.1– Força de Trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12**

<b>Unidade</b>	<b>Nº de empregados</b>
Sede da Sureg/Piauí	105
Unidade Armazenadora Teresina	25
Unidade Armazenadora Picos	06
Unidade Armazenadora Floriano	04
Unidade Armazenadora Parnaíba	14
Invalidez temporária	02
Empregados cedidos	21
<b>Total</b>	<b>177</b>

Fonte:Gefad/Seade

Apesar do número de empregados(59,32%)\ lotados na Sede da Sureg/PI, ainda há carência de pessoal qualificado, para o desempenho das suas atividades meio e finalística, é preciso envidar esforços no sentido de melhorar a atividade nas áreas de: 1) Recursos Humanos; 2) Fiscal/Tributária; e 3) Programa de Aquisição de Alimentos.

A SUREG/PI vem envidando esforços perante a Matriz para a abertura de vagas, por meio de concurso público, mas por motivos supervenientes o pedido não pode ser atendido.

Apesar de no ano de 2012 ter ocorrido a convocação dos aprovados no concurso, a Regional do PI não foi contemplada até o final do exercício 2012. A demanda pela criação de novos setores é uma realidade, que se faz necessária pela atuação do Programa de Aquisição de Alimentos e por outro, das atividades da área fiscal, que hoje estão sob a gestão do Setor Contábil, no entanto esses dois contextos carecem de uma melhor efetividade no desenvolvimento de suas atividades para que não haja dificuldades operativas no universo da SUREG/PI e por conseguinte não afete o cidadão.

## 11.2. Comunicação na Instituição

A comunicação de informações importantes para a companhia se dá por meio dos seguintes veículos:

**Aqui entre nós** – informativo semanal com uma média de três informações, abordando temas diversos como programas e ações da Companhia, realização de cursos e palestras, avisos e atividades voltadas para os empregados. Além das cópias impressas afixadas nos murais, o informativo também está presente na intranet e nos murais das superintendências regionais e unidades armazenadoras. Circula a sexta-feira e as notícias são produzidas, diagramadas e editadas pela equipe de jornalistas da Matriz, em parceria com estagiários de comunicação das superintendências regionais. Com o mesmo leiaute, é produzida uma edição em cada regional (Aqui entre nós Regional) com informações de exclusivo interesse dos empregados locais. Este informativo é a forma mais rápida de comunicação impressa da Empresa com seus Empregados.

**Correio Eletrônico** – divulgação de informações de interesse geral, de forma tempestiva e alcançando todos os empregados (em atividade, cedidos e licenciados etc). Utilizado com maior frequência pelas áreas de benefícios, capacitação e assistência médica.

**Intranet** – este veículo está em operação desde o ano de 2000 e tem grande utilização pelo corpo funcional. São disponibilizadas informações necessárias à Companhia, tais como: regulamentos e normativos, conjunturas agropecuárias, relatórios, avisos e resultados de leilões, licitações, legislação etc.

**Internet** – veículo de comunicação com a sociedade onde são divulgadas informações de amplo uso social, tais como estimativas de safras, avisos e resultados de leilões, programas desenvolvidos pela Companhia, séries de preços e índices econômicos e, principalmente, informações que dão transparência às ações realizadas.

Regularmente, a Sureg/PI utiliza-se de comunicações informais, seja por meio de reuniões com o corpo funcional, seja por reuniões com as gerências e encarregados de setor, seja por despachos de mero expediente. No entanto, não descaracterizam ou fragilizam as comunicações, uma vez que, na maioria dos casos, são posteriormente formalizadas.

### Público interno

Neste tópico, convém informar que a Conab, na sua estrutura, dispõe de uma Coordenadoria de Comunicação e Promoção Institucional- COPRI, subordinada à Presidência e tem como atribuição, dentre outras, coordenar, apoiar e avaliar as ações de comunicação social e de promoção institucional; Difundir e reafirmar o conhecimento e entendimento da sociedade sobre o papel e importância da Companhia.

A COPRI possui duas Gerências: Gerência de Imprensa – Geimp e Gerência de Eventos e Promoção Institucional – Gepin, dispoendo de empregados específicos na área de publicidade e jornalismo. Ocorre que o quadro de pessoal da Regional não dispõe de referidos empregados, o que representa uma carência na qualidade das informações a serem divulgadas ao público externo no Estado.

Além da comunicação interna, a Sureg/PI divulga e demanda informações do público externo. As divulgações de dados como expectativa de safra e entressafra, colheita, programas de governo etc. são feitas em programas de rádio, canais de televisão, reuniões com associações e cooperativas de agricultores, prefeituras e secretarias municipais e estaduais. A demanda de informações de intenção de safra e colheitas são efetuadas perante aos produtores e empresas por meio de ligações telefônicas, e-mail e informativos escritos. Para reunir todas essas informações, a Sureg/PI conta com o apoio de um estagiário de nível superior do curso de jornalismo, lotado na Superintendência.

Destaca-se, ainda, as comunicações digitais adotadas pelos empregados por meio de mensagens eletrônicas, onde todos os empregados tem login com domínio CONAB. Essa ferramenta é uma das mais céleres, pois possibilita os encaminhamentos em nível técnico e gerencial intra SUREG/PI e entre esta e a Matriz. Existem mais duas formas de comunicação interna na SUREG/PI que são



denominadas de bate papo, onde colocam os empregados em contato com todos os demais, de forma rápida e em tempo real. Tal suporte é dado pelos aplicativos CIC e o PIDGIN.

### **Público externo**

Quando tratamos do público externo a SUREG/PI adota a interlocução por meio de Ofícios dando encaminhamentos diversos. Existe a *home page* [www.conab.gov.br](http://www.conab.gov.br) onde estão disponíveis todas as informações administrativas e operacionais. Neste sítio a sociedade consulta os recursos federais investidos nos programas implementados pela CONAB/SUREG/PI. O cidadão também é atendido na SUREG/PI onde todas as demandas são tratadas. Outro ponto importante é a participação de nossos Gestores e Técnicos da área operacional na interação com a mídia local (rádios comunitárias), momento em que são evidenciadas a CONAB e suas atividades, esclarecimentos e divulgação dos programas governamentais

### **11.3. Clima Organizacional e Ambiente de Trabalho**

Apresentar a estratégia de atuação e descrição dos principais resultados referentes às ações destinadas a melhorar o clima organizacional da Instituição e o ambiente de trabalho

No ano de 2008, a Conab/Matriz, por meio de sua Diretoria Administrativa, iniciou uma Pesquisa de Clima Organizacional. Entende-se por Clima Organizacional as percepções que os funcionários têm da organização sobre diversas variáveis, dentre elas: comunicação, recompensa, conforto físico, etc. No entanto, os trabalhos foram suspensos, não havendo informações de qual momento serão retomados. Em 2012 não houve pesquisa de Clima Organizacional o que impede de traduzir uma visão acurada desse elemento, que seria uma ferramenta gerencial importante.

A SUREG/PI, dentro de suas limitações, mantém-se vigilante com o bem-estar dos seus empregados e clientes, e sempre foi célere em dotar a Superintendência da estrutura necessária, para que os diversos elementos que compõem o clima organizacional, quais sejam, a comunicação, o conforto físico, a iluminação etc., transcorram normalmente. Para tanto, a SUREG/PI dentro de suas limitações, em 2012 substituí todos os móveis das salas da Superintendência, Gerência de Finanças e Administração e da Gerência de Operações e Suporte Estratégico, por novos, como também substituí todos os antigos condicionadores de ar, por condicionadores de ar tipo SPLIT.

Cabe salientar que todos os empregados dispõem da estrutura mínima para desempenhar suas tarefas, todos possuem cadeiras, mesas, computadores, salas refrigeradas e aparelhos telefônicos. Em relação ao relacionamento interpessoais, Superintendência e a Asnab/PI (Associação dos Empregados da Conab, diretório do PI) cumprem seu papel social com eficiência, promovendo encontros em datas comemorativas, como dia da Mães, dos Pais, São João, dia da Criança Natal, etc. com todos os empregados.

Deve-se destacar também que houve dificuldades orçamentárias em 2012, o que impediu a contratação da pessoa jurídica para prestação dos serviços de massagem laboral, uma demanda prevista no Acordo Coletivo e requisitada pelos empregados.

### **11.4. Ações de Conhecimento e Aprendizagem**

A Conab mantém um Plano de Educação Corporativa, que é o conjunto de ações que englobam o processo de Treinamento, Desenvolvimento e Educação da Companhia – TD&E. Para sua normatização desenvolveu o Programa de Educação Corporativa, documento que compõe a programação das atividades educativas que buscam o crescimento profissional dos empregados da Companhia, subentendidas em:

- a) Treinamento – são as atividades voltadas ao ensino e aprendizagem, de caráter teórico e prático, que visam dotar o empregado de conhecimentos, habilidades e atitudes indispensáveis ao exercício adequado de suas atividades profissionais específicas.
- b) Desenvolvimento – é a educação que visa ampliar, desenvolver e aperfeiçoar o homem para o seu

crescimento como ser integral, contemplando aspectos profissionais, éticos, morais e sociais.

c) Educação – é um conjunto de práticas educacionais abrangendo a formação escolar nos níveis fundamental, médio e superior, contribuindo para o desenvolvimento humano e o consequente resgate à prática da cidadania no ambiente sócio-profissional.

O processo de planejamento, execução, avaliação, controle e coordenação das atividades são realizados pela área de TD&E da Matriz. Contudo, as Superintendências Regionais tinham até 2011 autonomia própria para planejar, executar, avaliar, controlar e coordenar as atividades, desde que não exceda o limite de R\$ 3.000,00 mensais. Acima desse limite, deve haver autorização da Matriz. Em 2012, houve centralização da deliberação sobre participação de empregados em ações de capacitação. Assim, toda demanda de qualificação deve obrigatoriamente ir para CONAB/Brasília. Isso tornou os processos mais morosos e um rigor processual excessivo.

### Quadro 11.2– Ações de Conhecimento e Aprendizagem

Área de Conhecimento	Nº de Treinandos	Homens/hora Treinados	Média de carga/horária por participante
Administrativa	2	84:00:00	1,75
Auditoria	-	-	-
Comunicação Social	12	120:00:00	0,42
Educação e Desenvolvimento	1	04:00:00	0,17
Financeira	6	224:00:00	1,56
Gerencial	2	08:00:00	0,17
Informática	-	-	-
Jurídica	3	64:00:00	0,89
Operacional	1	80:00:00	3,33
Planejamento	8	143:00:00	0,74
Qualidade	-	-	-
<b>Total</b>	<b>35</b>	<b>727:00:00</b>	<b>0,87</b>

Fonte: Digepl/Sumoc/Gecap

Em comparação com 2011, mesmo com as contenções orçamentárias do Governo Federal, houve acréscimo no número de colaboradores treinados (de 28 para 35). A maioria desses funcionários foram treinados no Centro de Treinamento da Conab, em Brasília.

Os resultados alcançados com os treinamentos são tabulados pela Matriz e envolvem todas as atividades desenvolvidas pela área de capacitação da Companhia.

## 11.5. Informações sobre recursos humanos da Conab

### Composição do quadro de servidores ativos

**Quadro 11.3 – Força de Trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12**

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>1. Empregado em Cargos Efetivos</b>	Não há	177	1	1
1.1. Cargos de Carreira	-	177	1	1
<b>2. Empregado com Contrato Especial (2.1+2.2+2.3)</b>	Não há	0	0	0
2.1. Diretor	-			
2.2. Assessor	-			
2.3. Requisitado	-			
<b>3. Conselheiro de Administração / Fiscal</b>	Não há			
<b>4. Pensão Vitalícia</b>	Não há			
<b>5. Total de Empregados (1+2+3+4)</b>		177	1	1

Fonte: DigeP/Sugep

A SUREG/PI contava, em 2012, com 177 empregados considerando a data 31/12/2012. Todos são agentes (empregados públicos) de carreira, uma vez que na estrutura da Sureg/PI não possui, em seu quadro, empregados temporários, empregados requisitados de outros órgãos, nem de servidores sem vínculo com a Administração Pública.

É interessante informar que a composição dos 177 empregados efetivos, em dezembro de 2012, estava assim formada: 06 empregados concursados; 96 anistiados; 40 reintegrados; e 35 contratados antes da vigência da CF/1988, período em que não havia a obrigatoriedade da aprovação prévia em concurso público para contratação de pessoal.

Em relação ao exercício anterior (2011) a força de trabalho da Sureg/PI foi reduzida de 180 para 177 em razão da transferência de um empregado para a Sureg/CE outro para a Sureg/To e do falecimento de um empregado por motivo de doença.

**Quadro 11.4 – Situações que reduzem a força de trabalho da UJ – Situação em 31/12**

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de Pessoas na Situação em 31 de Dezembro
<b>1. Cedidos (1.1+1.2)</b>	<b>21</b>
1.1. Decreto n.º 4.050 de 12/12/2001	
1.2. Lei n.º 10.470 de 25/06/2002	21
<b>2. Afastamentos (2.1+2.2)</b>	<b>2</b>
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	
2.2. Aposentadoria – invalidez temporária	2
<b>3. Licença Remunerada (3.1+3.2)</b>	<b>0</b>
3.1. Licença Maternidade – 120 dias	
3.2. Licença Maternidade – Emp Cidadã – 60 dias	
<b>4. Licença não Remunerada (particular)</b>	
<b>5. Outras Situações (Especificar o ato normativo)</b>	
<b>6. Total dos Empregados (1+2+3+4+5)</b>	<b>23</b>

Fonte: DigeP/Sugep

Dos 21 servidores cedidos, 05 estão enquadrados como Auxiliar de Serviços Gerais, 14 Auxiliares Administrativos e 02 Assistente Técnico. A faixa etária é composta: 16 entre 50 a 60 anos, 04 acima de 60 anos e somente 01 entre 40 a 50 anos. Em 2013 a UJ S, analisará o perfil para possível aproveitamento/retorno à Companhia.

**Quadro 11.5 – Estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ**

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>1. Funções Gratificadas</b>	-	<b>18</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
1.1. Empregado em Cargo de Carreira		18	4	5
1.2. Empregado com Contrato Especial/ Conselheiros				
1.3. Empregado Requisitado				
<b>2. Total de Empregados com Função Gratificada</b>	-	<b>18</b>	<b>4</b>	<b>5</b>

Fonte: DigeP/Sugep

Ao se tratar dos empregados que são detentores de funções gratificadas identificamos um contingente de 18 pessoas (16 no campo da gestão e 2 como apoio). Todos são empregados de carreira, quase em sua totalidade são pessoas de nível médio.

**Quadro 11.6– Quantidade de servidores da UJ por faixa etária**

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
<b>1. Empregado de Cargo Efetivo</b>	<b>0</b>	<b>2</b>	<b>18</b>	<b>90</b>	<b>48</b>
1.1. Em Cargo de Carreira		2	18	90	48
<b>2. Empregado em Função Gratificada</b>	<b>1</b>	<b>3</b>	<b>5</b>	<b>8</b>	<b>2</b>
2.1. Cargos de Carreira	1	3	5	8	2
2.2. Contrato Especial (Diretor, Assessor, Conselheiro)					
2.3. Requisitado					
<b>3. Totais (1+2)</b>	<b>1</b>	<b>5</b>	<b>23</b>	<b>98</b>	<b>50</b>

Fonte: DigeP/Sugep

Ao observar o quadro 11.6 percebe-se que a faixa etária dos empregados da Sureg/PI é elevada, apesar das contratações efetivadas em 2005 e 2006, haja vista esses concursados representarem um pequeno contingente de apenas 06 empregados, o que representa 3,4% do efetivo. Dos 177 empregados lotados na Superintendência Regional no final de 2012, 98 tem mais de 50 anos de idade, ou seja, 55,4% de seu contingente; 50 empregados (28,2%) tem mais de 60 anos; e os mais jovens apenas 6 empregados (3,4%), tem entre 31 a 40 anos.

Diante dessa elevada faixa etária dos empregados da Regional, a Conab incorre no risco de descontinuidade das suas atividades, resultante da perda da experiência e da memória acumuladas por alguns de seus empregados em razão de estarem próximos da idade de aposentadoria e da não previsão de substituição. Cabe ressaltar, que não há previsão de novas contratações para as Superintendências Regionais.

As ações que poderiam minorar essa situação seriam: a instituição de um PDVI (Plano de Demissão Voluntária Incentivada) para viabilizar a saída dos empregados mais antigos; e a contratação de novos empregados por meio de concurso público, visando tornar mais equilibrados os percentuais entre os empregados mais novos (até 40 anos), os intermediários (entre 41 e 50 anos) e os mais velhos (acima de 50 anos).

**Quadro 11.7 – Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade**

Tipologias do Cargo	Quantidade de Pessoas por Nível de Escolaridade													
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14
<b>1. Empregado de Cargo Efetivo</b>	<b>0</b>	<b>6</b>	<b>17</b>	<b>23</b>	<b>16</b>	<b>2</b>	<b>75</b>	<b>0</b>	<b>13</b>	<b>6</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
1.1. Em Cargo de Carreira		6	17	23	16	2	75		13	6				
<b>2. Empregado em Função Gratificada</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>10</b>	<b>0</b>	<b>5</b>	<b>2</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
2.1. Cargos de Carreira					1	1	10		5	2				
2.2. Contrato Especial (Diretor, Assessor, Conselheiro)														
2.3. Requisitado														
<b>3. Totais (1+2)</b>	<b>0</b>	<b>6</b>	<b>17</b>	<b>23</b>	<b>17</b>	<b>3</b>	<b>85</b>	<b>0</b>	<b>18</b>	<b>8</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

**LEGENDA - Nível de Escolaridade:** 1 - Analfabeto; 2 - 4ª série incompleta; 3 - 4ª série completa; 4 - 5ª a 8ª incompleta; 5 - 1º grau completo; 6 - 2º grau incompleto; 7 - 2º grau completo; 8 - superior incompleto; 9 - superior completo; 10 - Pós-Graduação; 11 - Mestrado; 12 - Doutorado; 13 - PHD; 14 - mestrado s/ defesa de tese.

Fonte: DigeP/Sugep

Ao analisar o Quadro 11.5 percebe-se o elevado número de empregados, compreendido desde o não alfabetizado até os que detêm o segundo grau/técnico (151 empregados), que representa 85,3% da lotação. Enquanto os empregados de nível superior/pós graduados representam 14,7%. No entanto, o nível de escolaridades verificado na Sureg/PI não prejudica em regra, o desenvolvimento de suas tarefas.

**Composição do quadro de estagiários****Quadro 11.8 – Composição do Quadro de Estagiários**

Nível de Escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no Exercício (em R\$1,00)
	1.º Trimestre	2.º Trimestre	3.º Trimestre	4.º Trimestre	
<b>1. Nível Superior</b>	<b>10</b>	<b>10</b>	<b>17</b>	<b>17</b>	115.652,19
1.1 Área Fim	3	4	7	7	
1.2 Área Meio	7	6	10	10	
<b>2. Nível Médio</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	
2.1 Área Fim					
2.2 Área Meio					
<b>3. Total (1+2)</b>	<b>10</b>	<b>10</b>	<b>17</b>	<b>17</b>	<b>115.652,19</b>

Fonte: DigeP/Sumoc

Os estagiários lotados na SUREG/PI fazem parte do programa nacional de Estagiário da CONAB. Em 2012, houve uma média mensal de quase 14 estagiários que empreenderam tarefas administrativas na Superintendência do PI, dos quais mais de 50% envolvidos nas atividades meio da Conab tanto na sede da Sureg/PI quanto nas Unidades Armazenadoras. Em relação ao exercício de 2011, pode-se observar um acréscimo em 2012 em relação à média trimestral de estagiários, por isso a despesa total no exercício de 2012 (115.652,19) manteve-se superior ao registrado em 2011 (R\$ 74.274,44) e no quantitativo na ordem de 701% em relação ao exercício de 2011, aprovado pela Diretoria Colegiada através do Voto DIGEP Nº 19/2012, dado a necessidade notadamente nas unidades armazenadoras localizadas no interior do estado, por conta da operacionalização do venda balcão especial em socorro aos pequenos criadores de animais, por causa da seca .

**Custos associados à manutenção dos recursos humanos****Quadro 11.9 – Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores**

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis (em R\$)						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis				
<b>Servidores de Carreira que não Ocupam Cargo de Provimento em Comissão</b>											
Exercícios	2010	8.008.476,50	-	-	-	321.699,00	1.954.197,72	-	166.453,76	-	10.450.826,98
	2011	9.713.537,80	-	-	-	269.185,00	2.004.407,34	-	19.606,22	-	12.006.736,36
	2012	12.861.384,36	-	-	6.352,66	463.378,00	2.236.626,18	-	327.053,68	-	15.894.794,88
<b>Servidores Cedidos com Ônus ou em Licença</b>											
Exercícios	2010	842.173,50	-	-	-	-	221.855,91	-	20.297,37	-	1.084.326,78
	2011	993.295,44	-	-	-	-	219.937,81	-	-	-	1.213.233,25
	2012	1.275.111,47	-	-	-	-	255.385,87	-	28.529,75	-	1.559.027,09
<b>Servidores Ocupantes de Cargos de Natureza Especial (Assessores / Diretores / Jetons)</b>											
Exercícios	2010	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00
	2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00
	2012	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00
<b>Servidores Ocupantes de Funções Gratificadas</b>											
Exercícios	2010	2.501.086,52	-	831.645,34	-	58.522,00	301.786,56	-	190.128,48	-	3.883.168,90
	2011	2.869.787,46	-	881.510,10	-	68.044,00	307.794,98	-	-	-	4.127.136,54
	2012	2.484.032,50	-	952.561,66	-	90.340,00	301.099,18	-	68.313,44	-	3.896.346,78
<b>Pensão Vitalícia</b>											
Exercícios	2010	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00
	2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00
	2012	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00

Fonte: Digeop/Sugep

O quadro de Custos não somam os Encargos Sociais (FGTS, INSS, Seguro de Vida, Salário Educação, Senac, Sesc, Sebrae, etc).

A evolução do custo em relação aos exercícios anteriores, são decorrentes de reajustes salariais por ocasião de negociação de acordo coletivo e por decisões judiciais (concessão de níveis salariais, reenquadramentos, licença prêmio).

O custo dos cedidos representa 9,81 % em relação ao total e 24,51% do custo dos servidores que ocupam cargo comissionado/função de confiança em relação ao total.

**Locação de mão de obra mediante contratos de prestação de serviços**

Todas as Locações de mão de obra mediante contratos de prestação de serviços, são realizados pela Sureg/PI, Por meio de procedimento licitatório, na modalidade Pregão Eletrônico.

**Quadro 11.10 – Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva**

UG/Gestão: 135100 – 22211						CNPJ: 26.461.699/0001-80									
Informações sobre os contratos															
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigidos dos trabalhadores contratados				Sit.	Quantidade de Trabalhadores			
					Início	Fim	F		M			S		P	C
							P	C	P	C		P	C		
2012	V	O	1	12.062.071/0001-06	01/03/12	28/02/13						E			
2012	V	O	29	12.062.071/0001-06	14/01/13	13/01/14						A			

**Observações:**

Legenda: Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.  
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.  
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.  
Situação Contratual: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado/(E) Encerrado  
Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente Contratada

Fonte: Gefad/Sade

O quadro acima demonstra a contratação de serviços de vigilância armada para a Sede da Superintendência e Unidades Armazenadoras. Os serviços são prestados no turno da noite, de segunda a sexta-feira, e em tempo integral nos fins de semana e feriado.

**Quadro 11.11 – Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra**

Unidade Contratante													
Nome: COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - CONAB/SUREG – PI													
UG/Gestão: 135345						CNPJ: 26.461.699/0386.68							
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2012	12	O	1	08.483.447/0001-70	02/01/13	01/01/14							A
2009	6	O	46	00.113.110/0001-60	30/10/12	30/10/13							P
2012	12	O	OS 20	12.340.258/0001-16	03/09/12	03/09/13							A
2012	12	O	16	06.130.679/0001-10	24/09/12	23/09/13							A
2011	8	O	05/2011	00.444.135/0001-46	25/04/11	24/04/12							E
2012	8	O	OS 10	00.444.135/0001-46	14/06/12	13/06/13							A
2012	12	O	9912307117	34.028.316/0022-38	06/09/12	26/09/13							A
2012	8	O	OS 11	06.699.342/0001-28	27/04/12	26/04/13							A
2010	12	O	23	06.234.467/0001-82	01/10/12	30/09/13							E
2012	12	O	4	07.787.415/0001-04	03/08/12	02/08/13							A
2012	12	O	OC 037	04.085.470/0001-56	16/08/12	15/08/13							A
2012	2	O	18	13.317.374/0001-87	03/10/12	02/10/13							A
2011	12	O	10	13.322.012/0001-84	02/08/12	01/08/13							P
2012	2	O	17	10.689.376/0001-09	03/10/12	02/10/13							A
2012	12	O	OC 55/12	07.658.619/0001-37	11/09/12	10/09/13							A
2011	3	O	16	11.622.928/0001-24	26/10/12	25/10/13							P
2012	12	O	OC 063	63.504.831/0001-10	16/11/12	15/11/13							A
2012	2	O	6	04.595.044/0001-62	30/07/12	29/07/13							A
2012	12	O	23	01.464.629/0003-17	11/10/12	10/10/13							A
2012	12	O	OC 036	04.805.601/0001-22	11/07/12	10/07/13							A
2012	12	O	OC 020	11.942.121/0001-79	19/06/12	18/06/13							A
2008	7	O	13	33.000.118/0001-79	29/07/12	28/07/13							P
2012	3	O	8	60.831.344/0001-74	14/08/12	14/08/13							A
2012	12	O	26/2012	23.636.244/0001-60	08/12/12	07/12/13							A
2012	1	O	01	12.062.071/0001-06	01/03/12	28/02/13							E
2012	1	O	29	12.062.071/0001-06	14/01/13	13/01/14							A
<b>Observações:</b>													
<b>LEGENDA</b>													
<b>Área:</b>													
<b>1. Segurança;</b>													
<b>2. Transportes;</b>													
<b>3. Informática;</b>													
<b>4. Copeiragem;</b>													
<b>Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.</b>													
<b>Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.</b>													
<b>Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.</b>													
<b>Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C)</b>													

<b>5. Recepção;</b>	Efetivamente contratada.
<b>6. Reprografia;</b>	
<b>7. Telecomunicações;</b>	
<b>8. Manutenção de bens móveis;</b>	
<b>9. Manutenção de bens imóveis;</b>	
<b>10. Brigadistas;</b>	
<b>11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizes;</b>	
<b>12. Outras</b>	

Fonte: Geose/Seade

A contratação dos serviços elencados no quadro 11.11, são destinados a Sede da Superintendência e Unidades Armazenadoras.

### **Perspectivas de aposentadorias e estratégia de recomposição de pessoal**

A situação jurídica da Conab – empresa pública de personalidade de direito privado, regida pela CLT nas relações contratuais com seus empregados – confere aos seus empregados a prerrogativa de permanecer em atividade na Companhia mesmo após a concessão da sua aposentadoria, conforme decisão TST–RR-815300-06.2003.5.12.0001. Diante disso, alguns empregados decidem não aposentar-se ao completar 70 anos de idade ou aposentar-se por tempo de serviço e permanecer em atividade na Companhia. Essas duas situações ocorrem em razão de o trabalhador perder alguns benefícios concedidos pela Conab no momento do seu desligamento da Companhia como: auxílio alimentação, auxílio transporte, auxílio creche, auxílio escola, além da participação da Companhia nos gastos com plano de saúde.

A perda desses benefícios, somados à falta de planejamento para aposentadoria e à redução dos vencimentos ao aplicar-se o fator previdenciário, no momento do afastamento, torna difícil para a Sureg/PI prever ou planejar o número de empregados que decidirão pelo seu desligamento da Conab. Para ilustrar essa situação, na Sureg/PI 55 empregados em atividade (31,1% do quadro efetivo) estão aposentados.

Para que ocorra o desligamento dos empregados aposentados e os que encontram-se em vias da aposentadoria e, dessarte, viabilizar uma futura recomposição/ampliação do quadro de pessoal da Sureg/PI é necessário um PDVI com valores que despertem o interesse de o empregado desligar-se da Companhia.

### **Demonstrativo de admissão, desligamento, concessão de aposentadoria e pensão praticados no exercício**

Em 2012 não houve admissão, somente 01 desligamento por falecimento.

### **Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)**

A Conab está sujeita ao regime CLT, não havendo ocorrência de concessão de aposentadoria e pensões.

### **Perspectivas de aposentadorias e estratégia de recomposição de pessoal**

A situação jurídica da Conab – empresa pública de personalidade de direito privado, regida pela CLT nas relações contratuais com seus empregados – confere aos seus empregados a prerrogativa de permanecer em atividade na Companhia mesmo após a concessão da sua aposentadoria, conforme decisão TST–RR-815300-06.2003.5.12.0001. Diante disso, alguns empregados decidem não aposentar-se ao completar 70 anos de idade ou aposentar-se por tempo de serviço e permanecer em atividade na Companhia. Essas duas situações ocorrem em razão de o trabalhador perder alguns benefícios concedidos pela Conab no momento do seu desligamento da Companhia como: auxílio alimentação, auxílio transporte, auxílio creche, auxílio escola, além da participação da Companhia nos gastos com plano de saúde.

A perda desses benefícios, somados à falta de planejamento para aposentadoria e à redução dos vencimentos ao aplicar-se o fator previdenciário, no momento do afastamento, torna difícil para a



Sureg/PI prever ou planejar o número de empregados que decidirão pelo seu desligamento da Conab. Para ilustrar essa situação, na Sureg/PI 55 empregados em atividade (31,1% do quadro efetivo) estão aposentados.

Para que ocorra o desligamento dos empregados aposentados e os que encontram-se em vias da aposentadoria e, dessarte, viabilizar uma futura recomposição/ampliação do quadro de pessoal da Sureg/PI é necessário um PDVI com valores que despertem o interesse de o empregado desligar-se da Companhia.

## Indicadores gerenciais sobre recursos humanos

1	<b>Nome do Indicador: Rotatividade ou Turnover total</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>	<b>2010</b>
	Objetivo do Indicador: Monitorar indícios de problemas relacionados a: processo seletivo, sistema de remuneração e benefícios, clima organizacional, perda da cultura organizacional e de capital intelectual, mercado de trabalho aquecido.	0	0	0,27
Análise: a empresa só realizou 2 concursos (em 2005 e 2006), logo não houve admissões nos últimos três anos via concursos público. Somente ocorreu 01 desligamento nestes três anos de concursados. O valor do último exercício esta dentro da meta estabelecida para 2012 (<5%).				
2	<b>Nome do Indicador: Percentual de realização de exames médicos periódicos</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>	<b>2010</b>
	Objetivo do Indicador: Demonstrar o cumprimento das Normas Regulamentadoras. Acompanhar a realização do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional- PCMSO.	64,41%	37,78%	71,43%
Análise: Conforme acordo coletivo, o exame periódico anual é obrigatório para todos os colaboradores. A Ação tem sido prejudicada por insuficiência de Recursos destinado aos deslocamentos dos empregados lotados nas Unidades Armazenadoras de Pamaíba, Floriano e Picos para a Capital, Teresina, visando a realização dos exames periódicos.				
3	<b>Nome do Indicador: Ocorrências de Acidentes de Trabalho e Doenças Ocupacionais em relação ao Quadro de Lotação Médio</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>	<b>2010</b>
	Objetivo do Indicador: Demonstrar o cumprimento das Normas Regulamentadoras. Acompanhar a realização do Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA). Monitorar os processos e atividades voltadas à prevenção dos riscos laborais inerentes às atividades	0	0	0
Análise: Nos últimos três exercícios não houve ocorrência de acidentes de trabalhos na UJ. Portanto os percentuais, dos últimos três anos, estão dentro das metas estabelecidas (próximo de zero).				
4	<b>Nome do Indicador: Percentual de empregados com nível superior</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>	<b>2010</b>
	Objetivo do Indicador: Identificar a evolução desse grupo no conjunto do corpo funcional da Companhia	7,91%	7,78%	7,69%
Análise: não houve aumento de colaboradores com nível superior na UJ, mantendo o mesmo quantitativo durante os últimos três anos (14 empregados de nível superior). A variação nos percentuais, são devido a diminuição do quadro de funcionários lotados na UJ.				

Fonte:Gefad/Seade

### 11.6. Acúmulo de Cargos, Funções e Empregos Públicos

**Informações sobre as providências adotadas para identificar eventual acumulação remunerada de cargos, funções e empregos públicos vedada pelo art. 37, incisos XVI e XVII, da Constituição Federal (nas redações dadas pelas Emendas Constitucionais n<sup>OS</sup> 19/98 e 34/2001) relativamente aos seus empregados, assim como sobre as medidas adotadas nos casos identificados de acumulação, nos termos do art. 133 da Lei n<sup>o</sup> 8.112/93.**

Quando analisamos a questão das irregularidades concernentes ao acúmulo de cargos, funções e empregos públicos, constatou-se que não houve nenhuma denúncia, apuração ou fato concreto na SUREG/PI onde tenha se identificado o desrespeito ao art. 37, incisos XVI e XVII, da

Constituição Federal, nas redações dadas pelas Emendas Constitucionais n<sup>OS</sup> 19/98 e 34/2001. Os controles internos para isso são quase inexistentes, uma vez que os empregados da SUREG/PI possuem cadastro no Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos – SIAPE, ou seja, qualquer constatação de irregularidade pode ser ponto de auditoria pelo MPOG.

O controle interno, nesse caso, é possível ser efetivado por meio de denúncias à Ouvidoria e pelo acompanhamento das atividades diárias dos empregados. Cabe ressaltar, que não há sistemas digitais que compare dados dos empregados da SUREG/PI com dados de outros órgãos da administração estadual ou municipal. Contudo, há a orientação de caso haja a constatação da irregularidade seja deflagrado um processo interno de apuração, fato não ocorrido no exercício de 2012.

### 11.7 Análise operacional e orçamentária da entidade de previdência complementar patrocinada pela Conab – Instituto Conab de Seguridade Social – CIBRIUS:

Todos os atos de gestão, controle e acompanhamento da entidade de previdência complementar patrocinada pela CONAB, são realizados no âmbito da CONAB/MATRIZ e serão objeto de avaliação pelo órgão central de Controle Interno (CGU-Brasília).

#### Identificação da Unidade (Entidade)

Nome	CIBRIUS
Razão Social	Instituto Conab de Seguridade Social –CIBRIUS Entidade Fechada de Previdência Privada, sem fins lucrativos, constituída pela Conab (Patrocinadora-Principal) em 08 de março de 1979, sob a forma de sociedade civil.
CNPJ	00.531.590/0001-89
Endereço	SCHGN 706/7 Bloco D nº 42 – Brasília-DF-70740-704 – www.cibrius.com.br
Plano de Benefícios	Plano de Benefício Definido–Registrado no CNPB sob o n.º 19.790.007-19

#### Valor total das contribuições pagas pelos empregados participantes – 2012 (com valores referentes ao mês de competência)

A UJ conta com 29 participantes ativos, com valor de R\$262.470,64 da contribuição dos empregados, cuja participação representa 1,73% em relação a CONAB/Nacional.

#### Valor total das contribuições pagas pela patrocinadora CONAB – 2012 (com valores referentes ao mês de competência) Fonte Siafi/Sisdre contas Contábeis 331900703 e 331900701

A UJ conta com 29 participantes ativos, com valor total de R\$262.470,64 das contribuições Patronais, cuja participação representa 1,73% em relação a CONAB/Nacional.

#### Demonstrativo do valor pago de benefícios pelo CIBRIUS

A UJ tem 18 participantes assistidos com valor pago de R\$82.705,17, correspondente a 0,36 da Conab/Nacional.

#### Resultado financeiro do CIBRIUS

(objeto de avaliação pelo órgão central de Controle Interno (CGU-Brasília).

#### Rentabilidade por Segmento e Carteira Geral Plano de Benefício Definido – Dezembro 2012

RENDA FIXA			
Rentabilidade			
		No Mês	No Ano
Rentabilidade		0,91%	15,51%
Meta Atuarial	TR + 6% a.a	0,49%	6,32%
Meta de Rentabilidade	INPC + 6% a.a	1,23%	12,55%
Benchmark	INPC + 6% a.a	1,23%	12,55%
Resultado			
		No Mês	No Ano
Rentabilidade x Meta Atuarial		0,42%	8,66%
Rentabilidade x Meta de Rentabilidade		-0,32%	2,61%
Rentabilidade x Benchmark		-0,32%	2,61%

RENDA VARIÁVEL			
Rentabilidade			
		No Mês	No Ano
Rentabilidade		4,35%	10,60%
Meta Atuarial	TR + 6% a.a	0,49%	6,32%
Meta de Rentabilidade	INPC + 11% a.a	1,62%	17,92%
Benchmark	IBr-X	5,05%	11,84%
Resultado			
		No Mês	No Ano
Rentabilidade x Meta Atuarial		3,84%	4,04%
Rentabilidade x Meta de Rentabilidade		2,69%	-6,20%
Rentabilidade x Benchmark		-0,66%	-1,10%

INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS			
Rentabilidade			
		No Mês	No Ano
Rentabilidade		28,35%	130,70%
Meta Atuarial	TR + 6% a.a	0,49%	6,32%
Meta de Rentabilidade	INPC + 4% a.a	1,07%	10,45%
Benchmark	INPC + 4% a.a	1,07%	10,45%
Resultado			
		No Mês	No Ano
Rentabilidade x Meta Atuarial		27,73%	117,02%
Rentabilidade x Meta de Rentabilidade		27,00%	108,86%
Rentabilidade x Benchmark		27,00%	108,86%

IMÓVEIS			
Rentabilidade			
		No Mês	No Ano
Rentabilidade		0,41%	27,92%
Meta Atuarial	TR + 6% a.a	0,49%	6,32%
Meta de Rentabilidade	INPC + 6% a.a	1,23%	12,55%
Benchmark	INPC + 6% a.a	1,23%	12,55%
Resultado			
		No Mês	No Ano
Rentabilidade x Meta Atuarial		-0,08%	20,33%
Rentabilidade x Meta de Rentabilidade		-0,81%	13,65%
Rentabilidade x Benchmark		-0,81%	13,65%

OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES			
Rentabilidade			
		No Mês	No Ano
Rentabilidade		1,58%	16,46%
Meta Atuarial	TR + 6% a.a	0,49%	6,32%
Meta de Rentabilidade	INPC + 6% a.a	1,23%	12,55%
Benchmark	INPC + 6% a.a	1,23%	12,55%
Resultado			
		No Mês	No Ano
Rentabilidade x Meta Atuarial		1,09%	9,55%
Rentabilidade x Meta de Rentabilidade		0,34%	3,45%
Rentabilidade x Benchmark		0,34%	3,45%

CARTEIRA GERAL			
Rentabilidade			
		No Mês	No Ano
Rentabilidade		1,53%	16,76%
Meta Atuarial	TR + 6% a.a	0,49%	6,32%
Benchmark	INPC + 6% a.a	1,23%	12,55%
Resultado			
		No Mês	No Ano
Rentabilidade x Meta Atuarial		1,04%	9,84%
Rentabilidade x Benchmark		0,30%	3,72%

Fonte: Carta/Cibrius/Sup/n.º 007, de 29/01/2013

Fonte: Carta/Cibrius/Sup/nº 007, de 29/01/2013.

Os resultados da Carteira Geral alcançaram 9,84% em relação a meta atuarial de TR+6% dentro de um cenário de uma TR abaixo de 1% e 3,72% quando comparados com INPC+6%.

**Demonstrativo da Posição das aplicações do CIBRIUS** (objeto de avaliação pelo órgão central de Controle Interno (CGU-Brasília).

Os Recursos Patrimoniais da Entidade são aplicados no estrito cumprimento de Políticas de Investimentos elaboradas e executadas na forma preconizada pela Resolução CMN n.º 3.792 de 24/09/2009 (estabelece as diretrizes de aplicação dos recursos garantidores dos planos de benefícios das EFPC e revoga a Resolução nº 3.456), alterações posteriores e demais instruções e resoluções dos órgãos regulador e fiscalizador das Entidades Fechadas de Previdência Privada, em consonância com as Leis Complementares nºs 108 e 109/2001.

**Análise das conclusões do Parecer Atuarial Anual do CIBRIUS** (objeto de avaliação pelo órgão central de Controle Interno (CGU-Brasília).

Analisando o parecer Atuarial da lavra da ATU-VERITA – Assessoria e Consultoria Atuarial, sobre o Plano de Benefícios em âmbito nacional, depreende-se que:

- em decorrência da NÃO contratação de dívidas e a não amortização das insuficiências o custo do serviço passado a amortizar AUMENTOU, de 255,54% para 294,08% sobre “folha de salários de participação dos ativos;
- em razão de alterações de hipóteses atuariais, o custo normal do plano para o exercício seguinte passou de 17,47% pra 19,93 sobre o total da folha de salários dos participantes, representando um aumento de 2,46%.
- a atualização das provisões matemáticas mediante aplicação do índice do plano (TR acrescida da taxa de juros de 6% aa.) apresenta descompasso em relação à meta atuarial ou ao reajuste

(crescimento) dos salários dos participantes ativos, cujas negociações coletivas asseguram, no mínimo, a inflação do período medida pelo IPCA ou INPC;

- o grupo de custeio está exposto a riscos atuariais (risco de sobrevivência e retorno dos investimento; crescimento real de salário; oscilação da média dos últimos 36 salários de participação que formam o SRB, além do teto que limita os salários de contribuição; risco do índice indexador do plano; redução do grupo pela falta de ingresso de novos participantes e consequente envelhecimento da massa de participantes e, maior esforço contributivo para fazer frente aos gastos administrativos; considerando os atuais 829 iminentes como se já estivessem aposentados, a maturidade do plano já está em seu grau máximo de capitalização, com índice de despesas previstas para o próximo ano de 344% das receitas de contribuição e caso o plano não tenha adesão de novos participantes, o patrimônio da Entidade se apresenta em fase de declínio; além de riscos devido a fatos estruturais, a atual situação do plano quanto a reservas a amortizar, risco pelo atual grau de capitalização do plano com cobertura das Reservas, sendo que os Benefícios a Conceder a cobertura corresponde a apenas 28% das reservas matemáticas, ou seja, no momento o plano está insolvente.);
- o déficit técnico deve ser equalizado observando o valor apurado em 31/05/2000, R\$ 282.032.218,17, devidamente atualizado (INPC + 6%) devendo ser alterado o índice de correção dos benefícios concedidos por um índice que efetivamente represente a inflação, como também a aplicação de outro regime financeiro de capitalização, vez que o Crédito Unitário Projetado (PUC) tem perspectiva de evolução crescente de taxa de custeio, caso o plano não tenha ingresso de novos participantes;

Por conseguinte, sob pena de agravamento da situação de insolvência e em face do envelhecimento da massa, redução do grupo e da restrição de ingresso de novos participantes, o equacionamento das insuficiências se reveste de caráter prioritário, exigindo medidas efetivas e diligentes dos Gestores do Cibrius e da Conab quanto ao encaminhamento/ajustamento das posições da STN, já manifestada em Nota Técnica e, por outro lado do DEST, que até o encerramento do exercício não havia se manifestado formalmente, embora tenha participado de reuniões sobre o assunto.

Cabe acrescentar contudo, que por meio da Nota Técnica n.º 48/CGINP-MP, de 07/02/2013, o DEST se manifestou nos seguintes termos:

*Item 27 - “Considerando que este Departamento, permanentemente, tem participado da condução do assunto em tela junto a STN/MF e, portanto, concordando com os encaminhamentos exarados em Nota Técnica daquele órgão, reafirmamos a necessidade de se promover a solução de consenso, até aqui debatida e acordada entre todos os órgãos envolvidos, quais sejam: DEST, STN, MAPA, PREVIC, CONAB e CIBRIUS, cuja finalidade, até o momento, foi evitar nova intervenção e possível liquidação do plano, quais sejam:*

- a) fechamento imediato do atual plano de benefício;*
- b) implantação imediata de novo plano;*
- c) saldamento do atual plano, respeitando os limites exarados nesta Nota;*
- d) contratação do valor de responsabilidade exclusiva da Conab no prazo a ser acordado junto a Previc e a taxa de juros não superior a meta-atuarial vigente; e*
- e) providências visando redução de custo administrativo, considerando a hipótese de transferência de gerenciamento dos planos de benefícios e extinção do Cibrius.”*

*Item 28 - “Assim, sugerimos que este Departamento se manifeste favoravelmente ao encaminhamento dado pela STN/MF e corroborado nesta Nota Técnica, oficiando o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, para as providências cabíveis.” Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, para as providências cabíveis.”*

A referida Nota Técnica foi aprovada pelo titular do citado Departamento, encaminhada à CONAB por intermédio do MAPA, encontrando-se, no momento (mai/13), em fase de estruturação/formalização dos instrumentos legais, com vistas a aprovação dos órgãos colegiados

da EFPC e da Patrocinadora CONAB e posteriormente à PREVIC para ratificação.

Considerando os encaminhamentos e providências adotadas, o assunto deverá ser equacionado em 2013 e os problemas solucionados.

## 12. PLANEJAMENTO, EXECUÇÃO E CONTROLE ORÇAMENTÁRIO, PATRIMONIAL, FINANCEIRO E CONTÁBIL

### 12.1. Programas e Ações do PPA

**Análise do cumprimento de metas físicas e financeiras dos programas e ações de responsabilidade da Conab no PPA**

**Quadro 12.1 – Ações orçamentárias da UJ**

Programa / Órgão Resp	Objetivo	Iniciativa	Ação	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
					Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
2014 (MAPA)	0350	0113	2130 - Formação de Estoques	Prod Adquirido(t)	41.520	-	50.000.000,00	11.442.424,18
		011F	2829 - Recuperação da Rede Própria	Unid Modernizada	3	4	92.153,26	23.857,88
		0119	2137 - Fiscalização dos estoques	Fisc realizada	140	234	50.000,00	20.614,89
	0623	02F5	4711 - Pesquisa de Safras	Pesq realizada	12	12	50.000,00	40.144,14
2105 (MAPA)	Não tem	Não tem	00H1 - Pagamento de Pessoal Ativo	Não tem	Não tem	Não tem	4.700.000,00	4.694.412,10
			2000 - Administração da Unidade	Não tem	Não tem	Não tem	2.000.000,00	1.952.023,00
			2004 - Assistência Médica	Pessoa benef	670	662	1.350.000,00	1.237.334,88
			20CW - Exames Periódicos	Servidor benef	170	114	50.000,00	54.046,54
			2011 - Auxílio-Transporte	Servidor benef	165	178	30.000,00	27.930,00
			2012 - Auxílio-Alimentação	Servidor benef	170	175	1.060.000,00	1.059.860,54
4572 - Capacitação de Servidores	Servidor benef	50	35	50.000,00	43.085,54			
0901 (SMJ)	Não tem	Não tem	0022 - Cumprimento de Sentenças	Não tem	Não tem	Não tem	800.000,00	703.683,07
			00H2 - Ppto Depósitos Recursais	Não tem	Não tem	Não tem	335.000,00	334.766,73

Fonte: Diafi/Supor/Geare e Siafi

### Principais causas para grandes disparidades entre as metas planejadas e as executadas

#### 2130 – Formação de estoques

Os produtos amparados pela PGPM apresentaram, de modo geral, preços equilibrados, ou seja, igual ou acima dos preços mínimos fixados, não necessitando da intervenção do governo.

#### 2829 – Recuperação da Rede Própria

Em 2012 a execução orçamentária da Ação supracitada foi prejudicada, em função da inexistência no quadro da UJ de engenheiro(s) e/ou técnico(s) para a elaboração de projetos básicos de engenharia que compõem os editais de licitação pública. A falta de profissionais na área de engenharia civil é comum nas demais regionais, tanto que, apenas um engenheiro civil, com lotação na Sureg/PB, foi responsável pelo atendimento, na medida do possível, das demandas das regiões Norte e Nordeste.

#### 2137 – Fiscalização dos estoques

A meta física realizada foi superada, em 167,14% tendo em vista que as fiscalizações foram destinadas principalmente ao Programa Venda em Balcão, que em 2012 houve uma grande demanda. Em relação ao exercício anterior, houve um acréscimo de 709,9% em relação a meta física realizada.

#### Ação 4711 – Pesquisa de Safras

Os levantamentos da safra agrícola brasileira são realizados pela Conab e pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

Os levantamentos de safras agrícolas realizados pela Conab fornecem dados estatísticos amostrais

e/ou censitários de área, produção e produtividade das principais culturas produtoras de grãos, oleaginosas e fibras que compõem a safra agrícola regional, provendo o Governo de informações atualizadas sobre a dinâmica dos processos produtivos no campo, a situação atual e previsões futuras sobre a safra agrícola, tendo como base as informações coletadas sobre intenção de plantio, tecnologias utilizadas no cultivo, utilização de insumos, situação das lavouras e condições climáticas. Informações estas coletadas junto aos produtores, órgãos de assistência técnica e extensão rural e sindicatos de trabalhadores rurais.

A Conab no Piauí realiza o levantamento da safra de grãos, mensalmente, de duas formas, alternando-as a cada mês. No primeiro mês, a forma consiste na ida a campo com visitas nas propriedades rurais, empresas de assistência técnica, sindicatos rurais e agências bancárias de financiamento da produção, com o intuito de realizar pesquisa por meio da aplicação de questionário padronizado para cada cultura e caso necessário a complementação das informações por meio de contato telefônico. No segundo mês, consiste em contato telefônico com os informantes cadastrados com o objetivo de confirmar as informações coletadas em campo e obter possíveis alterações na situação das culturas.

Após a coleta, conferência e tabulação dos dados, o resultado é transferido para o sistema SIAGRO - Sistema de Informações Agropecuárias e de Abastecimento, no qual os técnicos da Conab Matriz realizam análises estatísticas para finalmente serem consolidados e divulgados em meio eletrônico (Internet – com versões em português, inglês e espanhol) e em publicações técnicas.

No ano de 2007, a Conab e o IBGE firmaram acordo para a realização conjunta das pesquisas de plantio, produção e produtividade de grãos, café e cana-de-açúcar. No Estado do Piauí houve benefícios na forma de realização da pesquisa, aproximando metodologias e aproveitando a experiência e recursos humanos das duas instituições no sentido de produzir um resultado final mais abrangente e de qualidade com aproximação estatística da realidade do campo.

Por ocasião das viagens a campo, quando necessárias e na medida do possível, tem sido realizadas em conjunto com técnicos do IBGE de forma a permitir uma maior cobertura das pesquisas, interação na realização do trabalho, uniformização dos dados coletados, discussão e entendimento sobre as variáveis envolvidas, que desse modo resulta em dados confiáveis, beneficiando as instituições no que concerne a realização do trabalho de levantamento de safra.

A agricultura no Piauí tem se expandido a cada safra, observando-se que na safra 2002/2003 foram colhidas em torno de 865 mil toneladas de grãos em uma área de plantio de aproximadamente 768.000ha, nove anos após, na safra 2011/2012, foram colhidas 2.314 mil toneladas em uma área equivalente a 1.173 mil ha.

O levantamento da safra 2010/2011 teve início no mês de setembro de 2011 com divulgação em outubro e término no mês de agosto de 2012, com divulgação em setembro do mesmo ano. Com o término do Levantamento da safra 2011/2012, teve início, já em setembro de 2011, o 1º levantamento da safra 2012/2013, conforme descrito abaixo:

Levantamento	Safra	Mês	Ano
1º	2010/2011	Setembro	2011
2º	2010/2011	Outubro	2011
3º	2010/2011	Novembro	2011
4º	2010/2011	Dezembro	2011
5º	2010/2011	Janeiro	2012
6º	2010/2011	Fevereiro	2012
7º	2010/2011	Março	2012
8º	2010/2011	Abril	2012
9º	2010/2011	Maió	2012
10º	2010/2011	Junho	2012
11º	2010/2011	Julho	2012
12º	2010/2011	Agosto	2012
1º	2011/2012	Setembro	2012

## Quadro 12.2 Comparativo de área, Produtividade e Produção – Safras 2010/2011/2011/2012

Produto	ÁREA(em mil ha)			PRODUTIVIDADE (Em kg/ha)			PRODUÇÃO (Em mil t)		
	Safra 10/11 (a)	Safra 11/12 (b)	VARIACÃO % (b/a)	Safra 10/11 (a)	Safra 11/12 (b)	VARIACÃO % (b/a)	Safra 10/11 (a)	Safra 11/12 (b)	VARIACÃO % (b/a)
Algodão Total	17,8	21,3	19,7	3.780,0	3.480,0	-7,9	67,3	74,1	10,1
Arroz	146,4	117,4	-19,8	1.845,0	1.171,0	-36,5	270,1	137,5	-49,1
Feijão	238,4	230,5	-3,3	356,0	158,0	-55,6	85,0	36,5	-57,1
Milho	349,6	351,6	0,6	2.017	2.239	11,0	705,1	787,2	11,6
Soja	383,6	444,6	15,9	2.983	2.841	-4,8	1.144,3	1.263,1	10,4
Sorgo	5,8	7,7	32,8	2.672,0	2.130,0	-20,3	15,5	16,4	5,8
Total	1.141,6	1.173,1	2,8				2.287,3	2.314,8	1,2

Fonte: Boletim levantamento de safras/Conab 12º Levantamento da Safra 2011/2012

**Para o levantamento da safra de cana-de-açúcar são realizados três levantamentos anuais com periodicidade quadrimestral, com divulgação em abril, agosto e dezembro.**

Em cada levantamento são programadas visitas dos técnicos a unidade de produção em atividade com o objetivo de obter informações sobre a área cultivada, produtividade por unidade de área e por corte (folha) e o desempenho industrial da unidade de produção. Os dados são colhidos por meio de questionários modelo elaborados pela Conab. No primeiro levantamento são pesquisados dados estimativos como: área em produção, área expandida, área renovada, produtividade, produção, capacidade industrial, energia gerada e consumida, tipo de colheita, desenvolvimento vegetativo da cultura, intenção de esmagamento, quantidade de cana destinada à produção de açúcar e à produção de etanol, dentre outros. O segundo levantamento tem a finalidade de confirmar ou não, os dados estimados no primeiro levantamento. O terceiro levantamento busca a consolidação dos números finais da safra de cana-de-açúcar na região Centro-Sul e os dados sobre o andamento da safra nas regiões Norte e Nordeste.

Os resultados obtidos neste levantamento da safra 2012/13, são apresentados em detalhes nas tabelas a seguir:

PRODUTOS DA INDÚSTRIA SUCROALCOOLEIRA COMPARATIVO DE ÁREA, PRODUTIVIDADE E PRODUÇÃO SAFRAS 2011/12 e 2012/13								
ÁREA (Em mil ha)			PRODUTIVIDADE (Em kg/ha)			PRODUÇÃO (Em mil t)		
2011/12	2012/13	VAR. %	2011/12	2012/13	VAR. %	2011/12	2012/13	VAR. %
13,910	14,740	6,00	71.312	70.000	(1,80)	992,0	1.031,8	4,00
PRODUTOS DA INDÚSTRIA SUCROALCOOLEIRA ESTIMATIVA DE PRODUÇÃO E DESTINAÇÃO Safra 2012/13 (Em 1.000 toneladas)								
INDÚSTRIA SUCROALCOOLEIRA								
TOTAL			AÇÚCAR			ETANOL		
1.031,8			488,0			543,8		
PRODUTOS DA INDÚSTRIA SUCROALCOOLEIRA								

ESTIMATIVA DE PRODUÇÃO E DESTINAÇÃO						
Safrá 2012/13						
INDÚSTRIA SUCROALCOOLEIRA						
AÇÚCAR (1.000 t)	ETANOL TOTAL (Em 1.000 l)		ETANOL ANIDRO (Em 1.000 l)		ETANOL HIDRATADO (Em 1.000 l)	
6 3,7	4 2.298,7		40.042,1		2 .256,6	
PRODUTOS DA INDÚSTRIA SUCROALCOOLEIRA						
ESTIMATIVA DA PRODUÇÃO DE AÇÚCAR						
Safrá 2012/13						
CANA-DE-AÇÚCAR DESTINADA AO AÇÚCAR (Em 1000t)			AÇÚCAR (Em 1000t)			
2011/12	2012/13	VAR. %	2011/12	2012/13	Variação	
					Absoluta	%
484,6	488,0	0,72	6 0,1	6 3,7	3,6	6,06
PRODUTOS DA INDÚSTRIA SUCROALCOOLEIRA						
ESTIMATIVA DA PRODUÇÃO - ETANOL TOTAL						
Safrá 2012/13						
CANA-DE-AÇÚCAR DESTINADA AO ETANOL TOTAL (Em 1000t)			ETANOL TOTAL (Em 1000 litros)			
2011/12	2012/13	VAR. %	2011/12	2012/13	Variação	
					Absoluta	%
507,4	543,8	7,17	37.478,0	42.298,7	4 .820,7	1 2,86
PRODUTOS DA INDÚSTRIA SUCROALCOOLEIRA						
ESTIMATIVA DA PRODUÇÃO DE ETANOL ANIDRO						
Safrá 2012/13						
CANA-DE-AÇÚCAR DESTINADA AO ETANOL ANIDRO (Em 1000t)			ETANOL ANIDRO (Em 1000 litros)			
2011/12	2012/13	VAR. %	2011/12	2011/12	Variação	
					Absoluta	%
482,8	515,9	6,85	35.587,0	40.042,1	4 .455,1	1 2,52
PRODUTOS DA INDÚSTRIA SUCROALCOOLEIRA						
ESTIMATIVA DA PRODUÇÃO DE ETANOL HIDRATADO						
Safrá 2012/13						
CANA-DE-AÇÚCAR DESTINADA AO ÁLCOOL HIDRATADO (Em 1000t)			ÁLCOOL HIDRATADO ( Em 1.000 litros)			
2011/12	2012/13	VAR. %	2011/12	2011/12	Variação	
					Absoluta	%
24,6	27,9	13,33	1.891,0	2.256,6	3 65,6	1 9,33

FONTE: CONAB - 3º Levantamento: dezembro de 2012.

### Ação 20CW – Exames Periódicos

Para a Sureg-PI foram disponibilizados de dotação orçamentária o valor de R\$ 50.000,00, sendo executado R\$ 54.323,70, acréscimo de 8,65%. Em comparação com 2011, o valor da ação teve um aumento de 10,89%.

Quanto a meta física, o valor estipulador foi de 170 servidores, sendo totalizado no final do exercício 114 atendimentos, ou seja, 67,07% da meta. A execução física da meta foi prejudicada por insuficiência de orçamento destinado ao o descolamento dos empregados lotados nas Unidades



Armazenadoras de Parnaíba, Floriano e Picos para a Capital, Teresina, visando a realização dos exames periódicos.

#### 4572 – Capacitação de Servidores

A Sureg-PI teve dotação orçamentária de R\$ 50.000,00, e a execução orçamentária totalizou R\$ 43.085,54; logo 86,17% da dotação destinada para a ação. Quanto a meta física, foi estabelecido para a Sureg/Pi treinar 50 empregados, sendo capacitados somente 35 servidores ou seja 70% da meta prevista.

Em comparação com 2011, mesmo com as contenções orçamentárias do Governo Federal, houve acréscimo no número de colaboradores treinados (de 28 para 35). A maioria desses funcionários foram treinados no Centro de Treinamento da Conab, em Brasília.

#### Indicadores de desempenho institucionais

Os indicadores já estão mencionados ao final dos capítulos 3,4,5,6 e 7.

#### Ações orçamentárias de outros órgãos e executadas pela UJ através de Termos de Cooperação Quadro 12.2 – Ações de outros órgãos, executadas pela UJ

Programa	Ação	Valor
2069 (MDS)	2792 - Distribuição de Alimentos	387.584,46
	2798 - Aquisição de Alimentos AF	10.221.888,43
	2802 - Oper Aquisição alimentos	51.646,66
2034 (Presi)	6440 - Desenvolvimento quilombo	2.802,80
<b>Total</b>		<b>10.663.922,35</b>

Fonte: Diafi/Supor/Geare e Siafi

A seguir breve análise das Ações:

#### Fiscalização do Seguro Rural

Termo de Cooperação entre a Conab e a Secretaria de Política Agrícola do MAPA para a fiscalização das apólices de Seguro Rural.

Foram realizadas em 2012, 04 fiscalizações sem custo para a UJ. Operação realizada por fiscais da SUFIS – Brasília, devido ao pequeno número de apólices e localização próximas aos Estados da Bahia, Piauí, Maranhão e Tocantins, fazendo uma única viagem, saindo de Brasília-DF.

#### Ações do MDS

As ações 2792, 2798 e 2802 são ações orçamentárias do MDS executadas pela Conab através de Termos de Cooperação.

A execução destas ações está detalhada no item 3.2.6 - Programa Aquisição de Alimentos-PAA

#### Quadro 12.3 – Distribuição de Alimentos – MDS

BENEFICIÁRIOS	ATENDIMENTOS EFETUADOS		
	FAMILIAS(QTD)	Nº DE ATENDIMENTOS	ENTREGA (KG)
ACAMPADOS	1.913	4.261	111.754
QUILOMBOLAS	1.020	3.163	84.165
COMUNIDADE DE TERREIRO	500	2.500	71.944
PESCADORES ARTEZANAIS	700	3.530	75.870
ATENDIMENTO ESPECIAIS			17.490
<b>TOTAL</b>	<b>4.133</b>	<b>13.454</b>	<b>361.223</b>

Fonte:Gepab

Em 2012, no Estado do Piauí, foram realizados 13.454 24.565 atendimentos a 4.133 5.139 famílias com distribuição de 361 653 toneladas de alimentos.

Em relação ao exercício anterior, verifica-se redução de 19,6% no número de famílias atendidas, de 45,2% na quantidade de atendimentos e de 44,7% na quantidade de produtos distribuídos.

A retirada dos alimentos bem como a sua distribuição às famílias beneficiárias é de responsabilidade dos representantes do INCRA, Fundação Cultural Palmares e SEPPIR.

### Desenvolvimento Quilombo e Matrizes Africanas

Termo de Cooperação realizado entre a Conab e a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República para distribuição gratuita de cestas de alimentos às comunidades tradicionais de matriz africana.

A ação 6440, viabiliza a embalagem e transporte para a distribuição gratuita de cestas de alimentos às comunidades tradicionais de matriz africana em todo o território nacional.

## 12.2. Restos a Pagar

**Quadro 12.4 – Situação dos Restos a Pagar de Exercícios Anteriores**

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos Acumulados	Pagamentos Acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2012
2011	486.794,93	13.345,31	364.954,96	108.494,66
2010	0,00	0,00	0,00	0,00
...				0,00
				0,00
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos Acumulados	Pagamentos Acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2012
2011	3.607.901,74	31.521,54	3.576.322,61	57,59
2010	0,00	0,00	0,00	0,00
...				0,00
				0,00

Fonte: Diafi/Sucon

Os Restos a Pagar Processados Inscritos totalizam em R\$ 108.494,66 (Cento e Oito Mil Quatrocentos e Noventa Quatro Reais e Sessenta e Seis Centavos), conforme quadro 12.3 é correspondente a despesas do exercício de 2011 da UG 135181: 2011NE000012 – a) valor de R\$ 106.280,86 refere-se a um desconto no pagamento de frete, conforme determinação contida no fax nº 1012 de 10.10.2011 e b) R\$ 2.213,80 Refere-se a saldo de apropriação de frete devido a diferença de peso transportado e o recebido.

Os Restos a Pagar Não Processados Inscritos totalizam em R\$ 57,59, conforme quadro 12.3, referente a despesas do exercício de 2011. Em análise do valor total, desmembramos conforme segue abaixo:

a) O valor de R\$ 54,55 refere-se a UG 135463: 2011NE000045 – relativo ao ISS de serviços de braçagem que foi cancelado para alteração do código do município e refeito através do 2012NP000112 e pago com a 2012OB800476, o saldo pendente é o que conta na conta de fornecedores devido problema no sistema que não baixou com a 2012OB800476 o crédito gerado pela 2012NP000112.

b) O valor de R\$ 3,04 correspondente a UG 135463: 2011NE000052 – Refere-se a saldo de apropriação de frete devido a diferença de peso transportado e o recebido, que não pode ser cancelado por problemas no SIAFI.

## 12.5. Demonstrações Contábeis

### Demonstrações Contábeis previstas na Lei nº 6.404/76, incluindo notas explicativas

Ver anexo páginas 69 a 87

## 12.7. Gestão do Patrimônio Imobiliário

A Conab é uma empresa pública federal e, por essa condição, possui personalidade jurídica de Direito Privado, conforme expresso no artigo 173 da Constituição da República. Assim sendo, integra a Administração Pública Descentralizada, ou seja, possui personalidade jurídica e patrimônio próprios, distinto da União (que é Pessoa Jurídica de Direito Público), não se vinculando, portanto, à Secretaria e Patrimônio da União (do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, ou seja Administração Pública Direta).

**Quadro 12.5 – Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União**

Localização Geográfica	Imóveis de propriedade da UJ		Observação
	2012	2011	
Teresina	6	6	Um prédio localizado em Teresina está destinado a venda (Conad-Ata da 202ª Reunião Ordinária realizada em 24/02/2010).
Parnaíba	1	1	
Florianópolis	1	1	
Picos	1	1	
<b>Piauí</b>	<b>9</b>	<b>9</b>	

Fonte: Diafi/Supad

## 13. GOVERNANÇA E CONTROLES

### 13.1. Controle Interno da UJ

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
<b>Ambiente de Controle</b>					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				X	
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				X	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				X	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.					X
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.		X			
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				X	
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.				X	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.					
<b>Avaliação de Risco</b>					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.				X	
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.		X			
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos		X			

e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.					
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.		X			
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.		X			
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.		X			
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.					X
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
<b>Procedimentos de Controle</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.		X			
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.		X			
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.				X	
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.		X			
<b>Informação e Comunicação</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					X
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.					X
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				X	
<b>Monitoramento</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.		X			
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.		X			
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.		X			
Análise Crítica:					
Resultado de consenso apurado em reunião com representantes da Procuradoria Regional, Gerências e Encarregados de Setores , <b>na qual os representantes apresentaram a avaliação decorrente de reunião previamente realizadas com o superintendente a as respectivas gerencias, para decisão e avaliação no grupo, visando ao consenso.</b>					
<b>Escala de valores da Avaliação:</b>					
<b>(1) Totalmente inválida:</b> Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente não observado no contexto da UJ.					
<b>(2) Parcialmente inválida:</b> Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
<b>(3) Neutra:</b> Significa que não há como avaliar se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.					
<b>(4) Parcialmente válida:</b> Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
<b>(5) Totalmente válido:</b> Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente observado no contexto da UJ.					

Fonte: Sureg/Pi

## 13.2. Deliberações do TCU e CGU

## Quadro A.10.4 - Recomendações do OCI pendentes no exercício

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Superintendência Regional do Piauí			14
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
01	201205159	1.2.1.1	OF N° 28941/2012
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Controladoria Regional da União no Estado do Piauí			
Descrição da Recomendação			
Identificar os impedimentos para o sucesso do programa e promover gestões junto à Sede para a solução necessária e, pleitear a revisão das metas do Termo de Cooperação MDA/CONAB.			
Justificativa apresentada pelo seu não Cumprimento			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Gerência de Operações e Suporte Estratégico			
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Como todos os instrumentos do PAA , a CPR Estoque tem por objetivo atender demandas de organizações de agricultores familiares que tenham mercado para seus produtos e precisam de apoio financeiro para aquisição da produção durante a safra(especialmente matéria-prima) com pagamento imediato aos produtores. Portanto, exige-se da organização dos agricultores familiares um conhecimento mínimo de gestões financeiras e operacional. Assim entende-se que a baixa implementação deve-se ao fato de que as organizações dos agricultores familiares no Estado não possuem, ainda o perfil exigido para formalização de CPR Estoque com pagamento financeiro.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
O Piauí tem enfrentado a pior seca dos últimos 40 anos. O baixo índice pluviométrico tem impossibilitado o plantio pelos agricultores familiares, como consequência não há produção. A descentralização orçamentária do MDA para a Conab, especificamente para a Regional do Piauí tem como principal finalidade apoiar a formação de estoques pelas cooperativas e demais organizações formais da agricultura familiar e; constituir estoques públicos de alimentos produzidos por agricultores familiares.			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
02	201205159	5.1.1.1	OF N° 28941/2012
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Controladoria Regional da União no Estado do Piauí			14
Descrição da Recomendação			
Ausência de estudos quanto ao dimensionamento da força de trabalho.			
Justificativa apresentada pelo seu não Cumprimento			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Gerência de Cargos, Salários e Avaliação – GECAV/MATRIZ			14
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Processo em revisão, face necessidade da Conab em executar o seu plano de Reordenamento e tendo em vista o Acordo de Gestão assinado com o MAPA, onde pretende-se rever a atual estrutura da Companhia. No citado acordo está prevista a elaboração do Lotaciograma para todas as unidades orgânicas da Companhia o que deverá ocorrer em paralelo à ação de reestruturação.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
A Conab/Matriz através da SUDEP - SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS – SUDEP, está providenciando a contratação de uma consultoria, a qual deverá auxiliar nas ações de Elaboração e Implantação de Política de Recursos Humanos e o Lotaciograma para todas as unidades Orgânicas da Companhia. No momento encontra-se na fase de elaboração o Termo de Referência para a realização de processo licitatório. Em 4/3/2013, encaminhou e-mail a todas as Superintendências Regionais solicitando que fizessem um levantamento de suas necessidades eminentes de pessoal. De posse dessas informações estará consolidando planilha com as vagas e necessidades para dar início ao processo de contratação de entidade para realização de concurso público para provimento das vagas e cadastro de reserva, em nível nacional, ainda este ano.			

Fonte: SUDEP/SUPAF

### 13.3. Auditoria Interna

Informações de como está estruturada a área de auditoria interna e de como é feito acompanhamento dos resultados de seus trabalhos

- a) a descrição das rotinas de acompanhamento das ações gerenciais de implementação das recomendações exaradas pela auditoria interna;
- b) a existência ou não de sistemática e de sistema para monitoramento dos resultados decorrentes dos trabalhos da auditoria interna;
- c) como se dá a certificação de que a alta gerência tomou conhecimento das recomendações feitas pela auditoria interna e a aceitação dos riscos pela não implementação de tais recomendações;
- d) a descrição da sistemática de comunicação à alta gerência, ao conselho de administração e ao comitê de auditoria sobre riscos considerados elevados, mas assumidos pela alta gerência ao decidir não implementar as recomendações da auditoria interna.

A Sureg não apresenta estrutura de Auditoria Interna. A seguir apresentamos a estrutura da Auditoria Interna da Matriz.

#### Estrutura da Auditoria Interna – Audin da Conab

##### Orientação Normativa e Supervisão Técnica

A Auditoria Interna da Companhia é hierarquicamente subordinada ao Conselho de Administração da Conab - Conad e administrativamente à Presidência, cabendo a esta última prover-lhe os meios necessários e suficientes ao seu autônomo funcionamento, conforme rege o art. 12, § 2.º, do Estatuto Social da Companhia Nacional de Abastecimento - Conab, regulado e aprovado pelo Decreto n.º 4.514, de 13 de dezembro de 2002, e publicado no DOU de 16.12.2002, em consonância com a alínea “a” do art. 1º da Resolução/CGPAR n.º 2, de 31 de dezembro de 2010 (D.O.U de 28.03.2011, S. 1, p. 109), recepcionada pela Resolução/Conad n.º 04, de 28 de março de 2012.

No desempenho de suas atividades específicas, a Audin atende e se relaciona com o Conselho de Administração da Conab e com os órgãos de Controle Interno e Externo, a exemplo da Secretaria Federal de Controle Interno – SFC/CGU e do Tribunal de Contas da União – TCU, na esteira da alínea “g” do art. 1º da referida Resolução/CGPAR n.º 2, de 31.12.2010.

Isto ocorre, também, porque a Audin está sujeita à orientação normativa e à supervisão técnica do Órgão Central do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, conforme art. 15, do Decreto n.º 3.591, de 6 de setembro de 2000, com a redação dada pelo Decreto n.º 4.440, de 25 de outubro de 2002, e a sua metodologia de trabalho guarda consonância com aquela adotada na esfera da SFC/CGU, por força do item 11, Seção I, Capítulo X, do Manual do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, aprovado na forma de Anexo da IN/SFC n.º 01, de 6.4.2001 e, ainda, como o Manual de Auditoria Interna da Conab, em consonância com a PA/IPPF n.º 1000-1, do IIA, recomendada pelo Tribunal de Contas da União à guisa da boa prática internacional de auditoria interna conforme Acórdão n.º 1.233/2012 – TCU – Plenário.

##### Competências Regimentais e Estrutura Organizacional

O objetivo básico da Auditoria Interna é auxiliar os gestores no desempenho de suas funções, por meio do fornecimento de análises, apreciações, recomendações e comentários pertinentes aos atos e fatos examinados, de forma amostral. Nesse sentido, o trabalho dos auditores internos pode permear todas as atividades da Companhia, de forma a obter uma visão mais completa das operações e dos procedimentos administrativos.

As competências regimentais da Audin foram assim delineadas:

- I - Realizar, de forma amostral, consoante o “*Plano Anual de Atividades da Auditoria Interna*” e de acordo com as técnicas estabelecidas no “*Manual de Auditoria Interna*”, trabalhos de auditoria, de avaliação e de acompanhamento da gestão nas diversas unidades gestoras da Companhia;

- II - Avaliar, por meio do exame amostral dos registros e documentos pertinentes, os procedimentos administrativos e operacionais, no que se refere à conformidade com a legislação e normas a que se sujeitam;
- III - Realizar avaliações de natureza operacional nas ações, programas de governo, projetos e atividades da Companhia, com a finalidade de emitir opinião sobre sua gestão sob a ótica da eficiência, eficácia, economicidade, efetividade e equidade;
- IV - Realizar auditoria periódica na entidade fechada de previdência complementar em que a Conab figura como patrocinadora, assim como em empresas coligadas e controladas que, eventualmente, vierem a ser consideradas como tal;
- V - Desenvolver trabalhos de auditoria extraordinária, por demanda do Conselho de Administração ou por sugestão do Conselho Fiscal;
- VI - Emitir pareceres sobre as Demonstrações Contábeis e o Processo de Prestação de Contas da Conab;
- VII - Acompanhar a implementação das recomendações dos órgãos de controle interno e externo;
- VIII - Elaborar o Plano Anual de Atividade da Auditoria Interna e o Relatório Anual de Atividades da Auditoria Interna;
- IX - Definir as políticas e diretrizes da Auditoria Interna, mantendo a área atualizada quanto aos procedimentos, métodos e técnicas de auditoria, inclusive de seu Manual de Auditoria Interna;
- X - Elaborar e manter atualizados os Programas de Auditoria, de observância obrigatória por parte do corpo funcional de auditores internos;
- XI - Analisar e emitir parecer final sobre Tomada de Contas Especial, no que se refere ao cumprimento dos normativos cabíveis à espécie.

Para cumprimento de seus objetivos e missões regimentais, a Audin conta com três Gerências: a Gerência de Desenvolvimento Técnico-Operacional – Gedop, a Gerência de Auditoria – Geaud e a Gerência de Riscos, que foi alterada para Gerência de Avaliação Operacional – Genop, a partir de 1º.01.2013.

Foi proposto por meio da Nota Técnica Audin n.º 15/2012 a descentralização das atividades de auditoria com o objetivo de fortalecer o quadro de auditores internos, pela redução do nível de rotatividade de pessoal técnico, e obter maior abrangência e economicidade na execução das atividades típicas de auditoria interna. Para tanto, seria de bom alvitre que fossem instituídos núcleos regionais de auditoria interna, contemplando as cinco regiões geográficas do País.

A proposta foi aprovada pela Diretoria Colegiada da Conab (Voto Presi n.º 005/2012) e pelo Conselho de Administração, conforme consignado na Ata n.º 231, de 05.09.2012 e Resolução Conad n.º 01/2013. Assim, no exercício de 2013 será implementado o Núcleo de Auditoria do Nordeste com sede em João Pessoa/PB.

Os núcleos regionais serão subordinados hierarquicamente à Gerência de Auditoria – Geaud.

#### Estrutura de Recursos Humanos da Audin

Em consonância com o estabelecido no inciso XII do art. 20 do Estatuto Social e no inciso XII do art. 123 do Regimento Interno da Conab, o chefe da Auditoria Interna é designado pelo Presidente da Companhia, sendo que a indicação deverá ser aprovada pelo Conselho de Administração, conforme disposto no inciso XII do art. 16 do Estatuto Social e inciso XII do art. 2.º do Regimento Interno da Conab.

Para a execução de suas atividades, a Audin conta com uma equipe composta por 4 gestores e 13 técnicos, cuja principal característica é a multidisciplinaridade, de forma a permitir que os conhecimentos específicos dos auditores internos sejam utilizados em áreas afins. A equipe conta com auditores com formação acadêmica em contabilidade, administração, economia, estudos sociais, direito e agronomia.

Apesar da constatação de avanços obtidos nos últimos anos no fortalecimento das atividades de auditoria interna, cujos resultados estão refletidos no aprofundamento das análises das ações de auditoria realizadas, a Audin enfrentou sérias dificuldades relacionadas à rotatividade de seus profissionais auditores internos, que culminou, em 2012, na perda de 28,6% da sua força de

trabalho, relativamente a 31.12.2010.

Em razão desse cenário, foram adotadas medidas no intuito de revigorar a Auditoria Interna da Conab, como parte integrante das ações de fortalecimento da governança corporativa da Companhia, conforme explicitado nas Resoluções/CGPAR de n.ºs 2 e 3, de 31.12.2010.

Para tanto, a Audin apresentou ao Conselho de Administração, por meio da Nota Técnica Audin n.º 16/2012 (encaminhada pela CI Audin n.º 286, de 03.09.2012), uma proposta de fortalecimento, em níveis sustentáveis, da Unidade de Auditoria Interna da Companhia pela via do suporte necessário de recursos humanos multidisciplinares (no total de 40 profissionais) e materiais, conforme determina o art. 14 do Decreto n.º 3.591/2000, abrangendo ajustes necessários na estrutura orgânica e a formatação da carreira segregada de Auditor Interno da Companhia.

Espera-se a aprovação da referida proposta para a implementação, no próximo exercício, de uma Unidade de Auditoria Interna em bases sustentáveis, visando agregar valor à gestão a taxas crescentes.

#### Manual de Auditoria interna – MAI

As atividades de Auditoria Interna da Conab são realizadas em conformidade com o Manual de Auditoria Interna – MAI, aprovado pelo Voto Presi n.º 10, de 22 de dezembro de 2006. Esse manual é o principal normativo interno de auditoria e tem por finalidade a sistematização do arcabouço conceitual e estrutural em que se assentam os trabalhos da Audin, a definição de conceitos e de diretrizes gerais, assim como o estabelecimento de diretrizes e procedimentos aplicáveis, com ênfase nos aspectos relacionados ao planejamento, exame, avaliação, conclusão e relatoria.

#### Sistema de Auditoria Interna – Siaudi

Os procedimentos de relatoria e o acompanhamento de pendências são processados exclusivamente em meio digital por intermédio do Sistema de Auditoria Interna – Siaudi, que entrou em produção em janeiro de 2008. Os relatórios impressos foram eliminados e a utilização do sistema permitiu maior celeridade, maior segurança de dados, acessibilidade compartilhada, remota e *on-line*, com ganhos em eficiência e economicidade a partir da automação da área.

Diante estes benefícios, vários foram os órgãos e entidades federais já solicitaram a cessão do Siaudi (CEAGESP, FUNAI, INCRA, DPU/MJ, IFC, IF-SC, UFABC, UF-AM, UFRJ e UnB) para uso interno.

Em face destas demandas, a Conab encaminhou Ofício Dipai n.º 238, de 16.8.2012, no intuito de instituir grupo de trabalho inter-institucional entre a CGU, CONAB e FUNAI para promover a atualização do Siaudi para disponibilização no Portal de Software Público.

Em razão desta sinalização feita pela Companhia à CGU e da necessidade do aprimoramento contínuo do sistema, está em processo de desenvolvimento na Conab um novo Siaudi, que terá uma linguagem de programação mais moderna e novos módulos. Estes módulos se integrarão, dando maior celeridade ao processo auditorial, além de gerar informações gerenciais que poderão subsidiar a Alta Administração para a tomada de decisões.

Para este novo sistema serão desenvolvidos cinco módulos: Módulo de Risco, Módulo para Elaboração do PAINT, Módulo de Planejamento Específico, Módulo de Relatório e Módulo de Informações Consolidadas, que subsidiarão a elaboração do RAINT, inclusive.

#### Acompanhamento dos Resultados dos Trabalhos da Audin

##### Acompanhamento das Recomendações Exaradas nos Relatórios de Auditoria

Os relatórios de auditoria produzidos, via sistema Siaudi, são disponibilizados para a Unidade auditada, que dispõe de 20 dias úteis para a adoção das providências saneadoras, em face das recomendações formuladas pelos auditores internos. Os referidos relatórios são disponibilizados, também, para a Diretoria a qual a Unidade auditada está subordinada, à Presidência da Companhia, ao Conselho Fiscal e ao Conselho de Administração, para conhecimento e providências de suas alçadas. Ademais, os citados relatórios são remetidos à Controladoria Geral da União – CGU em



cumprimento ao que dispõe a alínea “c”, inciso VIII, item 5, Seção I, Capítulo V do Manual do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, aprovado na forma da IN/SFC n.º 01, de 6.4.2001.

As recomendações formuladas pela Audin recebem acompanhamento sistemático via sistema Siaudi. Por meio dele os auditores acompanham, em tempo real, as respostas dos auditados às recomendações de auditoria. Assim, avaliam não apenas as respostas, mas os documentos instruídos digitalmente no processo. Dessa forma, as recomendações exaradas em relatório de auditoria são catalogadas e verificadas em seus *status*, de forma periódica, por meio de *follow-up*.

Além disso, o sistema dispõe de relatórios gerenciais que produzem informações sobre as constatações e recomendações pendentes e aquelas sem manifestação do auditado. As situações consideradas críticas são informadas ao Conselho de Administração na esteira do que determina a Resolução Conad n.º 04/2012, ocasião em que são destacados os riscos considerados elevados pela não implementação das recomendações.

Além do acompanhamento via sistema, os auditores internos analisam as recomendações pendentes de implementação em seus planejamentos de trabalhos de campo, de modo a verificar *in loco* as impropriedades respectivas às unidades a serem auditadas.

O monitoramento das recomendações emitidas em 2012 permitiu que se fizesse o diagnóstico que foi apresentado no Relatório Anual de Atividades da Auditoria Interna – Raint 2012, que entende-se oportuno reproduzir neste documento, a título ilustrativo.

Naquele exercício, verificou-se que 70% das recomendações foram solucionadas. Esta análise, não levou em conta as recomendações que ainda estão dentro do prazo estabelecido para solução. O gráfico 1 demonstra a distribuição das recomendações em termos percentuais, por ação de auditoria no exercício.

**Gráfico 1**

### ***Percentual das recomendações por ação de auditoria***



A análise das recomendações compreendeu os relatórios das auditorias ordinárias n.ºs 01 a 10/2012,

a auditoria especial n.º 01/2012 e as auditorias extraordinárias n.ºs 01, 03 e 04/2012 (não houve recomendação para a de n.º 02), conforme tabela a seguir.

**Quadro 13.1 – Relatórios de Auditoria do Exercício de 2012**

<b>Tipo</b>	<b>N.º</b>	<b>Data</b>	<b>Local</b>	<b>Objeto Auditado</b>
Ordinária	1	25.04.2012	Matriz	Balanço
Extraordinária	1E	26.07.2012	Sureg/PE	PAA - Programa de Aquisição de Alimentos
Especial	1AE	30.11.2012	Cibrius	Cibrius
Ordinária	2	25.04.2012	Sureg/RR	Balanço
Ordinária	3	08.05.2012	Sureg/PI	Contábil Financeira
Extraordinária	3E	01.11.2012	Sureg/SP	PAA - Programa de Aquisição de Alimentos
Ordinária	4	08.05.2012	Sureg/MS	Balanço
Extraordinária	4E	26.12.2012	Sureg/RR	Gestão
Ordinária	5	23.05.2012	Sureg/MG	Balanço
Ordinária	6	30.05.2012	Matriz	Licitações
Ordinária	7	12.06.2012	Sureg/MT	Balanço
Ordinária	8	12.06.2012	Sureg/BA	Balanço
Ordinária	9	20.12.2012	Sureg/TO	Gestão
Ordinária	10	27.12.2012	Matriz	Folha de Pagamento

As recomendações extraídas dos relatórios, por meio do sistema Siaudi, foram divididas em 2 tipos: AP – Adoção de Procedimentos e SI – Solicitação de Informações.

As impropriedades foram categorizadas, em função de sua natureza, conforme quadro 1. Por sua vez, as categorias foram subdivididas para permitir um melhor detalhamento das fragilidades identificadas.

Parte das recomendações emanadas são solicitações de informações dirigidas aos auditados para esclarecer dúvidas ou fundamentar algum posicionamento adotado pela unidade auditada, assim, não é possível categorizá-las, pois nem sempre essas solicitações de informações são, de fato, uma impropriedade.

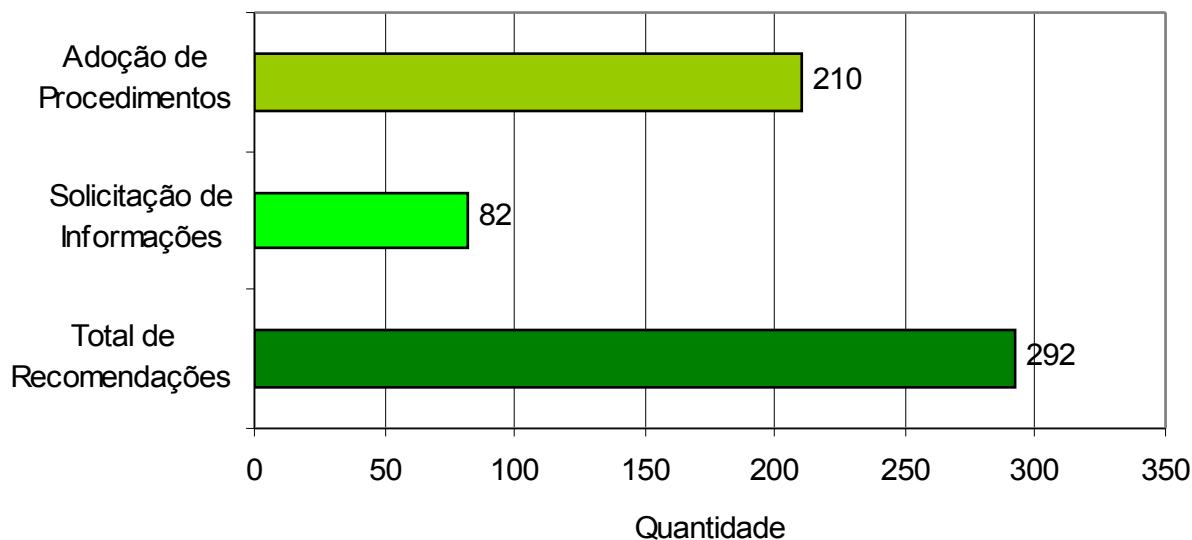
Assim, para efeito de categorização, apenas foram levadas em consideração as recomendações que se referem à adoção de algum procedimento por parte do auditado, em face de uma impropriedade identificada pelos auditores internos, em campo.

**Quadro 13.2 – Descrição das Categorias**

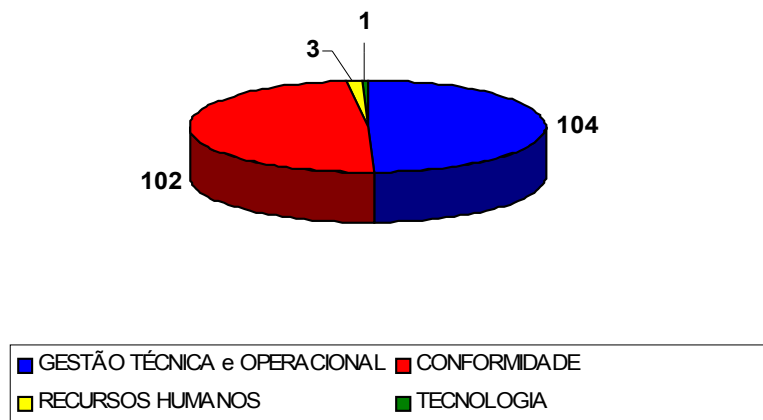
CATEGORIA	DESCRIÇÃO	SUBCATEGORIAS
Gestão Técnica e Operacional	Compreende as fragilidades resultantes da execução das atividades/tarefas e processos executados no dia a dia, envolvem não somente os aspectos operacionais, mas também os administrativos e financeiros. Podem ser falhas de controles internos, falhas na execução das atividades de rotina, problemas no fluxo dos processos, entre outras.	Procedimentos de acompanhamento e controle inadequados; Falhas na execução das atividades; Falhas na documentação e instrução de processos; Outras.
Conformidade	Falta de aderência dos processos e atividades às normas, leis e regulamentos aplicáveis à Companhia e ausência de normativos que podem impactar negativamente a gestão.	Ausência de normas internas; Descumprimento de leis, normas ou regulamentos; Outras.
Recursos Humanos	Deficiências oriundas de problemas de estrutura organizacional, qualificação do corpo técnico, deficiências de capacitação e gestão de recursos humanos.	Deficiências de qualificação e capacitação; Estrutura Organizacional Outras.
Tecnologia	Problemas que podem comprometer a disponibilidade, integridade e segurança da informação, inexistência ou deficiência de sistemas, equipamentos, controles e suporte aos empregados.	Inexistência ou deficiência de sistemas; Infraestrutura (equipamentos); Outras.
Infraestrutura	Deficiências na estrutura física (operacional e administrativa) e falta de equipamentos e mobiliário para suporte às atividades.	Operacional; Administrativa.

A seguir, são apresentados os gráficos que demonstram a distribuição das recomendações por tipo, categorias e subcategorias.

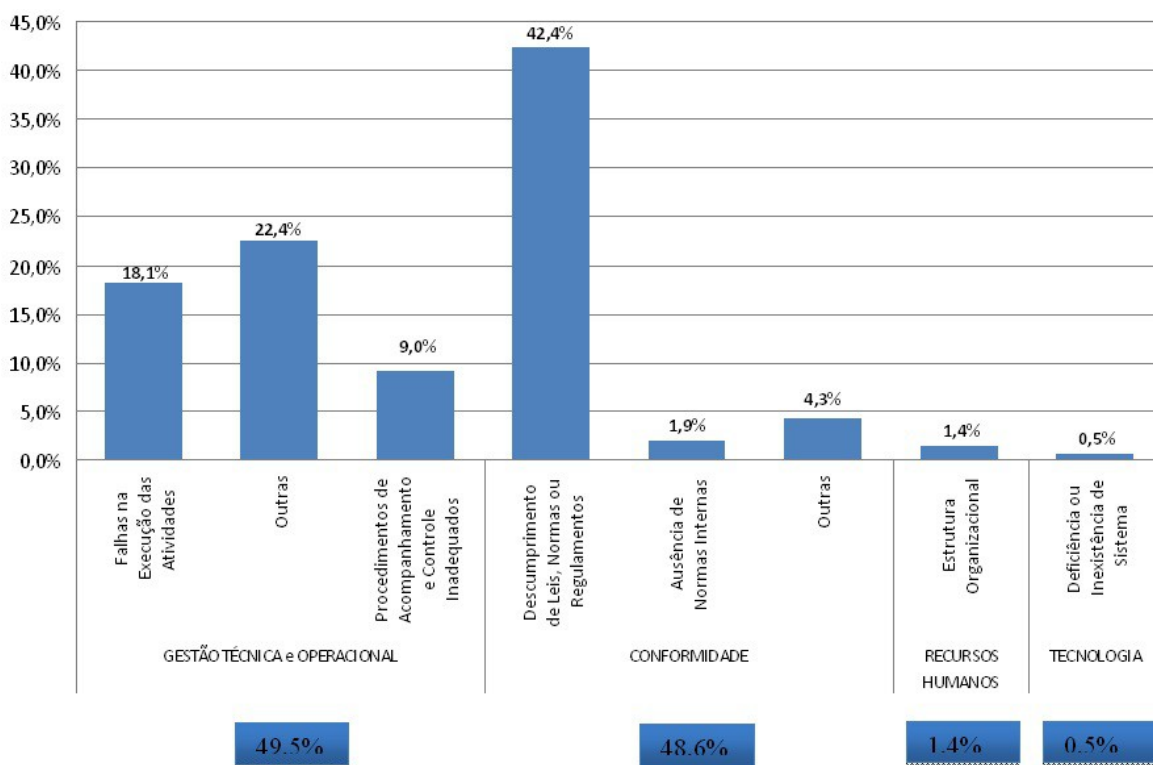
**Gráfico 2 - Quantidade de Recomendações por Tipo**



**Gráfico 3 - Quantidade de Recomendações por Categoria**



**Gráfico 4 - Recomendações por Subcategorias**



**Acompanhamento dos Resultados Alcançados com a Implementação das Recomendações da Audin**

A avaliação quanto aos resultados obtidos com a implementação das recomendações da Audin é feita por ocasião de novas auditorias realizadas posteriormente, no mesmo objeto. Todavia, pretende-se que esta análise seja realizada em auditorias específicas de acompanhamento de forma segregada. Tal medida depende, entretanto, da adoção das ações de reestruturação da Audin (com crescimento quantitativo da equipe de auditores, inclusive) pleiteada à Alta Administração da Companhia por meio da Nota Técnica Audin n.º 16/2012.

## **Resultados e Conclusões**

Diante do contido no presente Relatório, pode-se concluir que a Superintendência Regional do PI, da Companhia Nacional de Abastecimento – Conab atuou no exercício de 2012, em consonância com os objetivos traçados para o período, observando os princípios e as regras que disciplinam os atos de gestão da Administração Pública Federal, atingindo a finalidade propugnada para os programas de governo.

As principais dificuldades encontradas para o pleno alcance das metas fixadas para o exercício, como já explicitado, decorreram da deficiência de recursos humanos qualificados, assim como dos limites orçamentários, decisões estas que não estão na alçada dos gestores da CGU. Ações junto aos órgãos competentes, para mitigar tais obstáculos são tomadas sistematicamente por esta Controladoria.

Teresina, 31 de maio de 2013.

**ANEXO I - Demonstrações Contábeis**

- Balanço Patrimonial (ativo, passivo)
- Demonstração do Resultado
- Demonstração do Valor Adicionado
- Demonstração dos Fluxos de Caixa
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
- Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
- Composição Acionária do Capital Social

**DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS****Quadro 12.6 - Balanço Patrimonial**

<b>ATIVO</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>
<b>CIRCULANTE</b>	<b>3.989.785.632,16</b>	<b>4.735.555.770,99</b>
<b>DISPONÍVEL</b>	<b>1.062.948,21</b>	<b>1.060.620,29</b>
Aplicações Financeiras	1.062.948,21	1.060.620,29
<b>CRÉDITOS EM CIRCULAÇÃO</b>	<b>1.257.680.697,73</b>	<b>1.049.032.903,78</b>
<b>CRÉDITOS A RECEBER</b>	<b>836.574.305,27</b>	<b>751.495.446,69</b>
Devedores por Fornecimento	129.213.729,66	56.500.746,34
Créditos Tributários	254.355.142,72	241.839.835,13
Recursos a Receber	294.015.714,76	255.652.866,06
Créditos Diversos a Receber	158.989.718,13	197.501.999,16
<b>DEVEDORES - ENTIDADES E AGENTES</b>	<b>415.358.599,17</b>	<b>292.645.279,10</b>
Entidades Devedoras	14.332.120,28	9.357.615,19
Créditos Parcelados	300.036,20	333.691,76
Recursos da União	400.726.442,69	282.953.972,15
<b>ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS</b>	<b>5.747.793,29</b>	<b>4.892.177,99</b>
Adiantamentos a Pessoal	5.747.472,44	4.891.922,99
Adiantamento - Suprimento de Fundos	320,85	255,00
<b>BENS E VALORES EM CIRCULAÇÃO</b>	<b>2.730.990.524,25</b>	<b>3.685.418.718,01</b>
Estoques para Alienação	2.115.377.882,56	3.198.418.642,31
Estoques de Distribuição	238.923,69	833.496,89
Estoques Internos - Almoxarifado	2.131.162,27	2.361.623,43
Títulos e Valores em Circulação	726.894,10	297.510,99
Materiais em Trânsito	14.012.129,18	10.953.770,27
Compra Antecipada - Entrega Futura	598.503.532,45	472.553.674,12
<b>VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO</b>	<b>51.461,97</b>	<b>43.528,91</b>
Valores Pendentes	51.461,97	43.528,91
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>690.052.429,58</b>	<b>573.912.136,02</b>
<b>REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</b>	<b>440.680.922,16</b>	<b>317.083.667,52</b>
<b>DEPÓSITOS REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO</b>	<b>138.972.505,18</b>	<b>131.473.814,53</b>
Recursos Vinculados	138.972.505,18	131.473.814,53
<b>CRÉDITOS REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO</b>	<b>301.708.416,98</b>	<b>185.609.852,99</b>
Devedores - Entidades e Agentes	859.260,58	18.009.747,77
Créditos Diversos a Receber	300.849.156,40	167.600.105,22
<b>INVESTIMENTOS</b>	<b>78.259.470,34</b>	<b>80.222.308,20</b>
Participações Societárias	27.803.290,88	27.803.290,88
Outros Investimentos	50.456.179,46	52.419.017,32
<b>IMOBILIZADO</b>	<b>171.051.777,13</b>	<b>176.527.368,99</b>
Bens Imóveis	291.652.350,92	283.851.400,50
Bens Móveis	81.451.507,83	78.406.481,55
Depreciações	(202.052.081,62)	(185.730.513,06)
<b>INTANGÍVEL</b>	<b>60.259,95</b>	<b>78.791,31</b>
<b>TOTAL</b>	<b>4.679.838.061,74</b>	<b>5.309.467.907,01</b>
<b>PASSIVO</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>

<b>CIRCULANTE</b>	<b>4.273.054.852,68</b>	<b>4.952.025.232,72</b>
<b>DEPÓSITOS</b>	<b>51.147.069,88</b>	<b>117.196.011,03</b>
<b>CONSIGNAÇÕES</b>	<b>3.011.624,79</b>	<b>2.085.251,58</b>
Pensão Alimentícia	0,00	7.857,41
Planos de Seguros	204.020,81	171.862,58
Empréstimos	434.452,25	318.626,29
Outros Tributos e Consignações	2.373.151,73	1.586.905,30
<b>RECURSOS DA UNIÃO</b>	<b>20.586.329,15</b>	<b>17.168.338,92</b>
Recursos Fiscais	8.101.192,65	3.992.906,67
Recursos Previdenciários	12.485.136,50	13.175.432,25
<b>DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS</b>	<b>27.549.115,94</b>	<b>97.942.420,53</b>
<b>OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO</b>	<b>4.221.907.782,80</b>	<b>4.834.829.221,69</b>
<b>OBRIGAÇÕES A PAGAR</b>	<b>208.872.496,53</b>	<b>177.842.494,99</b>
Fornecedores	86.641.055,71	141.725.112,72
Pessoal a Pagar	516.919,24	23.155,73
Encargos Sociais a Recolher	1.215.411,52	1.081.527,22
Obrigações Tributárias	35.080,16	5.514.065,85
Débitos Diversos a Pagar	103.952.529,90	22.014.777,50
Dividendos/Juros Sobre Capital Próprio a Pagar	16.511.500,00	7.483.855,97
<b>PROVISÕES</b>	<b>234.073.968,59</b>	<b>242.630.604,68</b>
Provisão para Férias	34.855.212,97	28.907.028,79
ICMS s/Mercadorias para Revenda	360.985,37	948.502,50
Provisão para ICMS	46.468.782,86	46.468.782,86
Provisão para Contingências	129.702.306,05	142.621.396,31
Provisão para o INSS	9.250.889,13	9.250.889,13
Provisão p/IRPJ e CSLL	373.022,36	3.631.971,12
Provisão para o PIS/PASEP	33.268,41	0,00
Encargos Sociais sobre Provisões	13.029.501,44	10.802.033,97
<b>CREDORES - ENTIDADES E AGENTES</b>	<b>848.230.145,43</b>	<b>617.049.103,45</b>
Entidades Credoras	848.230.145,43	617.049.103,45
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO</b>	<b>2.910.549.179,90</b>	<b>3.790.672.956,65</b>
Operações Especiais	2.910.549.179,90	3.790.672.956,65
<b>ADIANTAMENTOS RECEBIDOS</b>	<b>20.119.426,21</b>	<b>6.606.203,92</b>
Adiantamentos de Clientes	20.119.426,21	6.606.203,92
<b>VALORES EM TRÂNSITO EXIGÍVEIS</b>	<b>38.207,12</b>	<b>3.899,48</b>
<b>OUTRAS OBRIGAÇÕES</b>	<b>24.359,02</b>	<b>23.958,52</b>
<b>PASSIVO NÃO - CIRCULANTE</b>	<b>1.639.318,35</b>	<b>18.228.235,37</b>
<b>DEPÓSITOS EXIGÍVEIS A LONGO PRAZO</b>	<b>69.420,00</b>	<b>69.420,00</b>
Depósitos e Cauções	69.420,00	69.420,00
<b>OBRIGAÇÕES EXIGÍVEIS A LONGO PRAZO</b>	<b>1.569.898,35</b>	<b>18.158.815,37</b>
<b>OBRIGAÇÕES A PAGAR</b>	<b>1.569.898,35</b>	<b>18.158.815,37</b>
Entidades de Previdência Complementar	609.143,54	17.628.171,34
Entidades Federais	960.754,81	530.644,03
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>405.143.890,71</b>	<b>339.214.438,92</b>
Capital	302.801.001,74	223.180.498,85
<b>RESERVAS</b>	<b>102.342.888,97</b>	<b>92.323.612,21</b>
Reservas de Capital	0,00	26.544.719,04
Reservas de Lucros	102.342.888,97	65.778.893,17
<b>LUCROS A DESTINAR</b>	<b>0,00</b>	<b>23.710.327,86</b>
<b>TOTAL</b>	<b>4.679.838.061,74</b>	<b>5.309.467.907,01</b>

**RUBENS RODRIGUES DOS SANTOS**  
Presidente

**JOÃO CARLOS BONA GARCIA**  
Diretor Administrativo, Financeiro e de Fiscalização

**MARCELO DE ARAÚJO MELO**  
Diretor de Operações e Abastecimento

**ROGÉRIO LUIZ ZERAIK ABDALLA**  
Diretor de Gestão de Pessoas

**SILVIO ISOPO PORTO**  
Diretor de Política Agrícola e Informações

**JOSÉ CARLOS DE ANDRADE**  
Superintendente de Contabilidade  
Contador CRC/DF 005969/0-5 CPF: 086.930.721-53

**Quadro 12.7 - Demonstração dos Fluxos de Caixa**

DESCRIÇÃO	2012	2011
<b>ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
Lucro Líquido Antes do Imposto de Renda e da CSLL	69.894.883,89	35.142.943,63
Disponibilidades líquidas aplicadas nas atividades operacionais	(66.444.651,42)	(16.445.192,33)
Depreciações e Amortizações	16.340.099,92	16.748.494,11
Aumento nas Vendas a Vista e Fat/Dupl. a Receber	(167.449.753,47)	(47.196.622,59)
Redução (Aumento) nos Créditos Tributários	(14.576.303,05)	49.251.717,85
Redução (Aumento) nos Recursos a Receber do Tesouro Nacional	(38.362.848,70)	(166.221.687,16)
Aumento nos Valores a Receber de Entidades e Agentes Devedores	(122.151.749,90)	(173.023.690,24)
Aumento em Pessoal e Encargos	(193.659,85)	(320.418,61)
Redução nos Depósitos Realizáveis a Curto Prazo	0,00	0,00
Aumento nos Valores Pendentes a Curto Prazo	(7.933,06)	(19.450,94)
Redução nos Empréstimos - Estoques Públicos	74.304.417,01	65.743.977,21
Aumento (Redução) nas Consignações e Fornecedores	27.780.469,10	108.441.168,54
Aumento (Redução) nos Depósitos e Cauções	(70.393.304,59)	86.253.330,61
Aumento nos Dividendos a Pagar	0,00	0,00
Aumento (Redução) nas Provisões	(8.929.658,45)	(4.405.658,85)
Aumento nas Entidades Credoras	231.181.041,98	67.826.769,11
Aumento (Redução) nos Adiantamento de Clientes	13.513.222,29	(8.797.876,80)
Aumento nos Recursos Vinculados	(7.498.690,65)	(10.725.244,57)
Redução nas Operações de Crédito Externa	0	0
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<b>3.450.232,47</b>	<b>18.697.751,30</b>
<b>ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>		
Desincorporação de Outros Investimentos	1.962.837,86	40.532,10
Aplicações no Imobilizado e Intangível	(10.845.976,70)	(13.174.796,93)
Compras de Imobilizado	0	0
Recebimentos por Vendas de Ativos Permanentes	0	0
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>	<b>(8.883.138,84)</b>	<b>(13.134.264,83)</b>
<b>ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS</b>		
Transferência p/Aumento de Capital	0	0
Reserva Legal	0,00	0,00
Dividendos/Juros Sobre Capital Próprio a Pagar	(16.511.500,00)	(7.483.855,97)
Aumento de Dividendos/Juros Sobre Capital Próprio a Pagar	9.027.644,03	5.044.603,76
Outras Reservas de Capital	0,00	0,00
Resultado de Exercício Anterior	12.919.090,26	0,00
Lucros a Destinar do Exercício	0,00	0,00
Lucros a Destinar de Exercícios Anteriores	0,00	(3.036.040,38)
Pagamentos de Empréstimos	0	0
Juros Pagos por Empréstimos	0	0
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS</b>	<b>5.435.234,29</b>	<b>(5.475.292,59)</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DO EXERCÍCIO</b>	<b>2.327,92</b>	<b>88.193,88</b>
<b>VARIAÇÃO NAS DISPONIBILIDADES</b>	<b>2.327,92</b>	<b>88.193,88</b>
No Início do Exercício	1.060.620,29	972.426,41
No Final do Exercício	1.062.948,21	1.060.620,29

**RUBENS RODRIGUES DOS SANTOS**  
Presidente

**JOÃO CARLOS BONA GARCIA**  
Diretor Administrativo, Financeiro e de Fiscalização

**MARCELO DE ARAÚJO MELO**

**ROGÉRIO LUIZ ZERAIK ABDALLA**



Diretor de Operações e Abastecimento

Diretor de Gestão de Pessoas

**SILVIO ISOPO PORTO**  
Diretor de Política Agrícola e Informações

**JOSÉ CARLOS DE ANDRADE**  
Superintendente de Contabilidade  
Contador CRC/DF 005969/0-5 CPF: 086.930.721-53

**Quadro 12.8 - Demonstração do Resultado do Exercício**

<b>DETALHAMENTO</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>
<b>RECEITA DE VENDAS E SERVIÇOS</b>	<b>1.161.925.365,90</b>	<b>1.512.002.937,51</b>
<b>RECEITA DE VENDAS DE MERCADORIAS</b>	<b>1.143.777.023,65</b>	<b>1.485.458.349,46</b>
Vendas Estoques Estratégicos	709.832.816,18	1.045.067.566,87
Vendas Estoques Reguladores-PGPM	433.908.271,75	438.978.418,25
Vendas Abastecimento Social	131,98	3.345,00
Vendas Atacado e Outros	55.487,57	371.148,25
Adição a Receita de Vendas	-19.683,83	1.037.871,09
<b>RECEITA DE SERVIÇOS</b>	<b>18.148.342,25</b>	<b>26.544.588,05</b>
Serviços de Armazenagem	18.101.716,25	26.544.588,05
Outros Serviços	46.626,00	0,00
<b>(-) DEDUÇÕES DAS RECEITAS DE VENDAS E SERVIÇOS</b>	<b>24.073.328,76</b>	<b>51.072.109,48</b>
<b>RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS E SERVIÇOS</b>	<b>1.137.852.037,14</b>	<b>1.460.930.828,03</b>
<b>CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS</b>	<b>1.788.252.026,05</b>	<b>1.802.447.120,83</b>
CMV - Estoques Estratégicos	1.183.327.565,45	1.319.306.324,76
CMV - Estoques Reguladores - PGPM	604.378.143,98	481.717.944,83
CMV - Atacado e Outros	546.316,62	1.422.851,24
<b>ARREDONDAMENTOS</b>	<b>-9.920,43</b>	<b>32.070,11</b>
<b>EQUALIZAÇÃO DE PREÇOS</b>	<b>-696.840.007,96</b>	<b>-554.555.037,22</b>
<b>LUCRO BRUTO OPERACIONAL</b>	<b>46.449.939,48</b>	<b>213.006.674,31</b>
<b>(-)DESPESAS OPERACIONAIS</b>	<b>764.468.149,53</b>	<b>717.158.725,56</b>
<b>(-)DESPESAS DE PESSOAL</b>	<b>509.924.223,30</b>	<b>413.343.157,13</b>
Vencimentos e Vantagens Fixas	332.652.424,04	276.891.485,50
Obrigações Patronais	126.840.878,84	103.612.351,72
Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	28.349.997,41	16.245.384,43
Sentenças Judiciais e Depósitos Compulsórios	22.080.923,01	16.593.935,48
<b>(-)DESPESAS COMERCIAIS E ADMINISTRATIVAS</b>	<b>254.543.926,23</b>	<b>303.815.568,43</b>
Despesas/Receitas Financeiras	346.700,78	118.982,68
Contribuição a Entidades Fechadas de Previdência	28.586.805,52	28.990.855,03
Transferências ao Exterior	6.084.264,14	3.218.477,00
Material de Consumo	9.810.860,28	41.494.679,08
Diárias - Pessoal Civil	8.056.470,40	5.820.317,04
Passagens e Despesas com Locomoção	3.611.585,46	2.201.320,55
Serviços de Consultoria	16.050,00	1.200,00
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	2.652.212,98	2.375.404,13
Locação de Mão-de-Obra	19.417.652,25	18.151.435,12
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	96.070.236,48	95.088.211,61
Obrigações Tributárias e Contributivas	34.519.289,44	68.490.307,90
Aquisições de Bens para Revenda	0,00	39.508,41
Outras Despesas Operacionais	45.371.798,49	37.824.869,88
<b>(+)RECEITAS OPERACIONAIS DIVERSAS</b>	<b>726.199.545,59</b>	<b>530.120.796,49</b>
Transferências Financeiras	622.661.615,28	426.349.899,66
Multas e Encargos de Outras Origens	2.842.321,40	3.859.028,14
Indenizações e Restituições	89.216.674,18	91.201.398,09
Receitas Imobiliárias	5.472.456,95	5.265.428,31
Receitas de Valores Mobiliários	7.620,65	13.525,42
Receitas Diversas	5.998.857,13	3.431.516,87
<b>(-) MOVIMENTAÇÃO INTERNA</b>	<b>0,00</b>	<b>-188.982,97</b>

<b>RESULTADO OPERACIONAL</b>	<b>8.181.335,54</b>	<b>26.157.728,21</b>
<b>OUTROS RESULTADOS</b>	<b>61.713.548,34</b>	<b>8.985.215,42</b>
<b>RECEITA DE ALIENAÇÃO DE BENS</b>	<b>62.382.929,49</b>	<b>8.441.523,58</b>
Alienação de Bens Móveis	-528.318,27	-195.251,94
Alienação de Bens Imóveis	62.021.722,58	8.328.321,75
Depreciação - Reversão	889.525,18	308.453,77
<b>DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS</b>	<b>669.381,15</b>	<b>-543.691,84</b>
<b>RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO</b>	<b>69.894.883,88</b>	<b>35.142.943,63</b>
Provisão para Imposto de Renda	270.890,59	2.651.679,50
Provisão para Contribuição Social Sobre o Lucro	102.131,77	980.291,62
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	<b>69.521.861,52</b>	<b>31.510.972,51</b>
<b>LUCRO POR AÇÃO</b>	<b>37,38</b>	<b>16,94</b>

**RUBENS RODRIGUES DOS SANTOS**  
Presidente

**JOÃO CARLOS BONA GARCIA**  
Diretor Administrativo, Financeiro e de Fiscalização

**MARCELO DE ARAÚJO MELO**  
Diretor de Operações e Abastecimento

**ROGÉRIO LUIZ ZERAIK ABDALLA**  
Diretor de Gestão de Pessoas

**SILVIO ISOPO PORTO**  
Diretor de Política Agrícola e Informações

**JOSÉ CARLOS DE ANDRADE**  
Superintendente de Contabilidade  
Contador CRC/DF 005969/0-5 CPF: 086.930.721-53

### Quadro 12.9 - Demonstração do Valor Adicionado

DESCRIÇÃO	2012	%	2011	%
<b>1. RECEITAS</b>	<b>1.223.638.914,24</b>	<b>175,98</b>	<b>1.520.987.917,36</b>	<b>244,72</b>
1.1 - Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.161.925.365,90	167,11	1.512.002.701,94	243,27
1.2 - Outros Resultados	61.713.548,34	8,88	8.985.215,42	1,45
<b>2. INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS</b>	<b>1.237.000.179,82</b>	<b>177,90</b>	<b>1.412.640.897,96</b>	<b>227,29</b>
2.1 - Custo das Mercadorias e Serviços Vendidos	1.092.608.112,80	157,14	1.250.111.215,84	201,14
2.2 - Materiais, Energia, Serviços de Terceiros e Outros	144.392.067,02	20,77	162.529.682,12	26,15
<b>3. VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)</b>	<b>-13.361.265,58</b>	<b>-1,92</b>	<b>108.347.019,40</b>	<b>17,43</b>
<b>4. RETENÇÕES</b>	<b>17.608.598,02</b>	<b>2,53</b>	<b>17.050.037,05</b>	<b>2,74</b>
4.1 - Depreciação	17.608.598,02	2,53	17.050.037,05	2,74
<b>5. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO (3-4)</b>	<b>-30.969.863,60</b>	<b>-4,45</b>	<b>91.296.982,35</b>	<b>14,69</b>
<b>6. VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSF</b>	<b>726.295.187,03</b>	<b>104,45</b>	<b>530.230.886,20</b>	<b>85,31</b>
6.1 - Receitas/Despesas Financeiras	726.295.187,03	104,45	530.230.886,20	85,31
<b>7. VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR(5+6)</b>	<b>695.325.323,43</b>	<b>100,00</b>	<b>621.527.868,55</b>	<b>100,00</b>
<b>8. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>	<b>695.325.323,43</b>	<b>100,00</b>	<b>621.527.868,55</b>	<b>100,00</b>
8.1 - Pessoal e Encargos	564.854.207,35	81,24	466.503.587,64	75,06
8.2 - Impostos, Taxas e Contribuições	58.103.893,70	8,36	117.452.488,38	18,90
8.3 - Juros e Aluguéis	2.472.338,49	0,36	2.428.848,90	0,39
8.4 - Resultado Antes do IR e CSLL	69.894.883,89	10,05	35.142.943,63	5,65
8.5 - Provisão p/Imposto de Renda	270.890,59	0,04	2.651.679,50	0,43
8.6 - Provisão p/Contribuição Social sobre o Lucro	102.131,77	0,01	980.291,62	0,16
8.7 - Resultado Líquido do Exercício	69.521.861,53	10,00	31.510.972,51	5,07
8.8 - Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	16.511.500,00	2,37	7.483.855,97	0,01
8.9 - Destinação para Reserva Legal	3.476.093,08	0,50	1.575.548,63	0,00
8.10 - Lucros Retidos	49.534.268,45	7,12	22.451.567,91	3,61

**RUBENS RODRIGUES DOS SANTOS**  
Presidente

**JOÃO CARLOS BONA GARCIA**  
Diretor Administrativo, Financeiro e de Fiscalização

**MARCELO DE ARAÚJO MELO**  
Diretor de Operações e Abastecimento

**ROGÉRIO LUIZ ZERAIK ABDALLA**  
Diretor de Gestão de Pessoas

**SILVIO ISOPO PORTO**  
Diretor de Política Agrícola e Informações

**JOSÉ CARLOS DE ANDRADE**  
Superintendente de Contabilidade  
Contador CRC/DF 005969/0-5 CPF: 086.930.721-53

Quadro 12.10 - Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DISCRIMINAÇÃO	RESERVAS DE CAPITAL				RESERVAS DE LUCROS			
	Capital realizado	Correção Monet do Capital	Transf p/ aumento de Capital	Outras reservas de Capital	Reserva legal	Rservas de Retenção do Lucro	Lucros Acumulados	Patrimônio Líquido
SALDO EM 01/01/2011	223.180.498,85	25.373.084,13	443.496,71	728.138,20	12.386.320,64	11.570.455,95	44.541.368,28	318.223.362,76
RESERVAS DE RETENÇÃO DO LUCRO						40.246.567,95	-40.246.567,95	0,00
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES							-3.036.040,38	-3.036.040,38
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO							31.510.972,51	0,00
LUCROS A DESTINAR DO EXERCÍCIO								22.451.567,91
CONSTITUIÇÃO DE RESERVA					1.575.548,63		-1.575.548,63	1.575.548,63
DIVIDENDOS PROPOSTOS							-7.483.855,97	0,00
SALDO EM 31/12/2011	223.180.498,85	25.373.084,13	443.496,71	728.138,20	13.961.869,27	51.817.023,90	23.710.327,86	339.214.438,92
CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO	79.620.502,89							0,00
LUCROS A DESTINAR DO EXERC ANT							-23.710.327,86	0,00
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES								12.919.090,26
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO							69.521.861,53	0,00
RES. DE CORREÇÃO MONET.DO CAPITAL		-25.373.084,13						0,00
RES. DE TRANSF.P/AUM.DE CAPITAL			-443.496,71					0,00
OUTRAS RESERVAS DE CAPITAL				-728.138,20				0,00
RESERVAS DE RETENÇÃO DO LUCRO						32.000.160,89	-49.534.268,45	49.534.268,45
CONSTITUIÇÃO DA RESERVA					4.563.834,91		-3.476.093,08	3.476.093,08
JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO							-16.511.500,00	0,00
SALDO EM 31/12/2012	302.801.001,74	0,00	0,00	0,00	18.525.704,18	83.817.184,79	0,00	405.143.890,71

**RUBENS RODRIGUES DOS SANTOS**  
Presidente

**JOÃO CARLOS BONA GARCIA**  
Diretor Administrativo, Financeiro e de Fiscalização

**MARCELO DE ARAÚJO MELO**  
Dirrtor de Operações e Abastecimento

**ROGÉRIO LUIZ ZERAIK ABDALLA**  
Diretor de Gestão de Pessoas

**SILVIO ISOPO PORTO**  
Diretor de Política Agrícola e Informações

**JOSÉ CARLOS DE ANDRADE**  
Superintendente de Contabilidade  
Contador CRC/DF 005969/0-5 CPF: 086.930.721-53

## Composição Acionária do Capital Social

O Capital Social da CONAB, apresentado no Balanço Patrimonial encerrado em 31 de dezembro de 2012, é de R\$ 302.801.001,74 (trezentos e dois milhões, oitocentos e um mil, um real e setenta e quatro centavos), dividido em 1.859.907 (um milhão, oitocentos e cinquenta e nove mil, novecentos e sete) ações ordinárias escriturais e sem valor nominal, integralmente subscritas pela União.

**José Carlos de Andrade**  
Superintendência de Contabilidade  
Superintendente  
Contador CRC/DF 005969/0-5

## Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

### Sumário

Nota	Descrição	Nota	Descrição
01	Contexto Operacional	13	Endividamento
02	Elaboração e Apresentação das Demonstrações Financeiras	14	Depósitos de Diversas Origens
03	Alterações na Legislação Societária	15	Contingências, Compromissos e Responsabilidades
04	Resumo das Principais Práticas Contábeis	16	Operações de Crédito
05	Créditos Tributários	17	Provisão para IRPJ e CSLL
06	Limite de Saque com Vinculação de Pagamento	18	Juros Sobre Capital Próprio
07	Recursos a Receber do Tesouro Nacional	19	Resultado do Exercício
08	Devedores por Fornecimento	20	Patrimônio Líquido
09	Contas a Receber	21	Diversos Responsáveis em Apuração
10	Devedores – Entidades e Agentes	22	Benefícios Concedidos aos Empregados
11	Recursos Vinculados	23	Remuneração e Salários Médios dos Dirigentes e Empregados
12	Bens de Estoques	24	Termos de Cooperação Técnica

### Nota 1 – Contexto Operacional

A Companhia Nacional de Abastecimento – Conab, constituída nos termos da Lei nº 8.029/90, é uma empresa pública dotada de personalidade jurídica de direito privado, vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, com capital social totalmente subscrito e integralizado pela União, integrante do Orçamento Geral da União (Orçamento Fiscal e da Seguridade Social).

Sua missão institucional é a de “*contribuir para a regularidade do abastecimento e garantia de renda ao produtor rural, participando da formulação e execução das políticas agrícola e de abastecimento*”.

Quanto à sua estrutura física, esta é composta de unidades administrativas (Matriz e 25 Superintendências Regionais) e unidades operacionais, representadas por 97 complexos armazenadores, destinados à prestação de serviços de armazenagem de estoques públicos e privados.

## Nota 2 – Elaboração e apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76), incluindo as alterações promovidas pela Lei nº 11.638/07, na Lei 11.941/09 e pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. Como entidade da Administração Pública Federal, integra o Balanço Geral da União e utiliza o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI.

Por força das Decisões Normativas – DN/TCU nº 124/2012, a Matriz e as Superintendências Regionais nos Estados do Amapá, Espírito Santo, Maranhão, Mato Grosso, Paraná, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul e Tocantins, apresentam Processos de Contas individualizados, ficando as demais sujeitas apenas à elaboração do Relatório de Gestão.

Ainda com relação à elaboração das demonstrações financeiras, registre-se que certos ativos, passivos e outras transações, entre elas a constituição de provisões necessárias a riscos tributários, cíveis e trabalhistas, e perdas relacionadas às contas a receber e estoques, foram quantificados por meio de estimativas, as quais, apesar de refletirem o julgamento dentro de premissas fundamentadas, relacionadas à probabilidade de eventos futuros, podem, eventualmente, apresentar variações aos valores reais.

## Nota 3 – Alterações na Legislação Societária

As Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, alteraram, revogaram, complementaram e introduziram dispositivos na Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76). Essas alterações e adaptações tiveram por escopo atualizar a legislação societária brasileira, de forma a viabilizar a convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil e as preconizadas nas normas internacionais de contabilidade emitidas pelo “*Internacional Accounting Standards Board (IASB)*”.

## Nota 4 – Resumo das principais Práticas Contábeis

Os critérios mencionados a seguir referem-se às práticas e aplicações apropriadas dos Princípios Fundamentais de Contabilidade que estão refletidas nas Demonstrações Contábeis Consolidadas:

*a) Equivalente de Caixa:* Refere-se às aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez e baixo risco, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa. Atualmente, as aplicações, registradas pelo valor original acrescido dos rendimentos auferidos até a data do encerramento do exercício, concentram-se em Títulos Públicos Federais.

*b) Créditos a Receber:* As contas a receber decorrentes da comercialização de mercadorias e serviços são registradas no momento da entrega e aceite pelos clientes.

*c) Estoques Públicos:* A formação e manutenção de Estoques Públicos são executadas através do orçamento da União, mediante a transferência de recursos do Tesouro Nacional. A avaliação dos estoques públicos é feita com base no custo efetivo do produto, nos termos da Portaria Interministerial MF/MAPA nº 38, de 09/03/2004.

*c.1) Demais Estoques:* Os demais estoques foram avaliados pelo custo médio de aquisição, excluído o ICMS recuperável.

*c.2) Valor Presente dos Estoques:* Em face das mudanças introduzidas pela Lei nº 11.638/07, os Estoques de Mercadorias para alienação, foram comparados pela tabela de Cálculo da Sobretaxa da Conab, da 2ª quinzena de dezembro de 2012, constatando-se que o valor contábil é compatível com o valor presente dos estoques públicos sob a guarda da

Conab, nos termos da Portaria Interministerial MF/MAPA nº 38, de 09/03/2004.

*d) Débitos de Prestadores de Serviços de Armazenagem:* Foram registrados pelo valor da sobretaxa na data da ocorrência, nos termos da Portaria Interministerial MF/MAPA nº 38, de 09/03/2004, representando as dívidas dos armazenadores em seus valores originais, decorrentes de perdas, desvios e alteração de qualidade de produtos pertencentes aos estoques públicos, sujeitos a legislação específica.

*e) Almojarifado:* Os estoques estão avaliados ao custo médio de aquisição, sem que estes excedam os valores de realização ou reposição.

*f) Investimentos:* Os investimentos estão registrados pelo custo de aquisição, acrescidos, até 31/12/1995, das atualizações monetárias correspondentes, ressaltando que a Conab não possui investimentos relevantes em outras sociedades.

Encontra-se provisionado o valor de R\$8.047 mil, destinado a cobrir possíveis perdas relativas aos investimentos em empresas que sofreram processo de liquidação, na sua maioria Estatal.

*g) Seguros:* A Companhia mantém cobertura de seguros em montante suficiente para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades (mercadorias, bens patrimoniais, etc).

*h) Imobilizado:* Demonstrado pelo custo de aquisição e/ou construção, deduzido da depreciação acumulada. Os gastos incorridos com manutenção e reparo, que representam aumento da vida útil, são capitalizados em consonância com o regime de competência. A depreciação é calculada pelo método linear, às taxas que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, em conformidade com os limites estabelecidos no Decreto nº 3.000/99 e Instrução Normativa nº 162/98.

*i) Redução ao Valor Recuperável de Ativos (“impairment”):* No exercício de 2012, não houve avaliação dos elementos do Ativo Permanente, que resultasse em aumento ou diminuição do mesmo, decorrente de ajuste de avaliação patrimonial.

*j) Benefícios a Empregados:* O plano de previdência privada está estruturado na modalidade de Benefício Definido – BD. Seus regimes financeiros são os de capitalização para aposentadorias, pensões e pecúlios e de repartição para auxílio ou doença.

*k) Ajustes de Exercícios Anteriores:* Os ajustes de exercícios anteriores, na forma definida na Lei nº 6.404/76, das Sociedades Anônimas, representam retificações de resultados passados e são registrados contra a conta de lucros ou prejuízos acumulados; os ajustes efetuados no exercício de 2012, totalizaram R\$12.920 mil, e foram provenientes das baixas de provisão para contingências, dos valores relativos a liquidações de sentenças trabalhistas, ocorridas nos exercícios de 2010 e 2011.

*l) Reconhecimento da Receita:*

*l.1) Apuração do Resultado:* O resultado é apurado pelo regime de competência de exercícios para apropriação das receitas, custos e despesas correspondentes.

As receitas de vendas de produtos são reconhecidas quando os riscos e benefícios da propriedade dos bens são transferidos ao comprador e o montante da receita devidamente mensurado; por sua vez, as receitas de prestação de serviços são reconhecidas na ocasião da efetiva realização desses serviços e, no caso da Conab, restringe-se ao armazenamento de produtos em unidades operacionais próprias.

Os custos e despesas são reconhecidos quando há a redução de um ativo ou o registro de um passivo, e devidamente mensurados.

*l.2) Diferimento de Receitas:* O diferimento de receitas não realizadas, no montante de R\$17.957 mil, é decorrente dos registros de multas contratuais, em razão do elevado grau de insegurança do efetivo recebimento.

**m) Provisões para Contingências:** Encontra-se provisionado no Passivo Circulante, o valor de R\$129.702 mil, relativo às Contingências Praticamente Certas; a respectiva provisão encontra-se amparada pela Lei n.º 6.404/76, com as alterações promovidas pelas Leis n.º 11.638/2007 e n.º 11.941/2009 e em conformidade com a NPC/IBRACON n.º 22 e CPC n.º 23; no exercício de 2012, após análise do Relatório de Contingências, fornecido pela área Jurídica, entendeu-se não haver necessidade de complementar a respectiva Provisão, por ser ela suficiente para cobrir as possíveis liquidações de sentenças que ocorrerem.

**n) Regime de Tributação:** Para fins de cálculo do IR e CSLL a Companhia adota o Regime de Tributação Trimestral, com base na apuração do Lucro Real. Os ajustes que implicam em adições ou exclusões da receita são escriturados no Livro de Apuração do Lucro Real, na parte “B” do LALUR.

#### Nota 5 – Créditos Tributários

Representam os créditos de impostos e tributos a serem compensados, a saber:

Descrição	Em R\$ mil	
	Exercício	
	2012	2011
ICMS a Compensar	254.178	241.699
IRRF a Compensar	56	36
Contribuições Outros Impostos	121	105
<b>Total de Créditos Tributários Circulante</b>	<b>254.355</b>	<b>241.840</b>

Os valores registrados nas contas de ICMS a Compensar representam os créditos de ICMS decorrentes do pagamento do imposto nas aquisições de mercadorias e produtos, para os Estoques Reguladores, Estratégicos e Agricultura Familiar, por substituição tributária, conforme disposto nos Convênios ICMS 49/95 e 77/05.

#### Nota 6 – Limite de saque com vinculação de pagamento

O montante de R\$294.016 mil, refere-se ao limite de recursos para pagamentos em 2013, de despesas processadas e liquidadas, relativas a gastos com custeio e Termos de Cooperação Técnica.

#### Nota 7 – Recursos a Receber do Tesouro Nacional

Por meio do processo automático efetuado pela Secretaria do Tesouro Nacional, conforme procedimentos definidos no Manual de Contabilidade, macrofunção 02.03.18 – item 7.2 – Encerramento do Exercício, subitem 7.2.1.2, do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – Siafi, foi registrado o total de R\$221.547 mil, que contempla o saldo de Recursos a Receber do Tesouro Nacional por meio do Ministério Supervisor, relativo aos valores inscritos em Restos a Pagar processados e não processados, cujos recursos ainda não foram liberados, e valores inscritos em restos a pagar processados em exercícios anteriores, com a seguinte composição:

- R\$27.117 mil: referem-se aos valores inscritos em restos a pagar processados e não processados em 2012, decorrentes de despesas com encargos da folha de pagamento, custeio e aquisições de produtos da agricultura familiar, contratadas, a pagar no exercício seguinte;
- R\$28.342 mil: referem-se aos valores inscritos em recursos a receber em 2012, decorrentes das aquisições contratadas em exercícios anteriores para atendimento ao Programa de Distribuição Emergencial de Alimentos (PRODEA);



•R\$155.892 mil: referem-se aos recursos a receber decorrentes de operações com estoques públicos, representados por valores processados e não processados, inscritos em restos a pagar, com obrigações a vencer em 2013;

•R\$6.160 mil: referem-se aos valores inscritos em restos a pagar, fonte 0178, decorrentes de despesas com encargos da folha de pagamento, a pagar no exercício seguinte;

•R\$4.036 mil: referem-se aos valores inscritos em restos a pagar, fonte 0388, decorrentes de despesas com encargos da folha de pagamento, a pagar no exercício seguinte.

Os valores citados estão registrados por processamento automático efetuado pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN, nas contas “11216.22.00 - Recursos a Receber para Pagamento de RP – INSCRIÇÃO” e “11216.25.00 - Recursos a Receber para Pagamento de RP – RETIFICADORA”.

#### Nota 8 – Devedores por Fornecimento

O saldo da conta está representado pelo montante de R\$129.214 mil, correspondente aos direitos a receber, decorrentes de vendas de mercadorias, prestação de serviços de armazenagem e produtos enviados para beneficiamento, cuja baixa é processada na ocasião do retorno deles.

#### Nota 9 – Contas a Receber

O total de R\$459.658 mil, representa a composição dos Créditos a Receber no Curto e Longo Prazo, compostos por créditos de Alienações de Bens Patrimoniais, créditos por Cessão de Pessoal, com ônus, a Órgãos Estaduais e Municipais, créditos por Acertos Financeiros com Empregados e Ex-Empregados, alusivos aos reembolsos de Serviços de Assistência à Saúde – SAS, débitos de armazenadores, relativos aos desvios e perdas de produtos pertencentes aos estoques públicos, Títulos a Receber a Longo Prazo, referentes a prestação de serviços em armazenagem, aluguéis e outros.

Os créditos a receber em cobrança na justiça e ajuizados, pertencentes aos estoques públicos, após os desfechos favoráveis dos processos à Companhia, as receitas decorrentes das atualizações serão reconhecidas nas demonstrações contábeis e os recursos financeiros arrecadados, transferidos ao Tesouro Nacional. Os processos com desfechos desfavoráveis, serão baixados contabilmente e registrados na equalização, em conformidade com a Portaria Interministerial MF/MAPA nº 038/2004 e estão assim demonstrados:

#### a) Créditos Diversos a Receber de Curto Prazo

Descrição	Exercício	
	2012	2011
Créditos por Alienação de Bens	8.358	4.081
Créditos por Cessão de Pessoal	316	743
Créditos p/Acerto Financ. C/Servidores	14.827	12.497
Créditos por Infrações Legal/Contratual	135.489	180.181
Subtotal – Circulante	158.990	197.502

Em R\$ mil

#### b) Créditos Diversos a Receber de Longo Prazo

Descrição	Exercício	
	2012	2011
Créditos por Alienação de Bens	56.387	7.546

Em R\$ mil

Títulos a Receber	15.298	30.188
Outros Créditos	975	635
Créditos a Receber em Poder da Justiça	46.310	129.051
Créditos a Receber Pend. de Decisão Judicial	158.006	0,00
Créditos por Infrações Legal/Contratual	23.692	180.181
Subtotal – Não Circulante	300.668	167.420
<b>Total – (Circulante + Não Circulante)</b>	<b>459.658</b>	<b>364.922</b>

#### Nota 10 – Devedores - Entidades e Agentes

Correspondem aos saldos de curto e longo prazo a receber, referente a Dotação Global, do contrato e Termo Aditivo nº 01, de 07/10/1994, firmado com o Instituto Conab de Seguridade Social – Cibrius, que tratam das jóias pelas entradas dos empregados das empresas fusionadas COBAL e CFP, recursos a receber da União, relativos aos valores de equalização de preços dos Estoques Reguladores e Estratégicos, a serem repassados pelo Tesouro Nacional e outros, assim demonstrados:

##### a) Devedores - Entidades e Agentes - Circulante

Descrição	Exercício	
	2012	2011
Entidades Devedoras - Federais	14.332	9.358
Créditos Parcelados	300	334
Recursos da União - Equalização	400.726	282.954
<b>Total – Circulante</b>	<b>415.358</b>	<b>292.646</b>

Em R\$ mil

##### b) Devedores - Entidades e Agentes - Não Circulante

Descrição	Exercício	
	2012	2011
Entidades Federais	609	17.628
Créditos Parcelados	188	307
Créditos a Recuperar	62	75
<b>Total – Não Circulante</b>	<b>859</b>	<b>18.010</b>

Em R\$ mil

#### Nota 11 – Recursos Vinculados

Referem-se a depósitos judiciais e depósitos para recursos, efetuados por decisão judicial, de causas trabalhistas e cíveis em andamento, registrados no Não Circulante, totalizando R\$138.972 mil.

#### Nota 12 – Bens de Estoques

Correspondem aos estoques sob a responsabilidade da Companhia, oriundos das operações com Estoques Reguladores e Estratégicos, produtos para doação – Fome Zero, Compra Direta da Agricultura Familiar, e ainda adiantamento para Compra Antecipada da Agricultura Familiar (Compra Antecipada e Compra Antecipada Especial com Doação Simultânea e com Formação de Estoque).

O total de R\$598.503 mil representa o saldo a receber dos valores concedidos nos exercícios de 2003 e 2004, para Compra Antecipada da Agricultura Familiar (CAAF) – CPR Alimento; 2003 a 2006, para Compra Antecipada Especial da Agricultura Familiar (CAEAF) – CPR Especial; transformada em CPR Doação e CPR Estoque, a partir do exercício de 2007 até 2012; que serão quitados em produtos ou espécie, de acordo com o vencimento de cada

cédula.

Relativamente às Cédulas de Produto Rural - CPRs Alimento vencidas, foi editada a Lei nº 11.420/06, que em seu art. 3º acrescenta o art. 15-b à Lei nº 11.322/06, por meio do qual autoriza a União a aditar as Cédulas de Produto Rural – CPR, realizadas em 2003 e 2004, no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos, sendo permitida a individualização das referidas cédulas efetuadas com aval solidário, e a ampliação do prazo em até 4 (quatro) anos para a sua quitação, contados a partir da data de publicação da Lei. Os estoques resultam nos seguintes saldos:

Descrição	Exercício	
	2012	2011
Estoques de Mercadorias	2.115.378	3.198.419
Estoques de Almoxarifado	2.858	2.659
Materiais em Trânsito	14.012	10.954
Compra Antecipada - CPR	598.503	472.554
Estoques de Distribuição	239	833
<b>Total</b>	<b>2.730.990</b>	<b>3.685.419</b>

Em R\$ mil

#### a) Equalização de Preços

A finalidade da Atividade de Formação de Estoques Públicos é de regular o mercado e evitar desabastecimento, totalmente amparada e mantida com os recursos previstos na Portaria Interministerial MF/MAPA nº 38/2004, sendo prevista a equalização para o equilíbrio das contas, tornando nulo o resultado em caso de prejuízo.

Quando a diferença entre a receita de venda e o custo com aquisição, manutenção e despesas com operacionalização, incluindo no custo as despesas que não puderam ser agregadas aos correspondentes estoques antes de seu encerramento, resultar em déficit, este é equalizado pelo Tesouro Nacional, sendo autorizada a amortização, por meio de lançamento contábil, desse prejuízo, na conta de Débito de Operações Governamentais, não havendo, portanto, repasse financeiro para cobertura do déficit.

A Receita obtida na venda e indenização de perdas dos estoques públicos é integralmente repassada ao Tesouro Nacional.

Todas as despesas amparadas pela Portaria Interministerial MF/MAPA, 38/2004, estão devidamente identificadas e contabilizadas no Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI, hoje, disponibilizadas no Portal de Transparência do Governo Federal.

No exercício de 2012, as equalizações totalizaram R\$696.840 mil.

#### Nota 13 – Endividamento

A Companhia, periodicamente, informa ao Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, a posição do endividamento da empresa. Até o mês de dezembro de 2012, as obrigações circulantes, totalizavam R\$4.273.055 mil.

#### Nota 14 – Depósitos de Diversas Origens

Estão representados pelo montante de R\$27.549 mil, correspondentes aos valores recebidos a título de cauções, relacionadas à subvenção econômica à comercialização denominada de Valor de Escoamento do Produto – VEP e Outros.

## Nota 15 – Contingências, Compromissos e Responsabilidades

### *Passivo Contingente – Provável*

A Conab é parte passiva em processos das seguintes naturezas:

- **Trabalhistas:** Referentes a ações movidas por empregados, ex-empregados e entidades de classe, que na maioria, são representadas por pedidos de desvios de funções, cobranças de horas extras, equiparação salarial, adicionais de periculosidade e insalubridade, incorporações de diárias, funções gratificadas e outros.
- **Tributárias:** Decorrentes de autos de infrações lavrados pelo Instituto Nacional de Seguro Social - INSS e autos fiscais, referentes a cobranças de ICMS, pelas Fazendas Públicas dos Estados.
- **Cíveis:** Com maior destaque para os processos de cobranças de indenizações de diferenças entre a inflação ocorrida no período e o índice utilizado para a correção de aplicações financeiras, durante os Planos Econômicos (Collor, Bresser e Verão), cobranças de armazenagens e outros.

As Contingências Passivas – Prováveis serão reconhecidas como provisão, após os desfechos desfavoráveis dos processos, que resultarem em obrigações a pagar, que certamente, irão desencadear em desembolsos financeiros pela Companhia, de acordo com os itens 10, 11, 18 e 28, do Pronunciamento do IBRACON NPC N° 22, aprovado pela Deliberação CMV n° 489, de 03/10/2005 e estão demonstradas conforme quadro a seguir:

Descrição	Em R\$ mil			
	Valor da Causa		Valor do Provável Desembolso	
	2012	2011	2012	2011
Cível	48.603	66.445	110.195	212.373
Trabalhista	326.408	348.328	323.877	350.788
Tributária	8.021	8.052	16.346	16.346
<b>Total</b>	<b>383.032</b>	<b>422.825</b>	<b>450.418</b>	<b>579.507</b>

### *Passivo Contingente – Possível*

São ações de natureza Cíveis, Trabalhistas e Tributárias, com menor possibilidade de reconhecimento que as Provisões de Contingências Passivas – Prováveis. São compostas das seguintes ações:

- **Cíveis:** São representadas pelos processos judiciais que visam indenizações relativas as cobranças de diferença entre a inflação e planos econômicos, divergências de avisos de compra e venda de produtos, cobranças de prestação de serviços de armazenagens e outros.
- **Trabalhistas:** São ações judiciais movidas por empregados e ex-empregados e entidades de classe, que na maioria é constituída por ações oriundas de anistia administrativa (Lei n.º 8.878/94), licença-prêmio, anuênios, promoções por merecimento, promoções por antiguidade, ingressos no Instituto Conab de Seguridade Social - Cibrius, indenizações por danos morais e materiais, desvios de funções e outros.
- **Tributárias:** São demandas decorrentes de autos de infrações do INSS e do ICMS, lavrados por entes estaduais.

As ações estão assim demonstradas:

Descrição	Em R\$ mil			
	Valor da Causa		Valor do Possível Desembolso	
	2012	2011	2012	2011
Cível	12.130	118.234	15.481	131.747
Trabalhista	48.603	115.478	64.350	111.007
Tributária	75.186	108.621	21.821	108.892
<b>Total</b>	<b>135.919</b>	<b>342.333</b>	<b>101.652</b>	<b>351.646</b>

**Ativo Contingente – Provável**

A Conab é parte ativa em processos judiciais das seguintes naturezas:

- **Cível:** Visando indenizações e cobranças por quebra de garantias ou infrações contratuais.
- **Trabalhista:** Visando reembolsos de depósitos judiciais e recursais, com desfechos dos processos favoráveis à Companhia.
- **Tributária:** Visando restituições de indébitos tributários (INSS/ICMS) com desfechos dos processos favoráveis à Companhia.

Os ativos Contingentes prováveis serão reavaliados periodicamente, para determinar se a avaliação continua válida. Após nova reavaliação, se ocorrerem mudanças na estimativa, tornando-se uma entrada de recursos, praticamente certa, os ganhos serão reconhecidos nas Demonstrações Contábeis, conforme o item 27 do pronunciamento do IBRACON NPC nº 22, aprovado pela Deliberação CVM nº 489, de 03/10/2005.

As ações estão assim demonstradas:

Descrição	Em R\$ mil			
	Valor da Causa		Valor do Possível Recebimento	
	2012	2011	2012	2011
Cível	124.475	66.446	96.237	210.756
Trabalhista	8.429	348.328	7.089	350.768
Tributária	8.052	8.052	18.346	18.346
<b>Total</b>	<b>140.956</b>	<b>422.826</b>	<b>121.672</b>	<b>579.870</b>

**Nota 16 – Operações de Crédito**

Referem-se ao registro das transferências, efetuadas pelo Tesouro Nacional à Conab, dos recursos destinados à formação e manutenção dos estoques vinculados à Política de Garantia de Preços Mínimos e dos Estoques Estratégicos, na forma estabelecida pela Portaria Interministerial MF/MAPA nº 38/04. O saldo da conta, em 31/12/2012, corresponde a R\$2.910.549 mil.

**Nota 17 – Provisão para IRPJ e CSLL**

As provisões relativas ao 4º trimestre do exercício findo em 31/12/2012, foram calculadas com base no Livro de Apuração do Lucro Real – LALUR, consoante legislação fiscal e tributária prevaletentes, no valor de R\$271 mil e R\$102 mil, respectivamente.

**Nota 18 – Juros sobre Capital Próprio**

Neste exercício, nos termos dos artigos 192 e 202 da Lei nº 6.404/76, do art.9º da Lei nº 9.249, de 26/12/1995 e em face da previsibilidade contida no art. 28 § 3º do Estatuto Social, a Conab está distribuindo a título de juros sobre o capital próprio, a importância de R\$16.512 mil, imputados ao total dos dividendos devidos.

**Nota 19 – Resultado do Exercício**

O resultado da Companhia é composto pelo conjunto da movimentação econômica das operações executadas pela Companhia, representada com maior relevância a atividade de prestação de serviços de armazenagem de produtos de terceiros, alienação de bens moveis/imóveis, gestão e armazenagem dos estoques públicos, envolvendo a execução da Política de Preços Mínimos e Operações de Contratos de Opção de Vendas e outros. No exercício de 2012, a Companhia apurou o lucro de R\$69.895 mil, cujo resultado líquido (Após CSLL e IRPJ) é de R\$69.522 mil.

**Nota 20 – Patrimônio Líquido**

**a) Capital Social:** O Capital Social é composto de 1.859.907 Ações Ordinárias escriturais e sem valor nominal, integralmente subscritas pela União.

**b) Reserva Legal:** Com base no parecer nº 1.113/STN/COPAR/GEAFE, de 20/09/2011, foi efetuado o complemento da Reserva Legal apurada sobre o resultado do exercício de 2009, no valor de R\$1.088 mil. Sobre o lucro líquido auferido no exercício de 2012, de acordo com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76, foi constituída a Reserva Legal no valor de R\$3.476 mil.

**c) Reserva de Retenção do Lucro:** Em 31 de dezembro de 2012, foi constituída a reserva de retenção do lucro, no valor de R\$49.534 mil, nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76, com o objetivo de aplicação em futuros investimentos.

**Nota 21 – Diversos Responsáveis em Apuração**

Encontram-se registrados no ativo compensado, para fins de controle, os débitos em apuração, com destaque para as contas Débitos de Terceiros em Prestação de Serviços e Responsáveis por Danos ou Perdas, onde são registrados os débitos ainda em apuração, relativos à perdas/desvios em armazenagem de produtos dos estoques públicos, ocorridos em armazéns de terceiros, antes da vigência do contrato de quebra zero (sobretaxa), as perdas de produtos ocorridas em unidades próprias, aquelas relativas a alteração de qualidade de estoques de milho e feijão em sua maioria nos estados de Mato Grosso e Paraná, e os valores em apuração decorrentes da certificação irregular de qualidade dos estoques de algodão em pluma, da safra 1997/1998, objeto de Aquisições do Governo Federal – AGF, efetuadas em sua maioria no estado de Goiás. No exercício de 2012, ocorreram diversas apurações; entretanto, em razão de novas inscrições nas rubricas “1.9.9.1.3.04.00 – Débitos de Terceiros em Prest. de Serviços e “1.9.9.1.3.05.00 - Responsáveis por Danos ou Perdas”, o saldo do grupo aumentou para R\$61.637 mil.

Exercício	Em R\$ mil
	Saldo
2011	34.997
2012	61.637

**Nota 22 – Benefícios concedidos aos Empregados****a) Plano de Previdência Complementar**

O CIBRIUS é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar, com natureza jurídica própria, que tem como objetivo administrar plano de benefício de caráter previdenciário propiciando ao participante uma aposentadoria mais digna no futuro, assegurar a sua família proteção em caso de falecimento, além de oferecer benefícios de caráter temporário em caso de doença.

O Plano de Benefícios Conab, inscrito no Código Nacional de Plano de Benefícios – CNPB sob o nº 19.790.007-19, está estruturado na modalidade de Benefício Definido. Seus regimes financeiros são o de Capitalização para aposentadorias, pensões e pecúlios e de Repartição para auxílio-doença.

São patrocinadores do Plano de Benefícios, a Companhia Nacional de Abastecimento - Conab, qualificada como Patrocinadora - Principal e o próprio Instituto Conab de Seguridade Social – Cibrius, qualificado como Patrocinador dos seus próprios empregados.

Para o alcance dos objetivos, o Plano de Benefícios recebe contribuições normais mensais das Patrocinadoras, dos Participantes e dos Assistidos, definidas anualmente pelo

**Plano de Custeio.** A taxa de contribuição normal mensal da Conab, vigente para o exercício de 2012 é paritária com a dos Participantes, seguindo percentuais escalonados aplicados sobre o salário de participação e idade de entrada no Plano, de acordo com Tabela de Contribuições Normais, constante do Plano de Custeio proposto pelo Atuário.

A Conab, além das contribuições regulamentares, repassa mensalmente, a título de amortização de dívida, relativa ao serviço passado, contratado por meio do Termo de Adesão firmado em 07/10/1994 e do Termo Aditivo firmado em 12/12/2002. Até o mês de dezembro de 2012, foram amortizadas 225, de um total de 240 parcelas contratadas. O saldo corrigido da conta Contratos de Serviços nos exercícios de 2011 e 2012, respectivamente, foi de R\$26.986 mil e R\$14.941 mil.

As demonstrações contábeis do CIBRIUS são examinadas por Auditores Independentes, pela Auditoria Interna da patrocinadora Conab, estando sujeitas a fiscalização e controle da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – Previc. A Avaliação Atuarial e o Plano de Custeio anuais são elaborados por empresa de Consultoria Atuarial. Ambos são contratados pela própria entidade, nos termos da legislação previdenciária.

#### *b) Serviço de Assistência à Saúde – SAS*

Em suplementação à assistência oferecida pela rede pública de saúde, a Conab oferece aos seus empregados e dependentes o Serviço de Assistência à Saúde – SAS, voltado para o atendimento das necessidades de natureza médica, hospitalar, odontológica e de assistência social.

A implementação do SAS é efetuada pelo atendimento médico/hospitalar, por meio da rede credenciada de médicos, dentistas, clínicas, laboratórios e hospitais, cujas regras e critérios estão definidos nas Normas da Organização, Código 60.105.

As despesas com o SAS são cobertas pela Conab e eventualmente pelo Tesouro Nacional, com a participação financeira do empregado, que pode ser de 20%, 30% ou 40%, de acordo com a faixa salarial, nos termos do Acordo Coletivo de Trabalho, 2011/2012, mediante desconto em folha de pagamento.

No exercício de 2012, a Conab gastou com o SAS, o montante de R\$26.340 mil, beneficiando 4.452 empregados e seus dependentes. O saldo a receber em 31/12/2012, referente à participação financeira dos empregados é de R\$15.137 mil

#### **Nota 23 – Remuneração e Salários médios dos Dirigentes e Empregados**

De acordo com a Resolução N° 3, de 31 de dezembro de 2010, art. 1º, letra “e”, da Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União - CGPAR, nos exercícios de 2012 e 2011, as remunerações dos dirigentes e empregados, bem como os salários médios foram os seguintes:

Remunerações	Exercício	
	2012	2011
Maior Remuneração Dirigente	23.945,89	23.884,29
Menor Remuneração Dirigente	23.945,89	23.884,29
Maior Remuneração Empregado	27.220,73	25.170,39
Menor Remuneração Empregado	1.131,31	884,31

Salários Médios	Exercício	
	2012	2011
Dirigentes	23.945,89	23.884,29
Empregados	3.150,45	2.642,62

## Nota 24 – Termos de Cooperação Técnica

### a) Programa de Revitalização – PNUD

Desde 2003, a partir do acordo firmado com a Agência Brasileira de Cooperação - ABC/MRE e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD (Projeto BRA/03/34), vem sendo implementado o Programa de Revitalização da Conab objetivando, sobretudo, a capacitação da Companhia para os novos desafios, no sentido de atender às demandas do Governo Federal e, conseqüentemente, contribuir para a diminuição das desigualdades sociais, de forma a auxiliar na promoção do bem-estar social e do desenvolvimento do País.

Os projetos em desenvolvimento são os seguintes: a) implantação de Sistema de Avaliação Permanente do Desempenho da Companhia; b) modernização da Tecnologia da Informação da Conab (PMTI); c)aperfeiçoamento da Tecnologia de Previsão de Safras da Conab (GeoSafras); d)estruturação de Redes de Produção e Comercialização de Produtos Regionais oriundos da Agricultura Familiar e do Agroextrativismo, em Bases Econômica Social e Ambientalmente Sustentáveis; e e) promoção da Eficiência das Cadeias de Produção de Pescados provenientes da Pesca Artesanal e da Aquicultura Familiar.

As ações do projeto, em 2011 e 2012, foram executadas com recursos próprios da Conab, da Secretaria de Produção e Agroenergia – MAPA/FUNCAFÉ e Coordenação Geral de Orçamento e Finanças/MAPA e os recursos repassados estão assim demonstrados:

Descrição	Exercícios	
	2012	2011
Repasse – Recursos Próprios	4.369	2.420
Repasse – Recursos FUNCAFÉ/MAPA	1.243	798
Repasse – Coord.-Geral de Orç. Fin. /MAPA	472	0
<b>Total de Repasses</b>	<b>6.084</b>	<b>3.218</b>

### b) Programa de Aquisição de Alimentos – PAA

A Companhia, por força dos “Termos de Cooperação Técnica” mantidos com os Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS e do Desenvolvimento Agrário – MDA, atendeu 1.180 municípios e 128.804 mil produtores/famílias, sendo adquiridas 297 mil toneladas de produtos.

Os recursos transferidos foram aplicados na aquisição de produtos agropecuários produzidos por agricultores familiares, que se enquadram no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF e formação de estoques estratégicos. Esse programa foi instituído pelo art. 19 da Lei nº 10.696, de 02/07/2003, e regulamentado pelos Decretos nº 6.447, de 07/05/2008 e nº 6.959, de 15/09/2009. O programa envolveu recursos na ordem de R\$666.083 mil no ano de 2012.

Brasília – DF, 31 de dezembro de 2012.

RUBENS RODRIGUES DOS SANTOS  
Presidente

JOÃO CARLOS BONA GARCIA  
Diretor Administrativo, Financeiro e de Fiscalização

MARCELO DE ARAÚJO MELO  
Diretor de Operações e Abastecimento

ROGÉRIO LUIZ ZERAIK ABDALLA  
Diretor de Gestão de Pessoas

SILVIO ISOPO PORTO  
Diretor de Política Agrícola e Informações

JOSÉ CARLOS DE ANDRADE  
Superintendente de Contabilidade  
Contador CRC/DF 005969/0-5 CPF: 086.930.721-53